

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS**

**BORIS PERIUS ZABOLOTSKY**

**AS FACES DO “OUTRO”: A REPRESENTAÇÃO DA DIFERENÇA RUSSA NOS  
DISCURSOS DA OTAN NO PÓS-GUERRA FRIA**

**Porto Alegre**

**2019**

**BORIS PERIUS ZABOLOTSKY**

**AS FACES DO “OUTRO”: A REPRESENTAÇÃO DA DIFERENÇA RUSSA NOS  
DISCURSOS DA OTAN NO PÓS-GUERRA FRIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Pellin  
Mielniczuk

**Porto Alegre**

**2019**

## CIP - Catalogação na Publicação

Zabolotsky, Boris Perius

As faces do "outro": a representação da  
diferença russa nos discursos da otan no pós-guerra  
fria / Boris Perius Zabolotsky. -- 2019.

149 f.

Orientador: Fabiano Pellin Mielniczuk.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. OTAN. 2. Rússia. 3. Pós-estruturalismo e  
relações internacionais. I. Mielniczuk, Fabiano  
Pellin, orient. II. Título.

**BORIS PERIUS ZABOLOTSKY**

**AS FACES DO “OUTRO”: A REPRESENTAÇÃO DA DIFERENÇA RUSSA NOS  
DISCURSOS DA OTAN NO PÓS-GUERRA FRIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 16 de abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Alexander Zhebit  
UFRJ

---

Prof. Dr. Fábio Costa Morosini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam  
Unisinos/ESPM-Sul

A descrição do arquivo dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; ela rompe os fios das teleologias transcendentais e no lugar onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou a sua subjetividade, ela faz com que se manifeste com evidência o outro, o que está do lado de fora. O diagnóstico, assim entendido, demonstra [...] que a nossa razão é a diferença dos discursos, a nossa história a diferença dos tempos, o nosso “eu” a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão do que somos e do que fazemos (FOUCAULT, 2008, p. 149).

Aos meus pais, Jacinto e Ilse Ana e a minha  
irmã Tatiane, por tudo que o afeto não  
consegue expressar em palavras.

## AGRADECIMENTOS

Por mais que eu tente articular em palavras meus agradecimentos às pessoas que compartilharam comigo esta jornada, eu jamais poderei transcrever o sentimento de gratidão e o afeto que tenho por vocês. Não se trata de cumprir uma mera formalidade, mas sim, em verdade, de reconhecer que sem a ajuda de vocês esta trajetória teria sido muito mais difícil, tortuosa e talvez improvável. A vocês devo uma grande dívida de gratidão, que possivelmente nunca seja capaz de recompensar.

Antes de tudo, agradeço aos meus pais e a minha irmã pelo exemplo e por tudo o que representam em minha vida. Agradeço pelo constante apoio aos meus estudos e pela liberdade que propiciaram às minhas escolhas pessoais, acadêmicas e profissionais. Jamais poderia alçar voos mais altos se a base que me proporcionam não fosse sólida. Somente cheguei onde estou porque vocês estiveram e estão ao meu lado, me apoiando e me incentivando incondicionalmente em todos os momentos. E se nos momentos difíceis não desisti, foi porque a vontade de fazê-los orgulhosos e o medo de decepcioná-los eram muito maiores que o medo de enfrentar os obstáculos neste percurso. Ainda, de modo especial, quero agradecer a minha irmã Tatiane, que neste ano me dará de presente a honra de ser conhecido como “Titio Boris”.

Agradeço também ao meu orientador Prof. Dr. Fabiano Mielniczuk, pelas leituras atentas, pelo olhar crítico e pelas contribuições tão valiosas que enriqueceram minha análise sobre meu objeto de estudo. Igualmente gostaria de estender este agradecimento aos demais professores do PPGEEI-UFRGS, vocês foram as referências que me encorajaram e me incentivaram nessa caminhada. Agradeço pelas contribuições, em cada disciplina realizada, tão vultuosas à minha formação. Espero honrar como pesquisador o nome desta instituição e deste programa, e todos os seus ensinamentos.

Agradeço a minha querida amiga Lauren Machado, que abriu as portas de sua casa para me acolher nos primeiros meses de mestrado e lá neste começo, lá quando ainda pensava com a emoção inocente de quem não conhecia as amarguras do saber, me apresentou, assim, meio sem querer, a teoria pós-estruturalista. O brilho de seus olhos e seu entusiasmo por essa rica teoria que se opõe a todo e qualquer tipo de exclusão ou opressão, que respeita a alteridade e a trata com dignidade, despertou em mim um profundo interesse em estudá-la.

Ainda, gostaria de agradecer ao meu amigo Renan Stein, por estar ao meu lado em todos os momentos, principalmente quando as angustias e as incertezas deste caminho se tornaram mais latentes. Obrigado por me ouvir, por me aconselhar, por me descontrair e por

ser este amigo tão especial, que desde a infância esteve presente em todos os momentos da minha vida.

Ao amigo e colega Augusto César Dall'agnol, pela parceria ao longo do mestrado, por amenizar os dias de aula, pelas discussões acadêmicas, conversas cotidianas e por compartilhar as frustrações e dificuldades ao longo deste processo. Igualmente agradeço aos demais colegas e amigos do PPGEI-UFRGS, vocês fizeram com que o mestrado fosse uma experiência mais leve e bonita.

Minha gratidão também à amiga Alessandra Jungs de Almeida, pela constante ajuda e encorajamento, que, nos momentos de dúvida, serviu como força propulsora para continuar. Agradeço também ao amigo Gustavo Manduré, pela parceria, pelas conversas descontraídas *muy bien regadas*, que tanto ajudaram a descontrair e dar boas risadas.

Por fim agradeço à banca avaliadora deste trabalho, por ter aceitado o convite a este diálogo e a CAPES, por financiar esta pesquisa ao longo do último ano.

## RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo principal analisar a (re)construção identitária da OTAN no período pós-Guerra Fria, tendo como cenário a progressiva constituição da Rússia como o “outro” na aliança militar. A hipótese aqui apresentada, sugere que este "outro" russo recebe um papel central na reconstituição da identidade da OTAN enquanto um espaço político ocidental. Argumenta-se nesta dissertação, que a constituição do "outro" se desenvolveu a partir de um processo de gradação da alteridade entre aliança e a Rússia, tornando mais ambígua e complexa a diferença entre eles, culminando na radicalização do “outro” russo com a crise na Ucrânia em 2014. Como fonte teórica-metodológica, utiliza-se uma perspectiva pós-estruturalista baseada na importância dos discursos para a constituição das identidades em questão. Para tanto, analisa-se as narrativas apresentadas nas principais cúpulas da OTAN no pós-Guerra Fria, tendo como base analítica a complexa inter-relação das dimensões temporais, espaciais e éticas do discurso presente nas declarações finais destas cúpulas. Infere-se, por fim, que a construção do “outro” russo é um processo derivado das contradições inerentes à expansão da OTAN para a Europa Oriental, cujas exclusões e oposições causadas, são as condições de possibilidade que retroalimentam a identidade ocidental e moldam sua performance política.

**Palavras-chave:** OTAN. Rússia. Pós-estruturalismo e Relações Internacionais.

## **ABSTRACT**

The main objective of this dissertation is to analyze the (re)construction of NATO identity during the post-Cold War, having as its background the progressive constitution of the Russian “other” from the military alliance. The hypothesis presented here suggests that the Russian "other" has played a central role in reconstituting NATO's identity as a Western political space. It is argued in this dissertation that the constitution of the "other" was developed from a degrees of otherness process between the alliance and Russia that draws upon more ambiguous and complex construction of difference between them, culminating in the radicalization of the Russian "other" during the 2014 Ukraine’s crisis. A post-structuralist perspective is used as a theoretical and methodological source, based on the importance of discourses for the constitution of the identities in question. Therefore, the narratives presented in the main post-Cold War NATO summits were analyzed, having as an analytical base the complex interrelationship between the temporal, spatial and ethical dimensions of the discourse present in the final declarations of these summits. Finally, it is inferred that the construction of the Russian "other" is a process derived from the contradictions inherent within NATO’s expansion into Eastern Europe, whose exclusions and oppositions caused, and are the conditions of possibility that feed Western identity and shape its political performance.

**Keywords:** NATO. Russia. Post-structuralism and International Relations.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MAP	PLANO DE AÇÃO PARA A ADEÇÃO
NRC	CONSELHO OTAN-RUSSIA
NRF	FORÇA DE RESPOSTA DA OTAN
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OTAN	ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE
PFP	PROGRAMA PARCERIAS PARA PAZ
PJC	CONSELHO CONJUNTO PERMANENTE OTAN-RÚSSIA
RAP	PLANO DE AÇÃO DE PRONTIDÃO
UE	UNIÃO EUROPEIA
URSS	UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1	METODOLOGIA .....	23
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	24
1.3	JUSTIFICATIVA SOCIAL/PESSOAL E POSICIONALIDADE .....	25
<b>2</b>	<b>AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS EM TORNO DA FORMAÇÃO DE ALIANÇAS MILITARES E A EXPANSÃO DA OTAN</b> .....	<b>28</b>
2.1	INTRODUÇÃO .....	28
2.2	A VISÃO TRADICIONAL DA TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DO REALISMO BIOLÓGICO AO REALISMO ESTRUTURAL .....	29
<b>2.2.1</b>	<b>O realismo estrutural</b> .....	<b>32</b>
<b>2.2.2</b>	<b>A balança de poder e balança de ameaças: a análise tradicional e revisionista sobre a formação de alianças</b> .....	<b>33</b>
<b>2.2.3</b>	<b>O realismo estrutural no pós-guerra fria: o paradoxo do contrabalanceamento da unipolaridade norte-americana e a permanência da OTAN</b> .....	<b>36</b>
2.3	DISCURSO, IDENTIDADE E SEGURANÇA: A DIMENSÃO INESCAPÁVEL DA POLÍTICA .....	42
<b>2.3.1</b>	<b>Soberania e a política de identidade</b> .....	<b>47</b>
<b>3</b>	<b>DA PARCERIA AO LIMBO: O DISCURSO CIVILIZACIONAL NA (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA OTAN NO PÓS-GUERRA FRIA E SUA RELAÇÃO COM A RÚSSIA</b> .....	<b>58</b>
3.1	INTRODUÇÃO .....	58
3.2	A DEMOCRACIA COMO SEGURANÇA NO PROCESSO EVOLUTIVO DA OTAN: A PRIMEIRA ONDA DA EXPANSÃO .....	59
<b>3.2.1</b>	<b>A Cúpula de Bruxelas em 1994: A missão civilizacional da OTAN</b> .....	<b>60</b>
<b>3.2.2</b>	<b>A Cúpula de Madrid em 1997: O “alargamento” e a acomodação russa</b> .....	<b>63</b>
<b>3.2.3</b>	<b>A cúpula de Washington em 1999: a vitória dos valores ocidentais</b> .....	<b>69</b>
3.3	UMA VOLTA PARA O MUNDO OCIDENTAL? A SEGUNDA ONDA DA EXPANSÃO .....	73
<b>3.3.1</b>	<b>A cúpula de Praga em 2002: terrorismo e civilização</b> .....	<b>73</b>
<b>3.3.2</b>	<b>A cúpula de Istanbul em 2004: A OTAN global</b> .....	<b>77</b>

3.4	AS REAÇÕES RUSSAS FRENTE AO EXPANSIONISMO DA OTAN:.....	80
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
<b>4</b>	<b>PERDIDA NA TRANSIÇÃO: A RÚSSIA, TÃO LONGE DO OCIDENTE, TÃO PERTO DA OTAN.....</b>	<b>87</b>
4.1	INTRODUÇÃO.....	87
4.2	A CÚPULA DE RIGA EM 2006: REPRESENTANDO O OCIDENTE.....	87
4.3	A CÚPULA DE BUCARESTE EM 2008: UMA EUROPA (QUASE) LIVRE, COMPLETA E PACÍFICA?.....	90
4.4	A CÚPULA DE STRASBOURG/KEHL EM 2009: RELEMBRANDO A UNIDADE, RESSALTANDO DIFERENÇAS.....	95
4.5	A CÚPULA DE LISBOA EM 2010: ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO - UM ENGAJAMENTO OCIDENTAL COM A RÚSSIA?.....	99
4.6	A CÚPULA DE CHICAGO EM 2012: RÚSSIA E OTAN, UMA PARCERIA NATIMORTA?.....	103
4.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
<b>5</b>	<b>A “AMEAÇA” RUSSA NO DISCURSO DA OTAN DURANTE A CRISE NA UCRÂNIA: UM REGRESSO AO “PROPÓSITO ORIGINAL” DA ALIANÇA?.....</b>	<b>109</b>
5.1	INTRODUÇÃO:.....	109
5.2	IDENTIDADES EM DISPUTA: A CONSTRUÇÃO NACIONAL UCRANIANA NO PÓS-GUERRA FRIA E A CRISE DA UCRÂNIA EM 2014.....	109
<b>5.2.1</b>	<b>Rússia e Ucrânia: da irmandade à rivalidade.....</b>	<b>113</b>
5.3	A CÚPULA DE NEWPORT/GALES EM 2014: A AGRESSÃO RUSSA.....	118
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	123
<b>6</b>	<b>À GUIA DE CONCLUSÃO: AS FACES DA DIFERENÇA: O “OUTRO” RUSSO NA OTAN.....</b>	<b>125</b>
6.1	COMENTÁRIOS FINAIS E ESTUDOS FUTUROS:.....	134
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>137</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Prestes a comemorar os 50 anos do Pacto de Varsóvia os países fundadores da aliança militar e novos membros europeus estavam reunidos em Moscou, na Praça Vermelha, em 09 maio de 2004, no dia da vitória na Grande Guerra Patriótica. Um corpo seletivo de representantes políticos e militares celebravam a adesão formal de México, Jamaica, Honduras, Guatemala, Costa Rica, El Salvador e Venezuela ao bloco socialista. O Presidente Soviético, Guennady Zyuganov, em seu discurso naquele dia, lembrou sobre a importância da manutenção do Pacto de Varsóvia na defesa dos valores socialistas e da igualdade. Segundo ele, “com o fim do imperialismo norte-americano, os trabalhadores destes países se livraram da tirania e conquistaram sua liberdade, e hoje eles estão conosco como parceiros completos e iguais em nossa grande aliança.” Na mesma ocasião, o Presidente Mexicano alegou que “a adesão do México à aliança é um grande dia para nossa nação. É um dia de celebração, um momento muito esperado e o cumprimento de uma aspiração há muito tempo acalentada.”

A dissolução da OTAN e o enfraquecimento econômico e militar dos Estados Unidos, além da adoção da economia planificada pelo novo governo norte-americano no pós-Guerra Fria, diluíram as disputas antagônicas entre Washington e Moscou. Neste contexto, Zyuganov afirmou que: “o Pacto de Varsóvia está ampliando o círculo de seus amigos, criando um novo capítulo em nosso relacionamento com os Estados Unidos.” O combate ao terrorismo internacional, após os ataques terroristas à Universidade de Moscou, em 11 de setembro de 2001, permaneceu no centro dos discursos naquele dia, conforme ponderou o Presidente Soviético: “nossa união e nosso compromisso com a liberdade nos levaram à vitória na Guerra Fria e nos mostraram o caminho para a vitória na guerra contra o terror.” Ainda, o líder soviético defendeu as recentes intervenções do Pacto de Varsóvia no Afeganistão e no Iraque, e o incremento das capacidades defensivas da aliança para conter a ameaça terrorista, “nossa aliança está se aproximando das nações do Oriente Médio, para fortalecer a nossa capacidade de combater o terrorismo e para garantir a nossa segurança comum.”

Anteriormente a 2004, Cuba e Nicarágua, dois importantes países, próximos geograficamente dos Estados Unidos, ingressaram formalmente no Pacto de Varsóvia. Assim, a aliança militar socialista entrava no século XXI com um total de 16 membros, estabelecendo um compromisso de ajuda mútua em caso de agressões militares, bem como instaurava oficialmente a presença de milhares de soldados e bases militares soviéticas da América Central à América do Sul. Na reunião de cúpula de 1999, em Moscou, o Presidente Cubano,

Fidel Castro, classificou a adesão de Cuba ao Pacto de Varsóvia e o projeto de ampliação do bloco socialista para continente americano como “um sonho do povo cubano que precisa continuar se expandindo.” Ainda neste contexto, Castro afirmou que “para o povo cubano a existência do Pacto de Varsóvia sempre foi um sinal de esperança, [pois] a Aliança Socialista sempre provou a eficácia do seu guarda-chuva político e militar oferecendo proteção aos Estados membros.”

A situação hipotética apresentada acima, jamais aconteceu. No entanto, apesar do contrafactual, as falas atribuídas a Fidel Castro foram retiradas do discurso do Presidente polonês, Aleksander Kwaniewski<sup>1</sup>, em 1999, na reunião de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em Washington, se referindo ao povo polonês e a adesão da Polônia à aliança militar ocidental. Além disso, a mensagem conferida ao líder do partido comunista russo, Guennady Zyuganov, é, na realidade, uma adaptação de parte do discurso de George W. Bush; a fala referida ao Presidente Mexicano, por sua vez, foram, na verdade, declarações do primeiro-ministro da Letônia, Indulis Emsis, referindo-se ao povo letão. Ambas manifestações foram proferidas na cerimônia de adesão da Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia na OTAN, no dia 29 de março de 2004, em Washington.

Naquela ocasião a Casa Branca celebrava uma tarde de gala, os jardins da residência oficial da presidência estadunidense estavam repletos de chefes de Estado e de Governo, ministros, militares de alto escalão e diplomatas. O evento, transmitido ao vivo internacionalmente, lembrava a cerimônia de coroação de algum monarca europeu de outrora. Os tiros ao alto, canções militares, hinos nacionais e aplausos, intercalavam os discursos de parte daquele seleto grupo de convidados que preenchiam o gramado da Casa Branca. Naquela tarde, o “mundo ocidental” era finalmente (re)construído pelo triunfo da “aliança militar de maior sucesso na história”<sup>2</sup> que garantiu “a paz e a liberdade para suas nações” (BUSH, 2004).

A partir deste evento, sete novos países, anteriormente membros do Pacto de Varsóvia, ingressaram formalmente na OTAN. Em seu discurso, o Presidente norte-americano, George Bush, ao se referir aos novos membros da organização, e a rivalidade durante a Guerra Fria, proferiu, em meio a aplausos, o seguinte: “[...] o povo dessas sete nações eram reféns de um

<sup>1</sup> Do original em inglês: “The enlargement of the Alliance [...] has expanded the security zone in Europe. It is a dream of the Polish people for this area to keep expanding”, “For the Polish people, NATO's existence has always been a sign of hope [...] the North Atlantic Alliance has proven its effectiveness, its political and military umbrella has offered protection to the member states (KWAŚNIEWSKI, 1999, tradução nossa).

<sup>2</sup> Discurso do Presidente George W. Bush, no original em inglês: “[...] the North Atlantic Treaty, which established the most successful military alliance in history” (BUSH, 2004, tradução nossa).

império [...] suportaram a amarga tirania, lutaram pela independência, conquistaram sua liberdade com coragem e perseverança. E hoje eles estão conosco como parceiros completos e iguais nesta grande aliança”<sup>3</sup> (BUSH, 2004).

Naquela ocasião, o primeiro-ministro da Lituânia, Algirdas Brazauskas, ao se referir a adesão do país na aliança, afirmou que este “é um passo decisivo para a criação de uma Europa inteira e livre.” O primeiro-ministro da Estônia, Juhan Parts, assinalou que a adesão não era uma via de mão única e que a Estônia estava preparada para fazer sua parte para “garantir que a OTAN permanecesse uma aliança estável e segura” (THE BALTIC TIMES, 2004). Ainda antes de 2004, precisamente em 1999, outros três importantes ex-países socialistas, nomeadamente Polônia, República Tcheca e Hungria, haviam ingressado formalmente na OTAN. Assim, a aliança militar Ocidental contava, em 2004, com um total de 26 membros, todos comprometidos com o tratado de defesa militar coletiva assinado pelos seus governos.

Apesar do significativo sucesso colhido pela OTAN, à luz dos exemplos demonstrados acima, o fim do confrontacionismo bipolar representado pela Guerra Fria trouxe à tona o debate acerca da necessidade de manutenção da aliança militar enquanto organização de segurança predominante na Europa. O debate situado entre as principais correntes teóricas no campo de Relações Internacionais (RI) obteve centralidade durante os anos 1990 e 2000. Os teóricos do realismo estrutural de RI postulavam que devido à ausência de uma ameaça militar suficiente para contrabalançar a OTAN, a mesma acabaria por se dissolver (WALTZ, 1994; 2000). Os teóricos neoliberais argumentavam que a vitória dos preceitos liberais representados pelo advento da globalização acabaria por homogeneizar identidades opostas, antes representadas pelo confronto ideológico entre capitalistas e socialistas, o que consequentemente traria o fim da aliança (FUKUYAMA, 1992). Contrariando os cálculos das teorias *mainstream* das RI, o que se observou foi que o “momento unipolar,”<sup>4</sup> associado à debilidade da Rússia e ao vácuo de poder deixado por sua antecessora socialista, permitiu que os Estados Unidos aumentassem o seu escopo de atuação para os países que faziam parte da zona de influência russa.

A nova realidade gerada nos anos 1990 foi marcada pela extensão das intuições ocidentais de integração e segurança, nomeadamente OTAN e União Europeia (UE) para o Leste Europeu, sem a existência clara de uma ameaça militar capaz de contrapor tal avanço

---

<sup>3</sup> Do original em inglês: “the people of these seven nations were captives to an empire. They endured bitter tyranny, they struggled for independence, they earned their freedom through courage and perseverance. And today they stand with us as full and equal partners in this great alliance” (BUSH, 2004, tradução nossa).

<sup>4</sup> Ver Krauthammer (1990).

proeminente. (KUBICEK, 1999; ADAM, 2011; MIELNICZUK, 2014; LUKYANOV, 2016). A estruturação de um novo desenho geopolítico regional projetado aos moldes ocidentais, iniciada nos anos 1990 e desenvolvido ao longo dos anos 2000, excluiu a Rússia destas novas formatações (MIELNICZUK, 2006; POULIOT, 2010; MIELNICZUK, 2014).

Segundo Lukyanov (2016, p. 32) a configuração desta “nova ordem global” não significou um arranjo entre iguais, mas sim um triunfo dos princípios ocidentais e de sua influência. Denota-se, assim, que a OTAN se utilizou de critérios liberais baseados em preceitos e valores ocidentais como o livre-mercado, direitos humanos e democracias para justificar a sua expansão. No entanto, o objetivo principal logo revelou-se: o avanço desta agenda possuía como fim o contingenciamento e isolamento da Rússia (POULIOT, 2010; MIELNICZUK, 2014).

A OTAN é, geralmente, entendida como a aliança militar ocidental estabelecida em 1949 a fim de contrapor e conter a União Soviética durante a Guerra Fria. Em sua página oficial na internet, na definição do “*o que é a OTAN?*,” sugere-se que o propósito principal da organização visa “salvaguardar a liberdade e a segurança dos seus membros através de meios políticos e militares” (OTAN, s.d.). Dois elementos merecem destaque - políticos e militares. De acordo com a sua própria definição, os meios políticos que a OTAN promove se baseiam nos “valores democráticos e permite que os membros consultem e cooperem em questões de defesa e segurança para resolver problemas, construir confiança e, a longo prazo, evitar conflitos” (OTAN, s.d.). O segundo elemento se refere ao escopo militar – “se os esforços diplomáticos falharem, a aliança tem o poder militar para empreender operações de gerenciamento de crises [...] sozinha ou em cooperação com outros países e organizações internacionais” (OTAN, s.d.). A partir destas breves definições e combinações destes elementos é possível entender as razões que sustentam a organização até os dias de hoje? Neste aspecto, questões de ordem política (salvaguardar a democracia) devem ser interpretadas como desafios militares (defesa coletiva)? E vice-versa, questões militares e de segurança devem ser encaradas como problemas relacionados à falta de democracia?

De acordo com as avaliações da teoria neorrealista de Relações Internacionais, visão da qual se deriva a lógica de balança de poder que, por sua vez, respondem a formação e manutenção de alianças militares, a sobrevivência da OTAN até os dias de hoje é uma situação anômala da política internacional (WALTZ, 2000, p. 25). O argumento principal apontado por Waltz (2000), sobre este caso, indica que a decisão de manter e expandir a OTAN para o Leste foi utilizada como um instrumento para assegurar a influência norte-americana sobre a agenda da política militar e externa da Europa. Na prática, o que isto

significa é definido em termos de expansão de poder da hegemonia estadunidense para os países europeus. No entanto, a União Europeia, principalmente países como a Alemanha e a França, não permitiria tamanha ingerência em seus assuntos internos e não aceitaria decisões sobre a OTAN tomadas em Washington. A partir desta lógica, em breve a aliança militar entraria em disrupção. Neste sentido, para o autor, a tentativa de manter a OTAN não passaria de uma “tolice” norte-americana, que traria altos custos políticos para Washington e resultados catastróficos no futuro, pois a política de contrabalanceamento a hegemonia dos Estados Unidos seria rapidamente retomada (WALTZ, 2000).

A teoria permite dizer que um novo equilíbrio de poder se formará, mas não para dizer quanto tempo levará. Condições nacionais e internacionais determinam isso. Aqueles que se referem ao momento unipolar estão certos. Em nossa perspectiva, o novo equilíbrio está surgindo lentamente; em perspectivas históricas, virá num piscar de olhos (WALTZ, 2000, p. 30)

Neste aspecto, Waltz, a partir de uma presunção tautológica, sugere que sua teoria sempre esteve certa, o que esteve errado foram os cálculos da política externa norte-americana. O realismo estrutural nega a realidade explicitada no pós-Guerra Fria, na busca de validação de sua teoria. A questão principal derivada dessa reflexão é que a teoria tradicional de RI não só nega, como não explica, o sucesso obtido pela OTAN no período em que este estudo se concentra.

A lógica realista estrutural não consegue responder a coesão da aliança militar ocidental não por que os Estados Unidos foram “tolos” em continuar preservando e expandindo a OTAN, mas, sobretudo, por que o mundo funciona de um modo distinto daquele abarcado no escopo teórico *mainstream*. O *ethos* realista impede que a interpretação da política internacional exista sem a dialética da segurança - uma dialética materialista que não pode ser concebida ou sublocada em um mundo sem inimigos equiparáveis. Para isso, é preciso entender o modo em que o Ocidente se posicionou diante da nova realidade e adquiriu tamanha coesão em suas políticas ao ponto de justificar a extensão de uma aliança militar de forma tão proeminente, sem a existência clara de ameaças. Além disso, faz-se necessário investigar a maneira em que a OTAN alcançou significativa unidade entre os seus novos e antigos membros em suas ações. Neste sentido, é essencial a busca de explicações que não orbitem dentro das lógicas imutáveis e ahistóricas das teorias tradicionais de RI, visto que sua ontologia limita suas explicações sobre a formação e manutenção de alianças a causas materiais.

Conforme ponderam Williams e Neumann, (2000, p. 359), a política de “alargamento” passou a ser vista como “uma consequência natural e inatamente progressiva da identidade da OTAN como uma comunidade de segurança democrática.” Por este ângulo, é preciso entender a evolução da aliança como sendo regida por uma lógica discursiva de construção do “eu” em oposição ao “outro,” o que por sua vez molda as identidades de seus membros e fabrica a sua coesão interna. Desse modo, a manutenção e expansão da OTAN não pode ser interpretada como um resultado natural e inerente, baseado em uma identidade inata supostamente ligada à aliança como uma comunidade política democrática. Trata-se, em verdade, de um processo de diferenciação em que a identidade da OTAN e de seus Estados membros é (re)produzida e mantida por intermédio da implantação de “tecnologias simbólicas” (BEHNKE, 2013; LAFFEY, WELDES, 1997). Por assim dizer, o processo de expansão da OTAN deve ser interpretado a partir da construção de um projeto ideacional e não pelo raciocínio materialista do realismo estrutural.

Assim, este trabalho adota uma visão teórica alternativa e se insere em uma perspectiva pós-estruturalista no campo da disciplina de Relações Internacionais. Ao contrário das teorias tradicionais de RI, o pós-estruturalismo se opõe a ideia de que é possível obter explicações gerais e replicáveis sobre a natureza da política externa. Os modelos racionalistas baseiam suas explicações a partir de características pré-determinadas e fixas dos sujeitos e objetos analisados, enquanto as abordagens interpretativistas buscam desafiar a ideia de que o mundo exista para ser mapeado a partir de certos pressupostos. Sob este aspecto, Doty (1993) sustenta que em vez de explicar “por que um determinado resultado é obtido,” as abordagens pós-estruturalistas buscam compreender “como os sujeitos, objetos e disposições interpretativas foram socialmente construídos, de modo que certas práticas fossem possíveis” (DOTY, 1993, p. 298).

Os autores pós-estruturais baseiam seus fundamentos na importância da constituição identitária dos Estados e instituições como constitutivamente ligada ao exercício discursivo da política externa. Neste contexto, Campbell (1992, p. 8) argumenta que a identidade é “uma dimensão inescapável do ser,” segundo Burke (2006, p. 394) “nenhuma política mundial existe sem identidades.” Para os autores pós-estruturalistas, as identidades pessoais ou coletivas não são fixas por natureza, determinadas por Deus, pré-discursivas ou planejadas por um comportamento intencional. Pelo contrário, as identidades são performaticamente delimitadas a partir da diferença e da oposição de modo interrelacional; a referência do que é “nacional” só pode ser constituída ou reconhecida se atrelada ao que é “estrangeiro.”

A definição do que é entendido como um tema de “segurança nacional” ou de “interesse nacional” dentro dos Estados e instituições é uma forma particular de construção da identidade nacional que mobiliza “ameaças” como uma forma radicalmente oposta. O que se articula neste processo enquanto a representação do “Eu” nacional é o resultado da apresentação de um “Outro” ameaçador; nesta lógica, o interno e o externo estabelecem uma relação de codependência de oposição entre eles. Nesta visão, as percepções sobre a segurança estatal são relativas aos valores da identidade cultivadas pelo Estado e as “ameaças” são representações daquilo que é oposto a expressão de sua auto concepção - o que “não se é” (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

Nesta lógica, as identidades são sobretudo “performativamente constituídas” por práticas discursivas permanentes de repetição e de diferenciação entre a identidade que opera em nome do Estado e sua antítese identitária. Com efeito, as identidades e os Estados nunca são organismos finalizados, mas sobretudo em constante busca de “ser.” Esta função existe como mecanismo fundamental para a manutenção da entidade estatal. Tal prática exige a busca constante de desafios a segurança nacional como mecanismo fundamental para se justificar a existência de autoridades disciplinadoras e do Estado em si. As tensões envolvidas neste processo nunca podem ser totalmente resolvidas ou bem-sucedidas, pois a natureza performática da identidade exige práticas de reprodução que jamais podem ser plenamente reveladas ou concluídas, já que seu fundamento é basilar para manutenção do status ontológico que constitui a entidade estatal (CAMPBELL, 1992):

[...] a incapacidade do projeto estatal de segurança ter sucesso é a garantia do sucesso contínuo do Estado como uma identidade impulsionadora. [...] A constante articulação do perigo através da Política Externa não é uma ameaça à identidade ou existência de um Estado; pelo contrário, é a sua condição de possibilidade (CAMPBELL, 1992, p. 11-12)<sup>5</sup>

Neste sentido, a abordagem pós-estruturalista busca elucidar as razões que levam os Estados a incluir ou excluir ameaças no exercício discursivo da política externa. Além disso, expor o caráter contingente da configuração das relações de poder e conhecimento existentes por de trás da defesa de certos discursos sobre outros na formação da política externa. Assim, o processo de manutenção e extensão da OTAN deve ser interpretado como um processo que

---

<sup>5</sup> Do original em inglês: “[...] the inability of the state project of security to succeed is the guarantor of the state's continued success as an impelling identity. [...] The constant articulation of danger through foreign policy is thus not a threat to a state's identity or existence; it is its condition of possibility” (CAMPBELL, 1992, p. 11-12, tradução nossa).

intrinsecamente gera ambiguidades, práticas de exclusão e formulação de discursos de ameaças.

A partir do elucidado, Neumann (1998) demonstra por meio de exemplo históricos, documentos políticos, biografias e textos de europeus proeminentes, o modo em que historicamente a Rússia era retratada enquanto o “outro” da Europa. Ao longo da história, a construção social europeia em relação aos russos os representava enquanto o lado “não civilizado” da Europa, os “bárbaros,” “infiéis,” “asiáticos” e “autoritários.” Mais recentemente, no período posterior a Guerra Fria, o discurso ocidental dominante referenciado à Rússia lhe inseria em uma posição de “aprendizado” – aprendiz do livre-mercado, da democracia e dos valores ocidentais, conferindo aos países ocidentais o papel de “professores.” A relação de poder estabelecida autorizava a Europa a disciplinar um eventual “mau comportamento,” por meio de sanções e condenação caso o Kremlin desafiasse a autoridade europeia ou buscasse reestruturar seu “grande poder” político. Na visão do autor, o desequilíbrio evidente estabelecido nessa relação atribui uma identidade à Rússia, de modo que ela só pode ser vista como parte integrante da Europa se ela se mantiver enquanto “aprendiz.” Tentativas de contestar a adoção de determinadas políticas do Ocidente (neste caso específico, a expansão da OTAN), naturalmente a inserem indiretamente como potencial desertora ou apóstata, o que a longo prazo a colocam novamente em uma lógica que reifica sua posição de “ameaça” (NEUMANN, 1998).

As observações acima permitem situar o debate no qual se deriva o tema e a pergunta central desta pesquisa. O tema dessa pesquisa se refere à construção da Rússia enquanto um anteparo de oposição à identidade coletiva da OTAN. A questão formulada nessa pesquisa se baseia, assim, em fundamentos ontológicos e epistemológicos do campo da teoria pós-estruturalista de RI. Dessarte, este estudo preocupa-se em responder a seguinte questão: qual o papel que a Rússia exerce enquanto o “outro” na construção de uma identidade coletiva dos países membros OTAN (o “eu”) nas narrativas apresentadas nos discursos de política externa da Aliança Militar ocidental no pós-Guerra Fria? Neste enquadramento, tal indagação não é comportada em uma lógica racionalista e utilitária que busque fornecer explicações causais ou unilaterais entre duas variáveis, neste caso - a política externa da OTAN e a construção da Rússia enquanto ameaça. Pelo contrário, a pergunta desta pesquisa se ancora na relação co-constitutiva entre as duas variáveis enquanto um processo regular e contínuo influenciado uma pela a outra.

Sendo a aliança militar ocidental uma instituição multinacional de segurança coletiva, e não uma entidade nacional *per se*, o que explica a coesão de sua identidade interna? Sob

este aspecto, Williams e Neumann (2000, p. 385) apontam que, determinadas identidades podem ser construídas e fortalecidas por instituições como a OTAN. Nesta lógica, Estados que participam de organizações que formatam um senso de uma identidade comum passam a reconhecer o coletivo como uma extensão do “eu,” transcendendo sua dimensão doméstica para uma dimensão coletiva. Ao fazê-lo, a constituição da diferença permanece acessível e integral para a produção da identidade coletiva como em uma entidade estatal (RUMELILI, 2003, p. 32).

Betts (2009) sustenta que a OTAN se transformou em um veículo diplomático que serviu como base para reconstrução da unidade política transatlântica. Neste sentido, a organização militar ocidental pode ser entendida como uma articulação social que orienta e formula determinadas identidades a partir de um processo de diferenciação e de exclusão entre os Estados Membros da aliança e o restante de países “excluídos” desta ordem. Esta explicação suscita novos debates em torno da (re)constituição e da expansão do bloco ocidental após o colapso da União Soviética em 1991, principalmente no que tange à sua capacidade de perpetuar uma identidade coletiva em torno de uma ameaça comum. Por outro lado, auxilia a explicar por que se observou, no processo de expansão de uma organização militar, a transposição concomitante de preceitos e valores ocidentais como o livre-mercado, direitos humanos e democracia aos novos membros da OTAN.

Deste modo, hipótese geral deste trabalho indica que a construção da Rússia enquanto o “outro” no bloco ocupa um papel central na formulação de uma identidade coletiva dos países membros da Organização para reificar e consolidar as fronteiras entre os “países ocidentais” e “democráticos” da OTAN e a Rússia enquanto “não-democrática,” “arcaica” e “autoritária”. Argumenta-se nesta pesquisa que a construção do “outro” russo passou por um processo de gradação da diferença iniciado nos anos 1990 a partir da expansão da OTAN e concretizado na crise da Ucrânia em 2014.

Entender o processo de formulação e de construção de identidades, necessariamente envolve a análise dos discursos utilizados pelas entidades autorizadas a comunicar um certo grupo de valores. A análise de discurso se concentra na maneira em que determinadas narrativas são utilizadas para reproduzir uma certa forma de realidade e identidades específicas. Nesta lógica, os discursos definem e permitem a reprodução de um certo tipo de conhecimento que endossa uma determinada narrativa e representações e exclui outras, o que, por sua vez, constroem significados e conhecimentos sociais (SHAPIRO, 1989; HANSEN, 2006; ABDELAL *et al.* 2006). Conforme aponta Doty (1996, p. 6) “os discursos delineiam os termos de acesso do quais uma determinada realidade pode ser reconhecida e posta em

prática,” este processo requer que eles sejam repetidos constantemente e enfatizados novamente. Os discursos, assim como as identidades, são, sobretudo, mutáveis e contingentes à história, buscando, sistematicamente, adaptar-se ao contexto no qual se inserem (MILLIKEN 1999, p. 229-230).

Por assim dizer, esta pesquisa se desenvolve a partir da utilização de três lentes analíticas alicerçadas em dimensões espaciais, temporais e éticas, que, por sua vez, formatam a análise dos discursos aqui apresentados. Tais elementos são cruciais para se entender as bases dos discursos de política externa e a formação de comunidades políticas, como o caso da OTAN. Investiga-se, neste contexto, por meio da análise das narrativas apresentadas, elementos de ligação e de diferenciação que estruturam determinadas identidades dentro das dimensões acima estabelecidas. Tais dimensões proporcionam, de um modo holístico, o acesso à substância política da construção de identidades específicas. Nessa lógica, os aspectos espaciais, temporais e éticos do discurso são igualmente similares em seu *status*, ainda que determinados textos ou narrativas possam estar mais atrelados com uma destas três dimensões, oscilando de acordo com o contexto no qual se inserem. Assim, o objetivo principal do discurso de política externa visa articular estes três elementos de tal maneira que ao serem proferidos evoquem e/ou reforcem uns aos outros (HANSEN, 2006, p. 41-42).

Analisar a construção de identidades como espacialmente formatada é reiterar que a identidade é constituída mutuamente com a política externa, o que necessariamente envolve a construção de fronteiras e limites entre o que é o externo e o interno ou o que está dentro e o que está fora desta comunidade política. Nos discursos de política externa este delineamento historicamente se concentrou abstratamente no Estado-Nação por meio do privilégio concedido ao discurso de segurança nacional, e, conseqüentemente, na construção das identidades particulares de outros Estados, regiões e povos (HANSEN, 2006). Neste sentido, a dimensão espacial da identidade demonstra o modo em que se constrói e que se mantém um determinado espaço cultural e político da OTAN denominado “o ocidente,” que proporciona aos Estados membros propósitos comuns e uma identidade coletiva, que podem, inclusive, transcender ou anular tendências à “renacionalização” dos interesses políticos, identidades e interesses (BEHNKE, 2013).

Com base na concepção de que as identidades estão territorialmente delimitadas e imbuídas de conteúdo político, investiga-se, nesta pesquisa, os discursos oficiais da OTAN considerando o monopólio do Estado na (re)produção de identidades nacionais específicas por meio do discurso. Assim, procura-se demonstrar a lógica que envolve a reificação de limites, fronteiras e exclusões que o processo de extensão da Aliança Militar, para os países do Pacto

de Varsóvia, produziu entre os países que fazem parte da OTAN, o “ocidente” e os “outros” excluídos.

O discurso de política externa evolui igualmente através da articulação de identidades temporais. Temáticas temporais como desenvolvimento, transformação, continuidade, mudança ou repetição são cruciais para compreender e analisar a construção identitária no discurso da política externa (HANSEN, 2006; WALKER, 1993). Tal processo envolve categorias hierárquicas de progresso a partir da noção de que o “Eu” (neste caso a OTAN) se posiciona em uma dimensão temporalmente superior de desenvolvimento em relação ao “outro” (Rússia) situado em um grau diferente e/ou inferior ao tempo do “Eu.” Deste modo, ilustra-se por meio da análise dos discursos da OTAN a temporalidade conferida à Rússia nos anos 1990 como progredindo temporalmente em direção ao “Eu,” em um *status* de “aprendiz” dos valores ocidentais. Posteriormente, durante os anos 2000, procura-se demonstrar a evolução da distância temporal entre as ações russas “incompatíveis” e “violentas” com o Ocidente “democrático” e “liberal.” Por fim, apresenta-se a identidade temporal da Rússia explicitada no contexto da Guerra da Ucrânia, cuja elaboração discursiva lhe conferia a lógica de “ameaça” à identidade da OTAN e incapaz de mudança.

O objetivo da análise do discurso no pós-estruturalismo não se restringe a definição discursiva do que é considerado “o ético” e “o justo” a ser desenvolvido e aplicado no contexto internacional, mas sobretudo nos argumentos utilizados nos discursos de política externa que envolvem um senso de “responsabilidade” e “comprometimento.” Para os governos legitimarem suas políticas externas como de “interesse nacional” é necessário a articulação de uma noção de “responsabilidade” para com a política nacional, um senso de responsabilidade que designa aos líderes políticos o poder de tomar decisões arbitrárias e de longo alcance. O foco da análise do discurso nas articulações da construção ética da identidade imbui uma preocupação com a construção discursiva do que é interpretado como ético, moral e responsável. A partir do valor moral de representações particulares, autoriza-se a classificação de certas guerras como “genocídio” e de intervenções como “humanitárias” ou “agressões” (HANSEN, 2006).

Tendo por base a construção ética das identidades na política externa, procura-se comparar quais foram os aspectos “morais” e de “responsabilidade” que levaram os países membros da OTAN a adotar determinadas práticas discursivas que autorizaram perante suas audiências nacionais uma série de políticas securitárias nos eventos relacionados ao processo de expansão da aliança e na Crise na Ucrânia em 2014. Tais narrativas não apenas colocavam a Rússia em uma posição indireta de “ameaça potencial” nos anos 1990 e 2000, mas,

igualmente, auxiliaram na legitimação do expansionismo da OTAN naquele período. A adoção da narrativa de “agressão russa” na Ucrânia por parte do Ocidente, se referindo aos episódios em Donbass e na Crimeia, auxilia no entendimento da construção ética destes discursos.

### 1.1 METODOLOGIA:

Esta dissertação se baseia no modelo teórico-metodológico de análise de discurso apresentado por Lene Hansen (2006) no escopo da teoria pós-estruturalista, conforme explicitado pela autora: “sem teoria, não há nada além de descrição e, sem metodologia, não há transformação da teoria em análise” (HANSEN, 2006, p. 1). Em consonância com o elucidado anteriormente, este estudo aborda a OTAN enquanto um sujeito político dotado de uma identidade independente e partilhada entre os seus membros. Este trabalho se baseia na construção de um único “eu,” neste caso, a aliança militar ocidental. Quanto ao recorte temporal aqui utilizado, esta pesquisa se apoia, principalmente, na análise de discurso das declarações finais de dez cúpulas da OTAN entre 1994 e 2012<sup>6</sup>, e de uma cúpula da organização ocorrida em 2014<sup>7</sup>, durante o decorrer da Crise da Ucrânia. Além disso procurar-se-á analisar falas dos Secretários Gerais da organização neste período, bem como alguns documentos complementares e secundários referenciados nas declarações finais<sup>8</sup> da organização.

A seleção destas fontes como suporte para análise discursiva<sup>9</sup>, justifica-se pela ampla repercussão doméstica e internacional e pela legitimidade que possuem enquanto entidades autorizadas para falar em nome da organização e dos membros que a compõe. As declarações são documentos elaborados e assinados pelos chefes de Estado e de governo de cada país membro e estabelecem as principais diretrizes da OTAN para cada ano. Tal corpo textual segue os critérios metodológicos sugeridos pelo modelo de Lene Hansen (2006, p. 73-74), conforme exposto abaixo:

<sup>6</sup> Os discursos serão extraídos das declarações finais das seguintes reuniões de cúpula da OTAN: Cúpula de Bruxelas (Bélgica) 10-11 jan. 1994; Cúpula de Madrid (Espanha) 8-9 jul. 1997; Cúpula de Washington (Estados Unidos) 23-25 abr. 1999; Cúpula de Roma (Itália) 28 mai. 2002; Cúpula de Praga (República Checa) 21-22 nov. 2002; Cúpula de Istanbul (Turquia) 28-29 jun. 2004; Cúpula de Riga (Letônia) 28-29 Nov. 2006; Cúpula de Bucareste (Romênia) 02-04 abr. 2008; Cúpula de Estrasburgo/Kehl (França/Alemanha) 02-03 abr. 2009; Cúpula de Lisboa (Portugal) 19-20 nov. 2010; Cúpula de Chicago (Estados Unidos) 20-21 mai. 2012;

<sup>7</sup> Cúpula de Newport/Cardiff (Reino Unido) 4-5 set. 2014;

<sup>8</sup> Tais documentos são os seguintes: Estudo sobre o alargamento (1995); Ato Fundador OTAN-Rússia (PJC) de 1997; Conselho OTAN-Rússia (NRC) de 2002; Conceito Estratégico da OTAN de 1991, 1999 e de 2010.

<sup>9</sup> Com o objetivo de investigar determinados padrões e repetições discursivas utilizar-se-á como suporte para análise o *software* Voyant-Tool.

- a) a maioria dos textos deve ser retirada da análise temporal estabelecida pelo estudo;
- b) o corpo do texto deve incluir discursos-chaves que funcionem como conexões dentro da rede textual em debate;
- c) os textos são caracterizados pela clara articulação de identidades e políticas;
- d) eles são amplamente lidos e assistidos e a sua repercussão possui ampla audiência doméstica e global;
- e) eles detêm autoridade formal para definir posições políticas.

O marco temporal inicial destas cúpulas (1994) foi escolhido com base em seu significado representativo que simboliza o princípio das tratativas de expansão da aliança militar para os países que faziam parte do Pacto de Varsóvia e culmina com a adesão total do Grupo Visegrad<sup>10</sup>, em 1999, e o Grupo de Vilnius em 2004<sup>11</sup>. Além disso, a escolha destas cúpulas a serem analisadas entre os anos 1990 e 2000 se justifica pelo significado que os discursos utilizados pela OTAN exerceram no intuito de consolidar uma identidade específica entre os novos e antigos membros da aliança. Por outro lado, ainda demonstram o papel que a Rússia exerceu no limiar do “processo evolutivo” da OTAN.

Por fim, destaca-se a escolha da Cúpula de 2014 no Reino Unido, momento no qual se deflagrava a Crise da Ucrânia. A seleção deste evento é especialmente importante pois demonstra como a Rússia foi sendo utilizada pela organização enquanto um pólo de oposição à identidade coletiva cultivada pela OTAN nos anos anteriores. Nesta perspectiva, é possível inferir o modo em que a existência de uma ameaça explícita, ao mesmo tempo em que gera tensões internas na organização, também serve para aglutinar a identidade da OTAN em torno de uma identidade comum e de sua segurança coletiva.

## 1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO:

Para tanto, este trabalho está organizado em quatro partes principais, além desta introdução e da guisa de conclusão. O primeiro capítulo se ocupa em elucidar o debate teórico em que o presente objeto de pesquisa se insere, cuja estrutura está subdividida em duas seções principais. Primeiramente, apresenta-se o entendimento da visão teórica tradicional no que tange à formação e manutenção de alianças militares; a partir de sua ontologia materialista, demonstra-se que esta não é suficiente para explicar o objeto deste estudo. Assim, este

<sup>10</sup> Grupo formado por três aspirantes a OTAN: Polônia, Hungria e República Checa.

<sup>11</sup> Também referenciado como “Grupo Báltico” compreende Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Eslovênia, Bulgária e Romênia.

trabalho se apropria de uma perspectiva teórica pós-estruturalista, elucidada na segunda seção, que entende a lógica da manutenção e expansão da OTAN como um processo discursivo regido por critérios ideacionais e identitários.

O terceiro capítulo examina o movimento expansionista da OTAN para o Leste Europeu a partir da análise do discurso oficial da aliança explicitado nas principais cúpulas que ocorreram durante os 1990 e início dos anos 2000. Apresenta-se, nesta seção, os critérios morais, espaciais e temporais do discurso que serviram de fonte legitimadora para o “alargamento” funcional e geográfico da OTAN até as fronteiras russas. Além disso, busca-se expor a primeira fase do processo de gradação da diferença entre a OTAN e a Rússia, que inicialmente a colocava em uma posição de “parceira” da aliança e que posteriormente evoluiu para um “limbo institucional.”

Em seguida no capítulo quatro, analisa-se os desdobramentos derivados da ampliação da aliança militar ocidental em seu discurso oficial e as reações russas perante este processo nas antigas repúblicas soviéticas, fase em que a OTAN ressalta suas diferenças e incompatibilidades com Moscou. Busca-se demonstrar a elevação do caráter híbrido e contraditório da identidade da Rússia na organização, que ora a colocava em uma posição de afastamento do “eu” e ora como uma parceira condicional.

Por fim, no capítulo cinco, apresenta-se a situação explicitada no contexto da Crise da Ucrânia de 2013-2014, etapa em que a espacialização da ameaça ao “eu” representada pela Rússia abandona seu caráter velado e se torna explícita. Neste sentido, investiga-se o caso da Ucrânia como um caso concreto derivado de uma política discursiva construída nos anos anteriores, em que a OTAN reforça sua condição “superior” como garantidora da paz e da estabilidade na Europa e revigora sua coesão interna em oposição a um “outro” (Rússia) ameaçador e hostil.

### 1.3 JUSTIFICATIVA SOCIAL/PESSOAL E POSICIONALIDADE:

Esta pesquisa traz à luz uma análise crítica às teorias tradicionais de Relações Internacionais e se insere em vácuo explicativo das mesmas em justificar o avanço da OTAN no pós-Guerra Fria. Neste caso, este trabalho incorpora uma visão Pós-Estruturalista pouco explorada na disciplina no sentido de avançar o debate em torno da realidade empírica aqui proposta.

Além disso, em termos metodológicos, esta pesquisa apresenta elementos de originalidade à medida em que traz o modelo de análise de discurso apresentado por Lene

Hansen (2006) enquanto linha condutora deste trabalho. Por fim, o debate acadêmico especializado no que tange à expansão da OTAN e a posição da Rússia neste contexto tem sido voltado em torno da descrição deste processo e está mais preocupado com as reações e percepções russas sobre ameaça do que aquelas perpetuadas pela Aliança.

As razões para que as teorias *mainstream* de Relações Internacionais terem se concentrado principalmente nas reações russas ao avanço da OTAN são a maior representação dos limites explicativos desta teoria quando se trata do objeto de estudo analisado nesta pesquisa. Isso por que as análises das reações do Kremlin perante o avanço da OTAN conseguem se inserir melhor dentro do escopo ontológico neorrealista, e, ao fazer esta análise, tais visões teóricas acabam justificando e legitimando o avanço da OTAN e reificando a contenção da Rússia. Por estas razões, o debate acadêmico em torno desta questão não tem buscado esclarecer e elucidar os preâmbulos e a continuidade da Rússia enquanto “ameaça” à OTAN e não busca questionar as relações de poder existentes e as incoerências que são ocultadas neste processo.

A lógica de apresentar os russos como ameaça, conforme aponta Neumann (1998; 1999), é historicamente localizada e continua sendo perpetuado por políticos e acadêmicos ocidentais até os dias de hoje. Minha suposição é que a reprodução desta conduta trouxe e traz poucos benefícios, tanto para a sociedade russa, quanto para a ocidental. Eu, enquanto estudioso de política externa russa que participa da criação do mundo em que vivo, acredito que é minha responsabilidade transmitir essa mensagem.

Embora eu seja e me considere um cidadão brasileiro em todos os aspectos que isto represente, por ser neto de imigrantes russos faço parte de uma minoria étnica de descendentes de russos que vivem no Brasil. Ainda que este caráter de descendência, atualmente, já justifique uma série de restrições políticas e sociais em alguns países europeus, inclusive o *status* de “não cidadão” na Estônia e na Letônia (MACHADO, 2017), felizmente nunca sofri nenhum tipo de discriminação direta por conta disso. No entanto, meus avós e familiares (já em porte da cidadania brasileira) durante o período da Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria e do Regime Militar tiveram que renunciar de muitos de seus costumes e tradições por conta da posição geopolítica em que a Rússia se encontrava durante o século XX.

Apesar destes imigrantes terem desbravado boa parte do noroeste do Rio Grande do Sul, e terem fundado a cidade em que eu nasci, Campina das Missões, durante o período citado muitos deles foram perseguidos e acusados de serem “comunistas.” Sob estas acusações, Aleksander Zabchuk, imigrante russo e professor de idiomas e teatro no município

de Campina das Missões foi torturado e assassinado pelas tropas do Governo de Borges de Medeiros, no ano de 1924. A sua origem étnica, e por ser uma pessoa de notório saber em artes, dança e teatro, já bastaram para acusá-lo de subversivo, comunista e para assassiná-lo. A morte de Zabchuk deixou marcas profundas nas famílias de russos que lá viviam; esta tragédia os apequenou e os amedrontou. Anos mais tarde, durante o Regime Militar no Brasil muitos deles com medo de serem presos ou perseguidos pelos mesmos motivos que assassinaram Zabchuk evitavam falar o seu idioma nativo em público.

A construção da União Soviética enquanto o “império do mal” e a ameaça a ser combatida durante boa parte do século XX, justificou a Guerra Fria e as mais diversas atrocidades que pode se associar a ela. Eu poderia, neste caso, dizer que a história de Zabchuk poderia ser também a história de meus avós, de meus familiares ou a minha, e é este tipo de tragédias que a adoção de discursos de construção de ameaça produzem que me move a fazer esta pesquisa.

Além disso, tal narrativa impregnada historicamente na sociedade dita “ocidental” ainda tem força preponderante e crescente e é sob este aspecto que esta pesquisa se concentra e procura questionar. A adoção do Pós-Estruturalismo, enquanto fundamentação teórica de minha pesquisa, justifica-se também pelo fato de que esta visão me proporciona as ferramentas analíticas para criticar e explicar as incoerências e as práticas de exclusão que ainda perduram na realidade atual, ao tempo em que as teorias tradicionais de Relações Internacionais, em grande medida, legitimam e retroalimentam tais relações de poder.

Por fim, a minha argumentação é de que a adoção de um discurso de demonização dos russos enfraquece as possibilidades de construção de uma sociedade mais pacífica e cooperativa. Dado os níveis de capacidades militares entre os países da OTAN e a Rússia (construídos justamente por este movimento de oposições discursivas de um ao outro), a reificação deste discurso pode trazer novamente consequências graves para o mundo.

## 2 AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS EM TORNO DA FORMAÇÃO DE ALIANÇAS MILITARES E A EXPANSÃO DA OTAN

“A OTAN foi construída sobre a razão, acredite ou não, que iria defender a Europa Ocidental do assalto russo. Uma vez que o Muro de Berlim caiu e a União Soviética estava começando a entrar em colapso, essa razão desapareceu. Então, primeira pergunta: por que a OTAN existe?” (CHOMSKY, 2009).

### 2.1 INTRODUÇÃO

Contrariando as tendências expostas pelas teorias tradicionais de Relações Internacionais que estipulavam o desaparecimento da OTAN após o fim da Guerra Fria, a aliança militar ocidental se manteve una, estável e coesa, permitindo não só o seu prestígio e aceitação como uma das principais instituições de segurança do “mundo Ocidental,” como também a sua expansão para países anteriormente considerados “inimigos.” Argumenta-se neste capítulo que o processo constitutivo da OTAN neste período não pode ser entendido a partir de análises estritamente materialistas, cujos alicerces estão baseados em uma ontologia racionalista e utilitária da política internacional e do comportamento dos Estados. O fenômeno da ascendência da aliança militar se baseia numa perspectiva distinta fundamentada especialmente em critérios ideacionais assentados na importância dos discursos de política externa para a constituição de determinadas identidades e interesses.

Assim sendo, a visão realista não oferece caminhos explicativos para responder a pergunta central desta dissertação. Para isso, é necessário entender o processo constitutivo da formulação de identidades e diferença na política externa, e, principalmente, como através de práticas discursivas e narrativas se legitimou a manutenção e a expansão da OTAN no pós-Guerra Fria. Como explicar tamanha coesão em um cenário de perda da ameaça militar soviética? Dessa forma, é essencial a adoção de uma abordagem alternativa destoante daquela evidenciada pelas teorias tradicionais e que busque oferecer uma interpretação mais crítica das práticas políticas.

Para isso, o texto está dividido em duas partes principais; inicialmente apresenta-se o desenvolvimento da disciplina de relações internacionais, de modo a expor as bases ontológicas e intelectuais de sua principal teoria: o realismo. A seguir, discorre-se sobre o debate estabelecido na visão do realismo estrutural sobre a formação de alianças militares no qual se discute duas vertentes principais: a balança de poder e a balança de ameaças.

Objetiva-se, nesta seção, demonstrar as insuficiências teóricas do realismo estrutural em explicar o comportamento da aliança militar ocidental no período pós-Guerra Fria. Procurar-se-á desta forma questionar os conceitos estáticos e ahistóricos desta corrente teórica no intuito de deslocar o debate sobre as explicações em torno da (re)formatação da OTAN de uma lógica materialista para uma interpretativista.

Na segunda parte, apresenta-se uma visão alternativa no campo das relações internacionais baseada na perspectiva teórica pós-estruturalista. O objetivo central desta seção consiste em expor a importância dos discursos na construção da realidade social e no molde das identidades estatais. Assim, busca-se demonstrar o caráter contingente e excludente que se estabelece nesta relação de codependência que, por sua vez, é crucial para o entendimento do comportamento estatal e da definição de seus interesses que neste caso é base para se interpretar o papel que a Rússia desempenhou na expansão da OTAN.

## 2.2 A VISÃO TRADICIONAL DA TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DO REALISMO BIOLÓGICO AO REALISMO ESTRUTURAL

A visão da teoria realista no campo de Relações Internacionais tem sido um dos paradigmas dominantes dentro da comunidade acadêmica nesta área de estudo. O realismo, ao longo do século XX, exerceu um papel preponderante na formação e consolidação das Relações Internacionais enquanto uma disciplina das ciências sociais. A tradição realista atribui ao papel dos Estados centralidade na política internacional e baseia suas premissas em uma visão pessimista do sistema internacional, considerando os conflitos como uma constante na política entre os Estados. Por esta razão os teóricos da vertente realista concentram suas análises na política de equilíbrio de poder e nos efeitos da anarquia internacional na política externa dos Estados (MEARSHEIMER, 2001).

A consolidação da escola realista na disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu primordialmente durante o período posterior à II Guerra Mundial. O campo de RI no período entre guerras era dominado por uma perspectiva otimista representada, principalmente, pelo idealismo liberal que, por sua vez, buscava entender as razões para a guerra, prescrever formas para superá-la e alcançar a paz. Para estes teóricos, as guerras, as injustiças e a agressão não são inevitáveis; antes, elas podem ser refreadas por reformas institucionais ou pela ação humana, apoiando-se em ideias como democracia e o livre-mercado como a melhor forma de se atingir uma ordem mundial pacífica (BURCHILL, 2005)

Os efeitos e implicações a partir da eclosão da II Guerra Mundial trouxeram consigo o declínio do paradigma idealista com a publicação do historiador britânico Edward H. Carr do livro “Os Vinte Anos de Crise,” de 1939 (CARR, 2001). Nesta obra, o autor critica a visão idealista preponderante até então, principalmente no tocante à negligência desta teoria em tratar o fator poder no campo das Relações Internacionais; por suas bases utópicas e preceitos falhos, o idealismo seria incapaz de explicar a permanência dos conflitos interestatais. Carr se destaca pela ruptura do pensamento idealista dominante e insere uma nova lógica no campo de RI baseada na centralidade do Estado-Nação na política internacional, além de contribuir para a materialização do corpo teórico realista apresentado posteriormente por Hans Morgenthau.

Embora o realismo tenha suas origens intelectuais em obras clássicas que remontam ao século IV a.C, com a obra de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso, passando por Maquiavel, com o livro “O Príncipe,” de 1532, e Thomas Hobbes com a obra “Leviatã,” de 1651, foi somente a partir da publicação de Hans Morgenthau de 1948 que o realismo se consolida enquanto corrente teórica. As contribuições do realismo de Morgenthau forneceram uma forte alternativa ao idealismo utópico anterior agindo como fonte para a consolidação do campo de estudos de relações internacionais e se concretizaram como uma das teorias mais proeminentes nesta área até os dias de hoje (ALGOSAIBI, 1965; GHAI, GHAI, 2003). Em seu clássico livro “Política entre nações: a luta pelo poder e pela paz,” Morgenthau (1948) sintetiza o núcleo de pensamento da teoria realista a partir da análise do papel do elemento “poder” na política internacional. A visão teórica de Morgenthau, assim como as demais teorias realistas posteriores, assume o Estado enquanto ator central, auto-interessado e unitário das relações internacionais. Nesse sentido, suas obras estabeleceram os pilares fundamentais das inúmeras vertentes e derivações que o realismo adquiriu a partir do desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais (ALGOSAIBI, 1965; DONNELLY, 2005).

A teoria de Morgenthau, aqui indicada como realismo biológico,<sup>12</sup> retrata a lógica do mundo social enquanto um reflexo da projeção da natureza humana no plano coletivo. A ontologia realista apresentada por Morgenthau (1948) baseia suas premissas basilares a partir da percepção evidente e imutável da natureza humana enquanto egoísta e contraditória, o que

---

<sup>12</sup> Na academia de Relações Internacional, a abordagem teórica de Morgenthau é comumente referenciada como “realismo clássico”. No entanto, Donnelly (2000) sustenta que a categoria “clássico” pouco informa sobre a substância de sua orientação ontológica. Devido a ênfase da teoria de Morgenthau na natureza humana enquanto constante na história e fixa, Donnelly (2000, p. 11) propõe-se a renomear a nomenclatura teórica para “realismo biológico”.

racionalmente orienta os homens e os Estados a buscarem sua sobrevivência e adquirirem mais poder. Com base nessas preposições, o autor argumenta ser possível inferir a existência de leis e normas objetivas derivadas da ação humana que regulariam a ordem política e a interação entre os Estados. Ao atrelar o comportamento humano ao dos Estados, Morgenthau sugere que a permanência dos conflitos e guerras no âmbito internacional são intrínsecos à política, pois ambos buscam poder e dominação uns sobre os outros (MORGENTHAU, 2003).

Assim, para o realismo biológico, os princípios norteadores dos interesses nacionais estariam diretamente interligados pela busca constante de poder e força e, por isso, devem ser definidos exclusivamente a partir destes termos. Dessa forma, a fluidez dos interesses nacionais é, sobretudo, derivada da busca constante dos Estados em maximizar seus ganhos na política externa o que, conseqüentemente, molda e prescreve a substância do interesse nacional de acordo com condições de espaço e de tempo. Morgenthau se recusa a aceitar que algum Estado específico detenha o monopólio da virtude universal para estabelecer o que é “bom e o que é ruim” sob o ponto de vista moral e ético. Segundo o autor, a concepção do “interesse nacional em termos de poder” atua como um mecanismo regulador das atividades dos Estados, o que impede excessos morais e abusos políticos entre eles (MORGENTHAU, 2003).

Nessa lógica, a teoria de Morgenthau assume que existe uma conexão requerida entre o interesse nacional definido em termos de poder e a política externa. Nessa concepção, o comportamento externo dos Estados é racionalmente orientado para maximizar seus ganhos e adquirir mais poder. Certamente, a busca racional-materialista pelo interesse nacional, através da política externa, é componente importante da política internacional; no entanto, a sua combinação reflete tacitamente um pensamento tautológico, vago e impróprio para a análise da natureza das relações entre as nações. Embora seja inadequado aceitar que os Estados operem de modo “autodestrutivo,” é preciso admitir que existem outras esferas que agem nos moldes que definem o “interesse nacional.” A experiência histórica demonstra que os Estados também atuam por compaixão, lealdade e amizade ou um senso de obrigação legal. Dessa forma, o realismo biológico ao interpretar o interesse nacional como naturalmente condicionado “aos termos de poder,” acaba por transferir uma visão particular sobre o que se percebe enquanto seu interesse (DONNELLY, 2000).

A perspectiva Estado-centrista do realismo acaba por alienar prescritivamente exercícios analíticos sobre a necessidade de investigar as complexidades da estrutura do Estado, preferências domésticas e a lógica de ação (KATZENSTEIN, KEOHANE,

KRASNER, 1998). Neste sentido, ao assumir uma definição reducionista da política como nada além da permanente “luta pelo poder” derivada do choque de políticas externas racionais, Morgenthau acaba por legitimar a aplicação da coerção e da violência como uma prática natural e eterna no campo da política internacional. A aceitação desta ontologia constrói uma justificativa naturalizada da inevitabilidade da guerra e legitima tacitamente políticas expansionistas (KUMAR, 1962; WILLIAMS, 2004).

Conforme elucidado, a análise de Morgenthau ao se concentrar nas características dos indivíduos e no domínio interno dos Estados procura avaliar a sua interação com o funcionamento do sistema internacional e explicar a permanência dos conflitos interestatais. Tais concepções se diferem das análises apresentadas por Kenneth Waltz (1959; 1979) que anos mais tarde lançam uma nova luz na teoria das relações internacionais. Embora grande parte da sùmula e da ontologia proposta pelo realismo biológico de Morgenthau tenha sido preservada na análise de Waltz, o autor procurou distinguir o nível das unidades de elementos estruturais e, sobretudo, “fazer conexões entre eles” (WALTZ, 1986, p. 322). Assim, o que ficou conhecido como realismo estrutural (ou neorealismo) de Waltz visa, em última instância, desvincular a esfera doméstica do âmbito internacional, focando-se nos efeitos da anarquia internacional no comportamento dos Estados.

### **2.2.1 O realismo estrutural**

A tradição positivista das Relações Internacionais tendo como principal expoente os postulados do realismo estrutural de Kenneth Waltz intenta transferir os métodos de análise das ciências naturais para o estudo das ciências sociais, de modo a identificar possíveis relações causais entre os fenômenos estudados. Ao fazê-lo é necessária a separação entre o sujeito e a realidade objetiva no intuito de esvaziar a subjetividade do pesquisador em relação ao objeto analisado. A imparcialidade estabelecida na pesquisa transferiria capacidade legitimadora e de valor científico a partir da coleta de resultados livres de condicionantes subjetivas e de caráter crítico. Nesse sentido, o esforço da escola positivista busca explicar a realidade como ela realmente é, e não prescrever condições de como ela deveria ser. A partir de um arcabouço teórico ancorado em relações causais prescritas, e na escolha racional dos atores, tal teoria conseguiria prever o comportamento natural dos Estados na sua interação com o sistema internacional (NEUFELD, 1995; SMITH, 1996; WIGHT, 2006).

Para os teóricos do realismo estrutural o princípio organizacional do sistema internacional é a anarquia, sendo composto por Unidades (Estados) funcionalmente similares

e independentes entre si. Nesse diapasão, cada unidade pode contar apenas com ela mesma operando em uma lógica de autoajuda. Desse modo, uma vez que a violência está constantemente presente na anarquia, pois não há uma autoridade central capaz de regular e prevenir “os conflitos que surgem necessariamente de vontades particulares,” o “estado natural” entre os Estados é a permanência dos conflitos e o equilíbrio de poder (WALTZ, 2002, p. 285). A cooperação entre grandes potências é obstruída, visto que o objetivo maior da unidade estatal não é seu ganho individual, mas sim impedir que o outro atinja ganhos relativamente maiores em uma relação cooperativa. Configura-se, assim, a cooperação nas Relações Internacionais como um jogo de soma-zero. (WALTZ, 1979; GRIECO, 1988)

Dados os níveis de desconfiança e incertezas persistentes sobre as intenções das unidades, a estrutura do sistema força os Estados a aumentarem sua segurança com vistas a assegurar sua própria sobrevivência. Nesse sentido, a anarquia condiciona as ações de cada unidade e os seus resultados. Desta forma, para Waltz (1979) a preocupação primordial dos Estados é sua autopreservação e, secundariamente, a busca pela sua primazia perante seus pares. Em um sistema anárquico, pois, a única forma de diferenciação entre Estados é por meio da distribuição de capacidades materiais – razões pelas quais surgem grandes potências. Para os realistas estruturais é a partir da distribuição assimétrica de poder no sistema, e dos níveis de incertezas que esta relação provoca, que se ativa o dilema de segurança e a balança de poder (WALTZ, 1979; GRIECO, 1988).

### **2.2.2 A balança de poder e balança de ameaças: a análise tradicional e revisionista sobre a formação de alianças**

Ainda que dentro do escopo da teoria neorrealista orbitem diversas visões sobre a formação de alianças, o esforço desta subseção se concentra em duas correntes proeminentes - a posição tradicional apresentada pela ideia de balança de poder de Kenneth Waltz (1979) e na posição revisionista representada pela concepção de balança de ameaças de Stephen Walt (1987). Apesar de divergentes em alguns aspectos, ambas visões assumem que alianças militares são coalizões cujo comportamento é racionalmente motivado e a sua criação e manutenção é vista como um instrumento de representação dos interesses e propósitos dos Estados mais fortes perante os demais. Tem-se, assim, em última instância, um efetivo reflexo da distribuição de poder no sistema.

Seguindo a lógica atemporal de sua teoria, para Waltz a política de equilíbrio de poder prevalece onde dois requisitos básicos são atendidos: que a ordem seja anárquica e que seja

povoada por unidades que desejam sobreviver (WALTZ, 1979, p. 121). Mormente em face de que os Estados operam sob os auspícios da anarquia, a preservação de sua segurança é objetivo principal a ser atingido e o poder é um meio para esse fim. Desse modo, o conceito de balança de poder se refere à capacidade de um Estado projetar seu desenvolvimento militar em uma maximização de suas capacidades e construir alianças militares capazes de formar uma coalização contra o Estado mais forte (WALTZ, 1979; KEGLEY, WITTKOP, 2005).

Nesse sentido, o engajamento de um Estado ao desenvolver os níveis de capacidades para melhorar sua condição de preservação no sistema por meio de uma estruturação de suas forças armadas, gera, por sua vez, o medo em outro Estado. Esta lógica provoca um processo espiral de ação-reação que resulta na diminuição de segurança dos Estados para níveis abaixo dos que antecederam o início desta dinâmica. Este contexto viabiliza a ativação do dilema de segurança e da balança de poder o que, por sua vez, legitima e justifica a formação de coalizões militares. (WALTZ, 1979; GRIECO, 1988; FEARON, 1995; STEFF, KHOO, 2014).

De acordo com esta lógica, nenhum Estado deseja que haja um outro dominante e nenhuma grande potência deseja que outra emergja como hegemônica; conseqüentemente, o sistema induz os Estados mais fracos a equilibrar aquele que detém as capacidades materiais mais fortes. Conforme argumenta Waltz (1979), os demais pólos de poder iriam se engajar no intuito de não permitir que a anarquia do sistema internacional se transformasse em uma hierarquia dominada por um único Estado. Como a estrutura do sistema internacional depende, sobretudo, da distribuição de poder, a política externa dos Estados e, conseqüentemente, a balança de poder, é altamente formatada pelo número de grandes potências neste sistema (WALTZ, 1979).

Segundo Waltz (1979, p. 135) a bipolaridade tende a ser o sistema mais estável de todos. Isto se deve, primeiramente, ao fato de que em sistemas bipolares as chances de haver erros de cálculo e mal-entendidos entre os atores são menores do que em sistema cujo coexistam mais que duas potências. Conforme apresentado acima, a configuração unipolar (ou sistema desequilibrado) é vista como a estrutura internacional menos durável, justamente em virtude do papel proeminente da anarquia sistêmica e dos mecanismos da balança de poder.

Além disso, em uma ordem unipolar o poder dominante deste sistema tende a “assumir muitas tarefas além de suas próprias fronteiras e isto o enfraquece a longo prazo” (WALTZ, 2000, p. 23). A outra razão encontrada para explicar a baixa durabilidade da unipolaridade se refere ao comportamento do poder dominante. Segundo Waltz, mesmo que o

unipólo, em um primeiro momento, comporte-se com moderação e tolerância, os Estados mais fracos irão inevitavelmente se preocupar com o seu comportamento futuro e, portanto, haverá o equilíbrio contra ele (WALTZ, 2000, p. 23-24).

Stephen Walt, outro teórico proeminente da teoria neorrealista de RI, adota em suas análises a definição de “balança de ameaças.” Nesse sentido, o autor modifica a visão apresentada por Waltz de balança de poder e a coloca em uma posição distinta ao separar o “poder” da “ameaça,” procurando, sobretudo, elucidar os fatores que determinam o alinhamento dos Estados em coalizões militares. Segundo Walt (1987), a definição das formações de alianças não se aplica exclusivamente à distribuição de capacidades materiais (ou poder) no sistema. Em sua crítica à abordagem de Waltz sobre balança de poder, Walt argumenta que os Estados não contrabalanceiam unicamente a distribuição de poder no sistema, mas, sobretudo, o nível de ameaças detectadas por eles. Este fator determina e justifica a formação de alianças militares e, por sua vez, a política de balanceamento (WALT, 1985; 1987).

A análise de Walt (1987, p. 21-28) identifica quatro critérios empregados pelos Estados para avaliar a ameaça representada por outro Estado: sua força agregada (tamanho territorial, população e capacidades econômicas), sua proximidade geográfica, suas capacidades ofensivas e suas intenções ofensivas. O autor define que quanto maior for o nível destes atributos vinculados a um determinado Estado, maior será a probabilidade de ser visto como uma ameaça, e maior serão as estratégias de equilíbrio contra ele.

Conforme exposto, diante das condições da anarquia internacional os Estados buscam prover sua própria segurança e as alianças são um meio de adquirir segurança contra prováveis adversários. Quando confrontados com capacidades que percebem como ameaçadoras, os Estados se alinham com outros países que se encontram em posições similares a deles, aumentando assim a segurança de ambos. Os neorrealistas assumem que os Estados tomam decisões de ingressar em coalizões militares comparando os benefícios da aliança ao seu custo e se concentram nos efeitos que tal estrutura tem em sua segurança e soberania. Entre os benefícios da formação de alianças se destaca a diminuição da probabilidade de serem atacados ou ameaçados por outros Estados. Em contrapartida, os custos associados a isto incluem a limitação de sua soberania estatal, notadamente pelo recrudescimento das chances de serem levados para um conflito que não iniciaram ou deles participar, contra a sua vontade, em virtude da adesão a alianças militares (HELLMANN; WOLF, 1993, p. 10-11).

A reflexão apresentada acima nos ajuda a entender, parcialmente, a dinâmica estabelecida durante a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, cuja formação de suas alianças militares (OTAN e Pacto de Varsóvia, respectivamente) objetivaram a contenção recíproca. Nesse contexto, para os teóricos neorrealistas a criação da OTAN e do Pacto de Varsóvia foi uma “manifestação natural” do mundo bipolar da época e pode ser considerada um exemplo empírico da utilização dos mecanismos de balança de poder e balança de ameaças que o “dilema de segurança” provocou durante o período que esta teoria foi concebida (DONNELLY, 2005). Nessa lógica, a construção de tais organizações de segurança coletiva foram justificadas e legitimadas pelo caráter evidente da distribuição de poder global na visão de Waltz, ou pela detecção de uma ameaça proeminente na lógica de Walt.

### **2.2.3 O realismo estrutural no pós-Guerra Fria: o paradoxo do contrabalanceamento da unipolaridade norte-americana e a permanência da OTAN**

O pensamento realista estrutural não acredita que a unipolaridade seja duradoura, já que o resultado principal da teoria de Waltz postula que devido ao papel proeminente da anarquia sistêmica há uma tendência que sobrepuja os Estados ao retorno da formação de política de equilíbrios de poder o que, conseqüentemente, ativa restauração do sistema ao seu estado “natural” de bipolaridade ou multipolaridade. Assim, na visão dos neorrealistas, o “momento” unipolar norte-americano gerado a partir da nova realidade sistêmica nos anos 1990 não passaria de um “interlúdio geopolítico” fadado ao equilíbrio e à formação de potências revisionistas (KRAUTHAMMER, 1990; LAYNE, 1993, 2006; WALTZ, 2000).

Dentro do escopo da teoria realista as definições sobre polaridade são inúmeras e, por vezes, contraditórias, principalmente no que tange à definição de um sistema uni, bi ou multipolar. De acordo com Ikenberry, Mastanduno e Wohlforth (2009) a polaridade é definida pelo número de pólos de poder no sistema; o que constitui um pólo, ou como diferenciá-lo de uma grande potência, no entanto, permanece vago. A polaridade é, sobretudo, uma construção teórica; para verificá-la geralmente se utiliza como critério de validação a distribuição de capacidades militares no sistema (IKENBERRY; MASTANDUNO; WOHLFORTH, 2009).

Ainda que o debate sobre a unipolaridade norte-americana encontre ampla literatura<sup>13</sup> na disciplina de Relações Internacionais, ao analisarmos os critérios bases da teoria

---

<sup>13</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a “hegemonia” ou “unipolaridade” norte-americana sugere-se Wohlforth (1999); Ikenberry, (1998/99); Posen, (2003); Mowle, Sacko (2007);

neorrealista sobre a definição de distribuição de capacidades militares, tem-se que, até o momento, não houve qualquer mudança significativa capaz de subverter a estrutura de poder verificada no pós-Guerra Fria; pelo contrário, os Estados Unidos continuaram com um hiato militar significativamente superior ao da Rússia (ver gráfico 1). Ainda nesse contexto, percebe-se poucas evidências de contrabalanceamento empreendidas pelas demais potências do sistema no intuito de formar alianças militares concorrentes a OTAN (IKENBERRY, 1998/99; POSEN, 2003). No que tange à Rússia, o que se observou nas últimas décadas foram tentativas de reforma, modernização das forças armadas e de manutenção mínima de sua influência em seus países limítrofes, não se vislumbrando, porém, em aspectos materiais, movimentos sólidos capazes de alterar a distribuição de poder global (TSYGANKOV, 2005).

Ainda que se possa inferir que a doutrina Primakov<sup>14</sup> é um mecanismo ideacional da política externa russa que visa reivindicar o reconhecimento de outros pólos de poder no mundo para além dos Estados Unidos, não se pode afirmar que tal política visa transformar a Rússia em um “poder global”, mas, sobretudo, em se manter como uma “grande potência normal”<sup>15</sup> (TSYGANKOV, 2005). Mesmo que aceitássemos a intenção russa de se tornar uma potência global com a doutrina Primakov, os termos estabelecidos pela teoria realista como capazes de subverter a ordem unipolar não pairam sobre a análise de critérios ideacionais, mas, apenas, em termos materiais (WOHLFORTH, 1999). A unipolaridade norte-americana, aceita de modo unânime entre os teóricos realistas nos anos 1990 (MASTANDUNO, 1997), que era interpretada como um “momento” (KRAUTHAMMER, 1990) ou como uma “ilusão” passageira (LAYNE, 1993), hoje é vista como “finalmente chegando ao seu fim” (ZAKARIA, 2008; KUPCHAN, 2013; LAYNE, 2006). No entanto, ao analisarmos a distribuição de capacidades materiais entre os Estados Unidos e Rússia, neste caso utilizando as despesas militares totais<sup>16</sup> como base de análise, percebe-se que ao longo das últimas décadas a

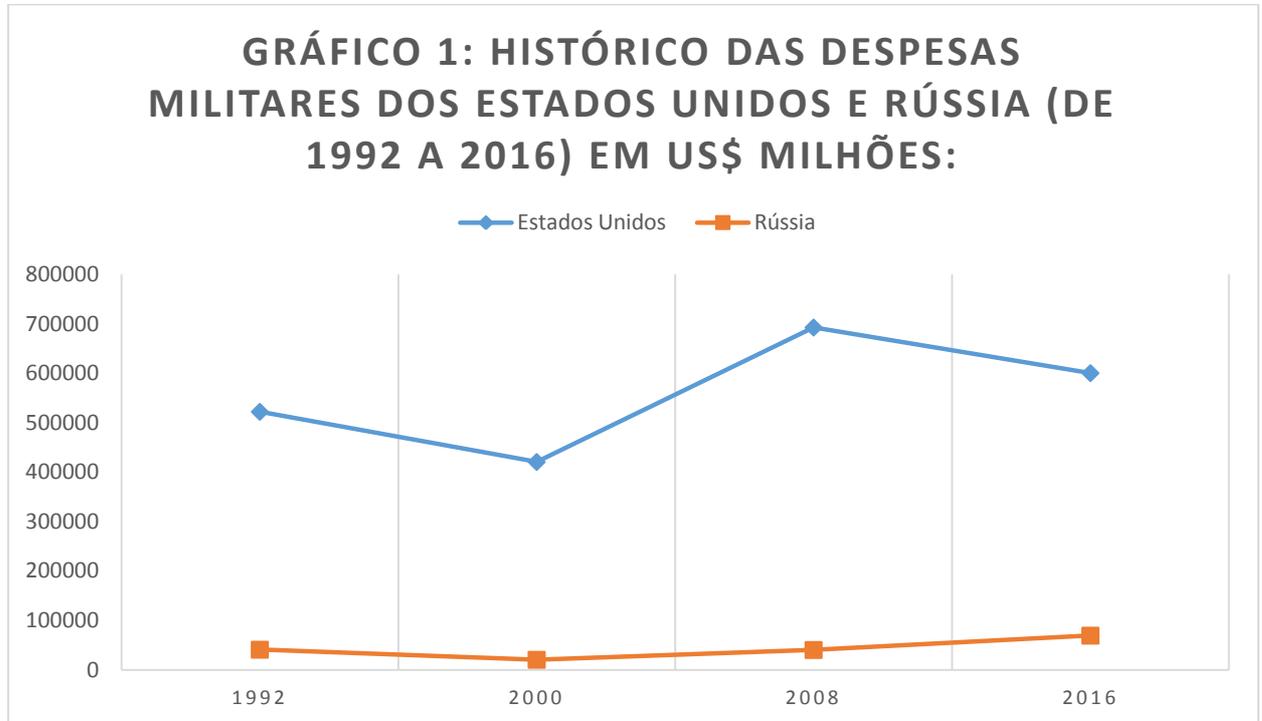
---

<sup>14</sup> O movimento na política externa russa que convencionou-se chamar na literatura de RI como “Doutrina Primakov” procurava a diversificação de parceiros comerciais e a aproximação da Rússia principalmente com potências emergentes como a China e a Índia, cujo pilar visava deslocar o paradigma ocidentalista na diplomacia russa para uma visão mais pragmática e autônoma de inserção internacional. Ideacionalmente, tal política procurou contestar a condição unipolar do sistema internacional e defender a projeção de um mundo multipolar, no qual a Rússia se colocava como um dos pólos de poder do sistema (KUCHINS, 2002).

<sup>15</sup> Para Tsygankov (2005), a Rússia não pleiteia uma posição isolacionista e assertiva semelhante àquela exercida pela sua antecessora socialista, pois isto levaria indubitavelmente a desintegração russa. A estratégia de Vladimir Putin, não busca contrabalançar o Ocidente ou o revisionismo, mas sobretudo a modernização econômica e o pragmatismo político. Este é sobretudo um projeto de inserção e não de contestação, pois busca garantir a sua segurança nacional e a integração territorial, no intuito de incluir a Rússia como membro de pleno direito na comunidade internacional.

<sup>16</sup> Ainda que se reconheça que as despesas militares não sejam o critério ideal para se verificar a polaridade no sistema, assume-se com base na teoria realista, que este é um ponto de verificação importante na análise da polaridade do sistema em cada período. Wolforth (1999), por exemplo, utiliza os gastos militares dos Estados Unidos como instrumento para comprovar a tese da durabilidade da unipolaridade norte-americana. Pela

diferença entre os Estados Unidos e a Rússia permanece incontestavelmente alta (ver gráfico 1).



Fonte: SIPRI (2018) - Gráfico elaborado pelo autor, a partir de dados extraídos<sup>17</sup> do SIPRI Military Expenditure Database (2018).

Com base em cálculos derivados das cifras obtidas pelo gráfico acima, em uma situação de análise que se verificaria apenas os números dos Estados Unidos comparando-os com o orçamento militar da Rússia, percebe-se que o total de gastos militares norte-americanos em 1992 correspondia a 92,75%. Naquele período a Rússia detinha uma parcela de 7,25% de participação. A análise mostra que em 2000, apesar de Washington ter registrado uma queda nominal em seus gastos militares, os Estados Unidos aumentaram proporcionalmente sua participação em relação aos gastos russos subindo de 92,75%, em 1992, para 95,37%, em 2000. Nesse mesmo período, a Rússia diminuiu sua participação nos gastos de 7,25 para 4,63%. Na avaliação do período posterior ao avanço da OTAN,

---

verificação dos gastos militares pode-se identificar pelo menos dois elementos relevantes: a capacidade de projeção militar do país analisado e os padrões de crescimento econômico de cada Estado, visto que geralmente a parcela de gastos em defesa aumentam simultaneamente com o crescimento do PIB. De acordo com a análise de Mearsheimer (2001) o índice de desenvolvimento da economia é um dos critérios mais importantes para a materialização de um pólo de poder, pois é um requisito básico para o aperfeiçoamento das capacidades militares de cada país.

<sup>17</sup> Valores e taxas de câmbio expostos foram atualizados proporcionalmente ao índice de preços praticados em 2016.

precisamente em 2016, nota-se um decréscimo de cerca de 5% na participação dos gastos militares dos Estados Unidos.

A partir dos dados apresentados é possível inferir que os gastos militares norte-americanos, embora tenham registrado um declínio de 2000 para 2016, permanecem cerca de 9 vezes superior aos gastos da Rússia. No entanto, a queda registrada não revela um desengajamento norte-americano, *per se*; ao revés, a divisão da responsabilidade pela segurança coletiva para mais países proporcionada pela expansão da OTAN para o Leste Europeu, resultou na diminuição da demanda por gastos militares nos Estados Unidos (GEORGE; SANDLER, 2018). Portanto, se adicionarmos as potências da OTAN, o hiato militar entre a Rússia e os Estados Unidos tende a ser ainda maior. Nessa lógica, os critérios de validação para a formação de um novo pólo de poder baseados em termos estritamente materiais não se verificam a ponto de contestar a unipolaridade norte-americana, tampouco se verifica a formação de uma política concreta de contrabalanceamento externo<sup>18</sup> que subverta a distribuição de poder global.

Conforme elucidado acima, Krauthammer (1990) caracterizou o período imediato pós-Guerra-Fria como um “momento” nitidamente unipolar “o centro do poder mundial é a superpotência incontestada, os Estados Unidos.” Embora naquele estágio as disputas militares e ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética tivessem atingido o menor patamar desde o início da Guerra Fria, em 1990 a URSS continuava existindo e, ainda que tivesse reduzido consideravelmente seu arsenal dissuasório, continuava com uma significativa presença e relevância militar no mundo, bem como não se imaginava a sua dissolução no ano seguinte. No entanto, para os realistas de modo geral, o mundo já era caracterizado como, então, unipolar. De acordo com o SIPRI (2018), em 1990 o orçamento em defesa dos Estados Unidos, em índices atualizados, era em torno de 562 bilhões de dólares, ao passo que os gastos militares soviéticos somavam um montante aproximado de 190 bilhões de dólares. Desse modo, a análise proporcional destes dados indica que em 1990 o orçamento militar

---

<sup>18</sup> Recentemente, grande parte da literatura de relações internacionais têm dedicado bastante interesse na análise do potencial das interações sino-russas e nas capacidades contra-hegemônicas desta “relação estratégica”. Bobo Lo (2008) argumenta que embora haja uma sinergia substancial entre os dois países demonstrada pelo aumento significativo de trocas comerciais e acordos diplomáticos, esta é uma aproximação em grande parte derivada de condicionantes externas, internas e conjunturais. Além disso, é uma relação baseada em uma “conveniência”, resultado de um contexto específico que colocava o grande mercado russo produtor de hidrocarbonetos e a demanda chinesa por recursos energéticos em uma sintonia. No aspecto militar-securitário, Lo (2008) aponta que apesar de existir uma reciprocidade discursiva na defesa da multipolaridade, ainda há uma desconfiança mútua bastante elevada, e ambos países esperam contar com a manutenção das relações com o Ocidente. No que tange à cooperação em defesa, o autor pondera que grande parte dos exercícios militares conjuntos não foram missões de interoperabilidade militar, mas sim exercícios independentes conduzidos lado a lado (LO, 2008).

norte-americano correspondia a 74,86% em um cenário de comparação com o soviético. Estes dados assinalam patamares de participação dos Estados Unidos inferiores aos de 2016, conforme apresentado acima. Portanto, ancorados na mesma linha de raciocínio usada pelos realistas para justificar a unipolaridade em 1990, por que no mundo atual a definição seria diferente?

A partir desta lógica, situa-se outra incoerência encontrada nas fundamentações que, segundo Waltz, movem a formação de alianças militares. Conforme explicitado, as alianças são movidas a partir da distribuição assimétrica de capacidades no sistema, mecanismo este que ativa a balança de poder e, conseqüentemente, a criação de coalizões militares para se opor a um Estado mais forte. Nesse aspecto, as imprecisões da teoria neorrealista residem na própria materialização da expansão da OTAN até as fronteiras russas em um período cuja diferença militar entre os Estados Unidos e a Rússia era ainda maior.

A realidade é que, no início dos anos 1990, a OTAN já havia dado sinais claros de que não desapareceria, mas, ao contrário, expandir-se-ia. Já em 1993 se iniciaram as negociações para o ingresso dos países do Leste Europeu na aliança e, em 1999, os países do Grupo de Visegrad já estavam inclusos na organização e as negociações para o ingresso do Grupo de Vilnius já se encontravam em níveis avançados. Nesse contexto, o que se observou foi que Moscou foi gradualmente se desmilitarizando, ao passo que o processo de alargamento da organização foi sendo potencializado. Conforme demonstra o gráfico acima, a Rússia somente atingiu os patamares dos gastos em defesa proporcionais ao ano de 1992 a partir de 2008, ou seja, quando o processo de extensão da OTAN já havia incluído a maior parte dos países do Leste Europeu (SIPRI, 2018).

Segundo as previsões de Waltz (1993, p. 76), a OTAN após o fim da Guerra Fria acabaria por se dissolver, pois sem a existência de uma ameaça militar como a soviética não haveria o que ser contrabalançado, de forma que, segundo o autor, “os dias da OTAN não estão contados, mas os seus anos estão.” Ainda nesse aspecto, Waltz argumenta que os prováveis candidatos a rivalizar a unipolaridade norte-americana e a aliança militar euro-atlântica seriam o Japão e a Alemanha. O Japão por possuir uma economia pujante e competitiva tende a acirrar as disputas com os Estados Unidos e, por outro lado, potências como a Alemanha não tolerariam na Europa Ocidental os constrangimentos impostos por uma instituição dominada pelos Estados Unidos, como a OTAN (WALTZ, 1993). No entanto, no período recente não se observou nenhum movimento de Washington no intuito de limitar o crescimento japonês ou um provável revisionismo alemão, tampouco qualquer lampejo de enfraquecimento da OTAN.

No que concerne a tese de Walt (1987) sobre os fatores que orientam a balança de ameaças e a constituição de alianças para se entender o avanço da OTAN, as quatro fontes de ameaça identificadas pelo autor não poderiam ser aplicadas ao caso da Rússia no pós-Guerra Fria enquanto a ameaça crível de contrabalanceamento. Verifica-se que este período se configurou para Moscou como um retrocesso econômico e político e a perda de seu *status* de superpotência representado pelo declínio significativo de suas forças armadas (ARBATOV, 1993). Ainda nesse contexto, a Rússia perdeu um sexto do seu território e a sua economia encolheu cerca de 50% resultando assim em uma redução drástica de suas forças agregadas e capacidades ofensivas (TSYGANKOV, 2013). Por outro lado, a adoção do neoliberalismo enquanto mote econômico e de um paradigma pró-ocidental na agenda da política externa russa durante os anos 1990 tampouco ajudam a explicar quais seriam as “intenções ofensivas” que Moscou representava para justificar o avanço da OTAN neste período.

Mesmo diante deste contexto Waltz (2000) resgata as previsões dos neorealistas de que a OTAN iria desaparecer após a Guerra Fria. Nesse quesito, o autor se ancora no pressuposto teórico de que as organizações internacionais servem acima de tudo para atender aos interesses das grandes potências. De acordo com a visão de Waltz, a história recente da aliança militar ilustra a subordinação desta instituição aos interesses nacionais norte-americanos. Portanto, a organização sobrevive, exclusivamente, para “manter o controle dos EUA sobre as políticas externas e militares dos Estados europeus” (WALTZ, 2000, p. 29). O autor percebe a manutenção da OTAN como um elemento que busca principalmente preservar a unipolaridade norte-americana, inferindo, por outro lado, que este movimento está condenado ao fracasso, pois a tarefa de preservação hegemônica demanda significativos esforços econômicos, militares e políticos dos Estados Unidos. A expansão da aliança militar, ao fim, acabaria por minar, e não por preservar, a preponderância norte-americana (WALTZ, 2000).

Nesse aspecto, Waltz (2000) indica que a manutenção da OTAN poderia acelerar os mecanismos de balanceamento de poder no intuito de contestar a presença hegemônica dos Estados Unidos. Assim, Waltz (2000, p. 30) aponta que “os candidatos para se tornarem as próximas grandes potências e, assim, restabelecer o equilíbrio, são a União Europeia ou a Alemanha liderando uma coalizão, a China, o Japão e, num futuro mais distante, a Rússia.” A partir desses pressupostos o autor afirma que prosseguir com o avanço da OTAN seria um equívoco grave dos Estados Unidos, pois seguramente produziria políticas de contrabalanceamento. No que tange ao caso europeu, a presença norte-americana poderia funcionar como um mecanismo catalizador que incentivaria a adoção de uma política externa

européia mais autônoma e aglutinaria uma frente liderada pela Alemanha no sentido de contestar a influência de Washington nos assuntos internos europeus. Nessa lógica, Waltz argumenta que suas predileções relacionadas ao fim OTAN nos anos 1990 não surgem das inconsistências teóricas do realismo estrutural, mas sobretudo da desconsideração da “tolice norte-americana” (WALTZ, 2000).

A realidade é que o processo de expansão da aliança militar não pode ser reduzido a um erro de cálculo da política externa norte-americana, pois seria uma “tolice” que necessariamente levaria a uma política de contrabalanceamento e ao enfraquecimento de Washington. A insuficiência da teoria elucidada reside, sobretudo, a partir da predileção tautológica de um movimento de contestação que nunca se materializou na Europa, mormente diante de que a OTAN continuou existindo sem haver outra aliança formalizada em torno de um outro pólo de poder.

Portanto, tal realidade não pode ser entendida a partir de uma ontologia essencialmente materialista de projeção de poder e de dominação militar, especialmente à luz de que a teoria falha em explicar um cenário em que, mesmo havendo a unipolaridade e a ausência de inimigos equiparáveis, a OTAN manteve sua expansão. É preciso interpretar o processo de expansionismo da aliança militar ocidental não a partir de uma lógica instrumental de custo-benefício, mas sobretudo a partir de uma perspectiva ideacional e identitária de modo a entender a coesão interna da organização como resultante de um exercício discursivamente construído de oposição do “eu” em relação ao “outro.”

### 2.3 DISCURSO, IDENTIDADE E SEGURANÇA: A DIMENSÃO INESCAPÁVEL DA POLÍTICA

A corrente pós-estruturalista no campo das Relações Internacionais iniciou os seus debates e contributos teóricos na disciplina a partir da década de 1980 com o objetivo de questionar e reavaliar os conceitos universais positivistas que dominam a área até hoje. O pós-estruturalismo compreende as visões tradicionais de Relações Internacionais como uma interpretação da realidade cuja análise atribui valor inquestionável e um *status* ontológico de verdade única. Para Walker (1993, p. 5) as correntes *mainstream* são um reflexo das “[...] expressões dos limites da imaginação política contemporânea” e seu escopo teórico não resiste a “[...] afirmações persistentes e evidências de transformação histórica e estrutural fundamentais” por isso não oferecem explicações substantivas para compreensão da dinâmica internacional.

A visão pós-estrutural busca conceber a teoria como prática e a prática como teoria. Ao fazer isso, posicionam-se criticamente em relação aos processos de assimetria, exclusão e aos instrumentos de dominação que os modelos tradicionais de produção de conhecimento nas RI perpetuaram ao longo dos anos. Com efeito, a lógica pós-estruturalista visa pensar novas epistemologias, metodologias e ontologias no estudo das Relações Internacionais que questionem o caráter autoevidente, normativo e estático do determinismo estrutural anterior. Nesse contexto, tal abordagem busca instrumentos de compreensão da dinâmica internacional que derivem de processos analíticos baseados na interpretação, abstração e representação (CAMPBELL, 2013).

Assim, o enfoque, por querer reavaliar os pressupostos das teorias de RI anteriores, tem caráter reflexivo buscando perceber a realidade a partir de outros saberes que não só os considerados “paradigmáticos.” Portanto, a ontologia adotada pelos autores da vertente pós-estruturalistas visa problematizar a realidade material e se concentrar na análise coletada a partir de discursos, narrativas e da linguagem para compreensão da realidade. Nesse método se procura apresentar o uso da linguagem enquanto uma realidade mediada por certas representações que, por sua vez, não manifestam uma interpretação fidedigna do mundo, sendo, na verdade, uma maneira de conferir facticidade à construção da realidade (SHAPIRO, 1989).

Para Foucault a produção de conhecimento é legitimada e fruto daqueles que detém o poder e que estão em possibilidade de informar uma determinada prática discursiva que exerce condição de verdade o que, nesse contexto, institucionaliza um sistema de práticas disciplinares e de dominação. A diacronia conhecimento/poder que produz meta-narrativas dominantes é regulada pela naturalização/aceitação de uma determinada “verdade” pela sociedade como um todo. Nesse sentido, o que chamou de “regimes de verdade” é sobretudo um produto formatado pelas elites dominantes que buscam a manutenção do *status quo* a partir de uma lógica “que mobiliza as regras, códigos e procedimentos para afirmar um entendimento particular, através da construção de conhecimento” (DALBY, 1988, p. 416). Com efeito, a produção e admissão dos discursos dominantes como verdade resulta na modelagem de estruturas sociais, na criação de identidades específicas, na definição do campo de ação e na constituição de objetos, declarações e temáticas (FOUCAULT, 2008). Nas palavras do autor:

O exercício do poder perpetuamente cria conhecimento e, inversamente, o conhecimento induz constantemente efeitos de poder. [...] Conhecimento e poder estão integrados um com o outro, e não faz sentido sonhar em um tempo em que o

conhecimento deixará de depender do poder. [...] Não é possível que o poder seja exercido sem conhecimento, é impossível que o conhecimento não gere poder (FOUCAULT, 1980, p. 52)<sup>19</sup>.

Nessa lógica, a genealogia apresentada por Foucault busca transcrever a história do presente como fruto de práticas de exclusões e contingenciamentos baseados em narrativas, discursos, produções e reproduções do passado, crivados de tensão e incoerências artificialmente preservadas. Nesse sentido, o uso da linguagem perpassa a análise ou categorização de determinados fenômenos; os discursos, são, sobretudo, um meio para operacionalizar verdades específicas, excluindo outras possibilidades, modos de ação e identidades. Assim, os discursos são considerados estruturas de significados que constroem socialmente a realidade que constantemente são atualizadas em seu uso (MILLIKEN, 1999, p. 229, SHAPIRO, 1989). Portanto, estudar o significado da formação discursiva explica não apenas a coleta de “verdades,” mas também as relações estabelecidas entre elas.

Nesse entendimento, os discursos são vistos como um sistema produtor e reprodutor de verdades, e um sistema, cuja intrínseca relação entre poder e conhecimento torna possível trazer à tona uma determinada afirmação como verdade. Tal posicionamento demanda que entendamos a linguagem como um sistema de referências entre o significado e o significante e de diferenciação entre o positivo e negativo. De fato, Derrida (1981) se propõe a problematizar as construções estruturais das quais produzem o valor dos significados. O autor indica que o conjunto de significados produzidos pela filosofia ocidental não são derivados de um processo de busca de significantes. Pelo contrário, o seu alicerce é constituído com base em relações de poder e dominação em uma dialética de oposições e diferenciações binárias das quais hierarquicamente se privilegia um termo em relação ao outro.

Tais práticas discursivas “contaminaram” a metafísica do pensamento ocidental moderno e produziram estruturas de significados e posições de sujeito baseados em dicotomias como o lícito/ilícito, bem/mal, ameaçado/ameaçador, democrático/ditatorial, dentro/fora, etc. Estas classificações binárias não são simplesmente opostas em seu significado; mais do que isso, são mutuamente constituídas e dependentes entre si. O segundo termo do elemento é sempre considerado a variante “negativa, corrupta, indesejável do primeiro,” uma versão degenerada de seu par, tanto no sentido temporal, como no sentido

---

<sup>19</sup> Do original em inglês: “The exercise of power perpetually creates knowledge and, conversely, knowledge constantly induces effects of power. [...] Knowledge and power are integrated with one another, and there is no point in dreaming of a time when knowledge will cease to depend on power. [...] It is not possible for power to be exercised without knowledge, it is impossible for knowledge not to engender power” (FOUCAULT, 1980, p. 52, tradução nossa).

qualitativo. Nessa lógica, a “ausência” é considerada a “falta de presença,” o “mal” é o antônimo do bem,” e o “erro é uma distorção da verdade” (JOHNSON, 1981, p. viii).

Nesse processo de categorização binária se privilegia “a unidade, a identidade, o imediatismo, a presença temporal e espacial em detrimento da distância, da diferença, da dissimulação e do adiamento” (ibidem, 1981, p. viii). Esse movimento dá origem ao processo crítico de desconstrução que Derrida (1998) chamou de “metafísica da presença” buscando expor o processo de “contaminação” presente nesta estrutura de significados, referenciando-se o modo em que o pensamento ocidental prioriza o que está presente em relação ao que está ausente. Esse raciocínio se apoia na ideia que cada ordem social se baseia num conjunto de práticas que autorizam a institucionalização de um *ethos* de significados mediados pelos escritos predominantes do contexto histórico em que ocorrem, ao passo que outras formas e percepções de significados são marginalizadas e esquecidas (SHAPIRO, 1989).

Nessa lógica, a afirmação de que “não há nada fora do texto” (DERRIDA, 1998, p. 158) o autor procura expor como os discursos e determinadas estruturas sociais agem enquanto efeito de verdade definitiva e (re)produtora de significados. Desse modo, Derrida localiza a realidade enquanto uma interpretação de um texto derivado de discursos orientados a forjar sistemas de significados que direcionem e legitimem uma determinada prática política. Nesta conceituação Shapiro (1989, p. 13) pondera:

Uma vez que dermos reconhecimento adequado ao texto dentro do qual o mundo emerge e fornecer uma compreensão da política que se concentre em tais imposições de significado e valor, podemos apreciar a íntima relação entre práticas textuais e política. São as práticas textuais dominantes e sobreviventes que dão origem aos sistemas de significado e valor a partir dos quais ações e políticas são dirigidas e legitimadas (SHAPIRO, 1989, p. 13)<sup>20</sup>

Diante disso, a constituição da realidade e de seus significados, por ser fruto da interação entre sujeitos e objetos, deve ser classificada como um ambiente aberto de contestação permanente delineado por ações e reações, movimentos e releituras; portanto, não é possível interpretá-los como um produto uno, circular, estável e fixo. A partir deste raciocínio, Julia Kristeva (1980) procura descortinar esse processo como um sistema de significação contínuo em que o sentido é produzido. Destarte, o processo de

---

<sup>20</sup> Do original em inglês: “Once we give adequate recognition to the text within the world emerges and provide an understanding of politics that focuses on such impositions of meaning and value, we can appreciate the intimate relationship between textual practices and politics. It is the dominant, surviving textual practices that give rise to the systems of meaning and value from which actions and policies are directed and legitimated” (SHAPIRO, 1989, p. 13, tradução nossa).

“intertextualidade” de Kristeva proporciona lentes analíticas e metodológicas eminentemente úteis para a problematização de determinados discursos da política externa.

Com base em suas contribuições, Kristeva procura expor a intertextualidade como um processo que descreve a interrelação de narrativas que precederam a adoção de um determinado discurso atual em uma “relação de coopresença” ou de “presença efetiva de um texto em outro texto” que retoma, imita, modifica e reproduz narrativas anteriores (RESENDE, 2010, p. 42). Assim é que a realidade social emerge nos textos em si, pré-condicionada por produções textuais anteriores dependentes e conectadas consigo mesmas de modo intertextual (SHAPIRO, 1989). Isso significa que determinados discursos estão situados em um processo de justaposição textual que constituem seus argumentos, sua autoridade e sua legitimidade referenciando textos e representações anteriores. Nesse caso, “ao se ligarem a textos antigos, os textos novos recorrem ao status do texto anterior, mas esse processo de leitura e ligação também produz novos significados” (HANSEN, 2006, p. 07)

Com efeito, representações, narrativas, declarações políticas, discursos ou entrevistas estão "localizados dentro de uma teia textual maior" (HANSEN 2006, p. 49) e participam do processo de construção de identidades pré-estabelecidas e por conseguinte da articulação ameaças à esta identidade. A intertextualidade torna a identidade intersubjetiva e constituída a partir de diferentes significados e interpretações em entidades discursivas, relacionais e mutáveis (RAWI ABDELAL *et al.* 2006).

Com base nesta lógica, Shapiro (1989) busca entender o mundo das relações internacionais enquanto um texto do qual certas formas privilegiadas de representação levaram a aceitação de determinados sujeitos, objetos, atos e temas que priorizam um enfoque particular de interpretação do mundo político. O uso performativo da linguagem é imediatamente invocatório e carregado de poder; é, pois, imbuído de contingência temporal, significado, valor e, finalmente, o que é constituído como verdade; isto direciona e limita os objetos, sujeitos e temas dos quais se fala, exercendo um papel fundamental na institucionalização de um conjunto de significados e representações. Dessa forma, para Shapiro (1989) a formulação das identidades nacionais e conseqüentemente da realidade social emerge de certas representações dominantes geradas a partir da naturalização de determinadas práticas e literatura textuais modeladas pelo contexto histórico (SHAPIRO, 1989).

De modo similar, James Der Derian (1989) resgata elementos da intertextualidade e da linguística. Nele, o autor busca a partir da literatura aproximar-se com a realidade do mundo. O intertexto, para o autor (DER DERIAN, 1989, p. 163), representa um campo de contestação

ideológica onde, nas relações internacionais, a estratégia de segurança nacional pode ser “jogada” pelo consumo das massas. Nesse espaço, várias representações de segurança nacional viriam à tona competindo para delimitar fronteiras e dominar a política internacional (DER DERIAN, 1989, p. 163). Assim, o “jogo” seria por uma “verdade oficial” que converte a opinião das massas em poder político. O autor utiliza o exemplo de espões para ilustrar a espetacularização que, por meio da literatura popular americana, compartilha e privilegia uma narrativa sobre segurança internacional: que se refere ao que está além das fronteiras dos Estados Unidos como incoerente, estranha, perigosa (DER DERIAN, 1989, p. 167). Assim, Der Derian (1989, p. 168) argumenta que deveria ser usada uma abordagem intertextual que investigasse como os dois discursos (de segurança e da literatura) produzem significado e legitimam formas particulares de poder um em relação ao outro.

A partir deste conjunto de *insights* fornecidos pela lógica conhecimento/poder de Foucault, da desconstrução da metafísica do pensamento Ocidental empregada por Derrida, e do método intertextual apresentado por Kristeva, pode-se ter um panorama abrangente sobre os caminhos e as bases ontológicas e intelectuais adotadas pela abordagem pós-estruturalista no estudo da política internacional. Ao evidenciarem que as práticas políticas são derivadas de discursos específicos que refletem determinadas estruturas de autoridade e controle, é necessário entender como isto gera um conjunto de política securitárias que acabam por conferir legitimidade aos processos de formação e manutenção de alianças militares, como, neste caso, a OTAN. Nesse escopo específico se faz indispensável contestar questões pertinentes ao processo de formulação de identidades e diferença que regularizam o *ethos* da política externa dos Estados, especificamente no que pertine a articulação de ameaças e perigos externos dentro da aliança que foram mobilizadas para (re)formular a identidade da OTAN no pós-Guerra-Fria.

### **2.3.1 Soberania e a política de identidade**

A partir da lógica apresentada acima, Walker (1993) argumenta que as Relações Internacionais não devem ser vistas como uma descrição da política internacional, mas sim como um processo de constituição dela mesma. É dizer que as práticas da política internacional derivam primordialmente do modo em que coletivamente ela é apresentada. O autor entende que a partir da aceitação da ontologia tradicional sobre a unidade estatal moderna enquanto ente soberano dotado de autoridade e legitimidade, cria-se condições

importantes para respostas à questões securitárias representadas pela dicotomia universal/particular (WALKER, 1993).

O princípio da soberania em torno da demarcação territorial do Estado oferecia uma reação ao problema de identidade política e segurança nacional à medida em que concedia uma solução espacialmente e temporalmente localizada. O Estado soberano passa a ser entendido como uma unidade aparelhada de particularidades, cuja organização de seu interior (*inside*) o tempo é universal – conferindo ao espaço doméstico padrões universalizantes de valores e identidades, ordem, progresso, democracia e harmonia -, ao passo em que o espaço externo (*outside*), regido pela estrutura anárquica internacional, e pela ausência de regras, é circunscrito como uma reprodução atemporal dominada por perigos, conflitos, dissenso, repetições e inimigos (WALKER, 1993). Sobre o tema, *in verbis*:

A "anarquia" das relações internacionais pode então ser lida como a condição tácita que torna possíveis todas as reivindicações de universalidade dentro dos Estados. Violência fora permite paz e justiça dentro. Daí o caráter muito especial da "política de defesa" ou "segurança nacional" como algo que ultrapassa os limites da política como de costume. A política de defesa é geralmente entendida em relação à garantia de limites da ameaça externa. É pelo menos tão importante entendê-la como uma prática destinada a inscrever os limites da política normal, um patrulhamento das fronteiras internas, uma disciplina de reivindicações de autoridade soberana e identidade nacional. (WALKER, 1993, p. 151)<sup>21</sup>

Nessa dinâmica, o nacional e o internacional, portanto, não são simplesmente duas esferas políticas distintas e autônomas, mas sim entidades nitidamente constituídas em oposição uma a outra. Esse delineamento alicerçado de diferenças radicais entre o nacional (interno) e o internacional (externo) ratifica não somente o "discurso de segurança", mas também define as bases do "interesse nacional". Ambas noções estão imbuídas de conteúdo político essencial para o processo de construção das identidades nacionais e são imprescindíveis para entender as estratégias da política externa enquanto uma reprodução repetitiva da existência de um "Eu" nacional que precisa de proteção contra um "Outro" cuja (des)caracterização é radicalmente ameaçadora (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

A partir desta perspectiva o processo de formulação de identidades pode ser descrito como um sistema cognitivo com base em uma dinâmica que estabelece os seus pilares a partir

---

<sup>21</sup> Do original em inglês: "The 'anarchy' of international relations might then be read as the tacit condition that makes all claims to universality within states possible. Violence outside permits peace and justice inside. Hence the very special character of 'defence policy' or 'national security' as somehow beyond the limits of politics as usual. Defence policy is usually understood in relation to the securing of boundaries from external threat. It is at least as important to understand it as a practice intended to inscribe the boundaries of 'normal' politics, a patrolling of the borders at home, a disciplining of claims to sovereign authority and national identity within" (WALKER, 1993, p. 151, tradução nossa).

de processos de diferenciação e de exclusão do que é o “estrangeiro” ou o “externo” (o outro) para definição do que é o “nacional” e “interno” (o eu). Portanto, a definição identitária do “eu” (nacional, interno) não pode existir sem o “outro” (estrangeiro, externo). Assim, identidade e diferença são mutuamente dependentes e se constituem entre si, formulando-se por intermédio constante de uma série de conexões e superposições de diferentes signos e daquilo que é negado. A definição do “ser algo” imediatamente endereça ao seu oposto - aquilo não se é. Não há identidades objetivas ou estáveis, mas sim identidades constantemente atualizadas, negociadas e reformadas, pois elas variam de modo performático de acordo com a adoção de determinadas práticas políticas discursivas. Nesse sentido, os discursos de política externa formatam uma representação da realidade a partir de uma determinada interpretação que não depende exclusivamente de condições objetivas para a sua validade (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006.).

David Campbell (1992) sustenta que a construção da identidade a partir da divisão binária entre o “Eu” e o “Outro” perpassa a constituição do “Outro” como radicalmente perigoso a existência do “Eu”. Nesse aspecto, a localização de ameaças no “externo” é uma condição fundamental para a própria existência do Estado enquanto agente político que detém o monopólio do discurso de “segurança nacional” e das questões de “interesse nacional” o que, conseqüentemente, lhe confere o domínio na construção de uma predeterminada identidade nacional. Por assim dizer, a formulação dos Estados e de sua identidade é um processo ininterrupto e interminável que baseia sua construção exatamente na sensação perene de insegurança em detrimento da segurança. Nessa lógica, o Estado não pode ser interpretado como uma entidade regular cujo seu alicerce esta em seu “ato fundador”, mas sim como uma contínua busca de “ser” que é performaticamente pautada pela repetição (CAMPBELL, 1992, p. 10-12).

Nesse processo permanente, a política externa deve ser entendida como uma prática de articulação sistemática do Estado e de sua identidade de modo constitutivo. Para o autor, a política dos Estados se define como uma “fronteira específica que produz o desempenho político,” construindo discursivamente perigos e medos em sua população, enquadrando o homem nas linhas de limítrofes entre o “interior” e o “exterior.” Nestas circunstâncias, a política externa é um recurso que, autorizado pela repetição do discurso do “Estado protetor” das ameaças vindas do mundo anárquico, busca a consolidação de uma identidade nacional em sua população a partir da exclusão e depreciação do que é o “estrangeiro” e “perigoso” e do destaque daquilo é relativo à singularidade daquele Estado (CAMPBELL, 1992).

Essa função era similarmente exercida pela Igreja, que oferecia um “projeto de salvação” dos males do inferno e do pecado àqueles que vivessem no domínio de suas regras religiosas. Da mesma forma, o Estado Moderno se apropriou do projeto de segurança nacional prometendo proteção de sua população contra ameaças provindas do mundo externo, anárquico e perigoso. Essa correlação é parte integral da constituição dos Estados modernos enquanto um “mediador” de identidades díspares, substituindo o papel exercido anteriormente pela Igreja. Esta atribuição de “mediador” se desenvolve nesta lógica a partir da constante mobilização de uma determinada aplicação da política externa que privilegie o uso de “discursos de perigo” e de “evangelização do medo.” Assim para Campbell (1992 p. 75):

[...] a identidade estatal pode ser entendida como um resultado de práticas de exclusão em que os elementos resistentes a uma identidade segura no "interior" estão ligados através de um discurso de "perigo" com ameaças identificadas e localizadas no "exterior". O resultado disso é que as fronteiras são construídas, espaços demarcados, padrões de legitimidade incorporados, interpretações da história privilegiadas e alternativas marginalizadas.<sup>22</sup>

Sendo assim, Campbell (1992, p. 75) defende que o conceito tradicional da política externa precisa ser problematizado e re teorizado “como uma prática de produção de fronteiras central para a produção e reprodução da identidade daqueles que em seu nome operam.” Destarte, a política externa é primordialmente “um discurso performático constitucional de ordem política” que ao ser invocado, exige práticas de diferenciação, classificação e definição (CAMPBELL, 1992, p. 253). À vista disso, a política externa se caracteriza como um instrumento operacional dos Estados para contingenciar os problemas associados às ambiguidades identitárias internas e, sobretudo, assegurar uma identidade coletiva (a dominante) crucial para o controle territorial e a própria existência da entidade estatal (CAMPBELL, 1992).

Diante dessa lógica, a percepção sobre o desígnio da política externa enquanto mecanismo que visa a sobrevivência e a manutenção do Estado é semelhante ao proposto pelo realismo. Todavia, o entendimento teórico realista acerca da conexão entre política externa e a sobrevivência do Estado é radicalmente distinto no pós-estruturalismo. Na visão tradicional realista o que torna essa “sobrevivência” possível se refere a um nexos causal entre a busca de poder e a *práxis* da política externa, cujo intuito visa eliminar os perigos aos interesses

---

<sup>22</sup> Do original em inglês: "[...] the state identity can be understood as the outcome of exclusionary practices in which resistant elements to a secure identity on the 'inside' are linked through a discourse of 'danger' with threats identified and located on the 'outside.' The outcome of this is that boundaries are constructed, spaces demarcated, standards of legitimacy incorporated, interpretations of history privileged, and alternatives marginalized" (CAMPBELL, 1992, p. 75).

nacionais e garantir a sua segurança. Por outro lado, a visão pós-estruturalista entende a busca pela sobrevivência do Estado a partir do poder discursivo da política externa como base para criar ou reelaborar ameaças na formulação das identidades nacionais, fatores cruciais para disciplinar o perigo da ambiguidade e da contingência interna que, via consequencial, impedem a fragmentação estatal (CAMPBELL, 1992).

A produção das identidades do “eu” exige assim a presença de um “outro” que, por sua vez, é tido como ponto de referência para a validação, definição e performance política do “eu.” Este processo se desenvolve de modo multifacetado e em várias instâncias que podem produzir “outros” internos e externos a partir da presunção que não há diferenças que não possam ser politizadas no nível estatal e, com efeito, serem utilizadas como definidoras de identidades. Todavia, a lógica estabelecida a partir da representação da diferença não pressupõe uma definição imediata do “outro” como ameaça ou de uma reprodução necessariamente negativa de sua alteridade. No entanto, dada a instabilidade das identidades, o uso da diferença permanece disponível no nível estatal para que potencialmente seja transformada em perigo. Conforme argumenta Campbell (1992) abaixo:

Se todo significado é constituído através da diferença, então não pode haver declaração sobre a natureza do eu que é totalmente livre de suposições sobre o outro. Embora uma declaração positiva de alguma característica do eu possa ser desprovida de referência específica a uma outra, ela profere, não obstante, uma avaliação, pelo menos implícita, daqueles que poderiam ser considerados “outros.” [...] a natureza dessa avaliação e seus efeitos podem variar consideravelmente: um contraste simples não precisa resultar automaticamente na demonização do outro, e a diferenciação ou distanciamento de um grupo de outro não exige que seu relacionamento seja de violência. Mas, na medida em que a lógica da identidade requer diferença, o potencial para a transformação da diferença em alteridade sempre existe (CAMPBELL, 1992, p. 77-78)<sup>23</sup>.

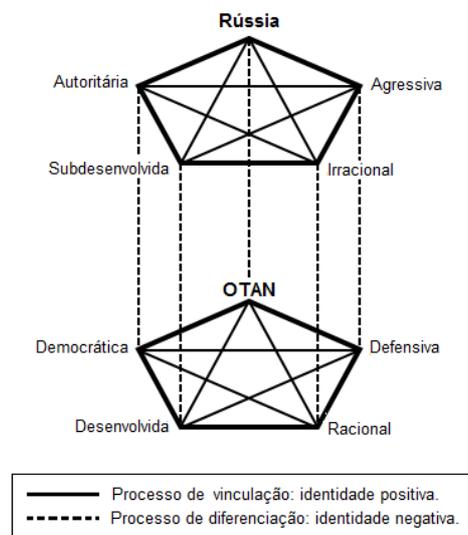
A partir dos contributos teóricos de Campbell (1992) e Walker (1993), Lene Hansen (2006) propõe um modelo analítico para se pensar e analisar a construção da diferença do “outro” presente no discurso de política externa do “eu.” Segundo a autora, o processo de formatação identitária é “relacional, discursivo, político e social.” A lógica em que o “eu” nacional constitui o “outro” se desenvolve por intermédio de um processo de gradação da

<sup>23</sup> Do original em inglês: “If all meaning is constituted through difference (an assumption upon which this analysis is based), then there can be no declaration about the nature of the self which is totally free of suppositions about the other. Although a positive declaration of some characteristic of the self might be devoid of specific reference to an other, it proffers nonetheless an at least implicit valuation of those who might be considered other. [...] the nature of that valuation and its effects can vary considerably: a simple contrast need not automatically result in the demonization of the other, and the differentiation or distantiation of one group from another does not require that their relationship be one of violence. But in so far as the logic of identity requires difference, the potential for the transformation of difference into otherness always exists.” (CAMPBELL, 1992, p. 77-78, tradução nossa)

diferença, podendo variar do “familiar” ao radicalmente “diferente.” Tal curso pode ser teorizado a partir da utilização de duas lógicas simultâneas e complementares - pela lógica de diferenciação/ligação e pela articulação da identidade em termos espaciais, temporais e éticos (HANSEN, 2006).

A dialética de construção da identidade não envolve apenas a dicotomia entre o “eu” e o “outro,” mas uma série de dicotomias relacionais e justaposições que formulam processos de vinculação e diferenciação. A construção de significados e as identidades são estimuladas discursivamente por um conjunto de signos que estão conectados uns aos outros; em verdade, constituem-se como relações de igualdade em oposição a uma relação de diferenciação para outra série de signos justapostos. Registre-se, por oportuno, que nesse processo de construção há sempre uma lacuna entre eles, de forma que, mesmo estando ligados uns aos outros, eles nunca são completamente iguais (HANSEN, 2006). Por exemplo, a construção da Rússia apenas como diferente da OTAN não fornece automaticamente muito significado, a menos que essa construção esteja situada dentro de um discurso que privilegie e desvalorize certos signos. Desse modo, apresenta-se a identidade da OTAN por meio de um processo positivo de ligação como o lado “democrático,” “defensivo” “estável” “moderado” “desenvolvido” justaposto à uma classe de elos negativos de diferenciação com a Rússia, como o lado “não-democrático,” “instável” “agressivo” e “irracional.” Um modelo do processo de vinculação e diferenciação entre a OTAN e a Rússia pode ser visto na figura abaixo:

Figura 1 – Processo de vinculação e diferenciação entre a “Rússia” e “OTAN”



Fonte: Adaptado de Hansen (2006).

Além do processo de vinculação e diferenciação, Hansen (2006) introduz três elementos estruturantes da construção discursiva relacionados às dimensões espaciais, temporais e éticas da identidade. Esses são conceitos filosóficos nos quais as comunidades políticas são pensadas, discutidas e formatadas. Conforme explicitado na introdução, as definições de tempo, espaço e ética possuem o mesmo *status* ontológico, ainda que determinados textos ou narrativas possam estar mais atrelados a um destes três elementos, pois variam de acordo com o contexto no qual foram proferidos. Apesar disso, o discurso se articula de tal modo que, ao se invocar uma das dimensões, as demais acabam sendo reforçadas e/ou complementadas, criando categorias de superioridade. A definição da construção espacial envolve a delimitação de fronteiras e espaços que circunscrevem uma determinada identidade, enquanto um “espaço político” ou “Estado.” Ainda, a espacialidade da identidade pode ser definida em termos de política abstrata, a partir de ideia de “civilização,” “terroristas” ou “comunidade internacional” (HANSEN, 2006)

A dimensão temporal da identidade pode ser entendida a partir de uma lógica que define o “eu” enquanto temporalmente superior ou inferior ao tempo do “outro” de modo a contrastar o progresso político e o desenvolvimento econômico com o atraso e intransigência. As construções temporais envolvem um sentido que posicionam os sujeitos em relação ao tempo, e podem conter temáticas envolvendo a possibilidade de transformação, continuidade ou estagnação. A dimensão temporal pode ser representada a partir de construções binárias como: “desenvolvido/subdesenvolvido,” “democrático/autoritário,” “rico/pobre” e “civilizado/bárbaro.” Por fim, a construção ética da identidade é altamente baseada no processo de legitimação de uma determinada ação perante suas audiências nacionais e implica em uma preocupação discursiva com a “moralidade” ou em senso “ético” particular de “responsabilidade” em proteger uma população ou país ou de defender uma determinada política (HANSEN, 2006, p. 41-45).

Iver Neumann (1998; 1999), por sua vez, desenvolve seu estudo com base na análise da percepção e representação da Rússia na construção da identidade europeia ocidental desde os tempos da Moscóvia, passando pela Revolução Russa de 1917 até os anos 1990. As representações do “outro” – leia-se Rússia -, na Europa, adquiriram diferentes variações ao longo deste período; construções temporais, morais e espaciais como o cristianismo, civilidade e tipo de regime político foram utilizadas pelos Estados europeus para historicamente reforçar a diferença entre a sociedade dita “ocidental” e a russa (NEUMANN, 1998; 1999).

Durante os séculos XVI e XVII, fase transitória do Principado de Moscou para o Czarismo, o fator religioso foi utilizado como fonte para realçar as diferenças entre os eslavos e os povos europeus do Ocidente. Os relatos sobre a Rússia na construção social da Europa questionavam a condição dos russos enquanto cristãos, e a religião ortodoxa russa enquanto representante fidedigna dos valores do cristianismo. Os relatos dos contatos entre europeus e sacerdotes russos geralmente salientavam a “falta de erudição” dos russos e denominavam suas práticas religiosas como ensinamentos hereges e não-cristãs (NEUMANN, 1998, p. 59-60). A versão “autorizada” reproduzida pelos diplomatas e políticos europeus interpretava os hábitos culturais russos como bárbaros, selvagens e infiéis, cujas tradições políticas estavam mais próximas da Ásia do que da Europa (NEUMANN, 1998).

De modo similar, Wolff (1994) argumenta que a criação no século XVIII da sub-região “Europa Oriental” enquanto filosoficamente e moralmente separada da Europa Central consolidou a ideia da “civilização europeia ocidental” como exclusiva e autocentrada (WOLFF, 1994). Tal construção se tornou especialmente pronunciada no contexto da Guerra da Crimeia, quando o “atraso” russo, em termos de instituições, normas políticas e legais, foi incorporado para justificar a aliança do Reino Unido e da França com um império muçulmano (Turquia) contra um cristão (Rússia). Este contexto demarcou ainda mais o relevo da construção da Rússia como o “outro” da Europa, bem como definiu a secularização política dos Estados europeus em oposição ao Império Russo (MOROZOV, RUMELILI, 2012).

No período da Guerra Fria o discurso dominante nos países europeus ocidentais em relação à Moscou ascendeu da diferença para uma ameaça à existência do “eu” que percebia a União Soviética como um país cujo objetivo principal era o expansionismo. O discurso europeu que anteriormente representava os russos pela dicotomia civilizado/bárbaro e europeu/asiático foi substituído, no século XX, pela representação dos soviéticos e de seu modelo político e cultural pela oposição “Europa democrática” *versus* “URSS autoritária e expansionista.” Nesse sentido, a construção social da União Soviética se tornou parte integrante do cotidiano político europeu como anteparo identitário (NEUMANN, 1990):

A construção social da União Soviética como uma verdadeira ameaça militar e, até certo ponto, também uma ameaça política, era tão difundida que foi e é usada de forma ubíqua na definição de um período da história europeia: a Guerra Fria. O “outro” se inscreveu na dimensão temporal da identidade do “eu” europeu, dando nome a um período de sua história (NEUMANN, 1998, p. 30-31)<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Do original em inglês: “The social construction of the Soviet Union as an actual military and to some extent also a political threat was so pervasive that it was and is ubiquitously used in the delineation of a period of European history: the Cold War. The Other inscribed itself in the temporal dimension of the European self’s identity by giving name to a period of its history” (NEUMANN, 1998, p. 30-31, tradução nossa).

O colapso do bloco soviético e ausência de uma ameaça militar evidente conferiram ao Ocidente e, principalmente, à OTAN, não somente a capacidade de superar sua obsolescência, mas sobretudo permitiram a institucionalização de valores civilizacionais ocidentais como princípios democráticos, neoliberais e globalizantes entre seus membros. Com base nesta visão, Williams e Neumann (2000) argumentam que:

A Guerra Fria, tantas vezes vista como a lógica definidora da OTAN e pela luta racional de poder, pode agora ser apresentada como um infeliz desvio histórico, um período anômalo durante o qual a verdadeira natureza e identidade da OTAN foi subjugada por uma lamentável necessidade militar, o que permitiu a OTAN retornar ao seu verdadeiro papel histórico (WILLIAMS; NEUMANN, 2000, p. 369)<sup>25</sup>.

A partir deste entendimento, processos de mudanças radicais no cenário internacional abrem margem para a (re)articulação de novos significados e representações o que, por sua vez, permite a revisão de determinadas políticas na ordem emergente. Este contexto específico indubitavelmente envolve interpretar os processos de (re)formulação de novas identidades a partir das tensões geradas na busca por privilegiar determinadas narrativas e legitimar significados particulares que conferem graus de excepcionalismo ao reconhecimento desta identidade atual em detrimento de outras. Um componente central nesse processo é a maneira pela qual organizações como a OTAN fornecem um *locus* específico para o credenciamento de identidades autorizadas e para a articulação de reivindicações (WILLIAMS, NEUMANN, 2000).

As considerações ancoradas pela abordagem pós-estrutural nos levam a entender a coesão e a manutenção da OTAN em um contexto de mudanças sistêmicas ocorridas a partir do pós-Guerra. A identidade da aliança ocidental deixou de ser vinculada a uma lógica militar, para uma civilizacional, ao passo que a conceituação de “segurança” passou a ser cada vez mais atrelada à “democracia.” No entanto, este processo não é passível de compreensão sem uma análise performática e aprofundada dos critérios e narrativas utilizadas pela organização ocidental com o intuito de firmar tal identidade coletiva. Principalmente, como a OTAN aparelhou anteparos de oposição e de ameaças à identidade na qual representa de modo tão eficaz ao nível de manter a legitimidade e a coerência de sua política securitária.

---

<sup>25</sup> Do original em inglês: “The Cold War, so often seen as NATO’s defining rationale and forging struggle, could now be presented as an unfortunate historical deviation, an anomalous period during which NATO’s true nature and identity was overwhelmed by a regrettable military necessity, the passing of which allowed NATO to return to its true historic role” (WILLIAMS; NEUMANN, 2000, p. 369, tradução nossa)

No período posterior à Guerra Fria, especialmente nos anos 90, surgem duas percepções principais da Europa em relação a Rússia. A primeira imagem relaciona a Rússia como um país mais próximo do “eu” europeu na condição de “aprendiz” devido às suas mudanças políticas e econômicas. A segunda imagem se refere à Rússia como uma ameaça em potencial caso Moscou retomasse o nacionalismo de outrora. Para Neumann (1998) as duas representações são, de algum modo, complementares, contingentes e altamente contraditórias. A identidade temporal russa na posição de “aprendiz” naturalmente pressupõe em sua essência um desequilíbrio e uma relação de poder entre aquele que “aprende” (Rússia) e aquele que “ensina” (Ocidente). Para os russos, existe uma tensão inerente entre aceitar o papel de “aprendiz” da Europa e defender a posição de que a Rússia continua sendo uma grande potência europeia. Tal noção, portanto, pressupõe algum tipo de equilíbrio com outras grandes potências europeias e o reconhecimento da Rússia como um “igual.” A presunção contestável se baseia em assumir que a posição de “aprendiz” continuará a ser uma identidade dominante no próprio discurso político russo (NEUMANN, 1998).

Tal construção que delimita a identidade de Moscou à posição de aprendiz, igualmente coloca a Europa em um posto capaz de condenar e sancionar determinadas punições à Rússia caso ela retome seu projeto de “grande potência.” No entanto, como em toda relação “professor-aluno,” existe um limite estabelecido para a aplicação de determinadas sanções, ou seja, até que o “aprendiz” passe a desafiar a autoridade e os ensinamentos daquele que lhe ensina. Neumann (1998) argumenta, neste caso, que para diminuir as possibilidades de o “aluno” desafiar a autoridade e o conhecimento do “professor” se faz necessário moldá-lo como um semelhante, e não diferente de si; queda-se indispensável, enfim, ao “professor” conferir ao seu “aluno” algum grau de reconhecimento. Neste sentido, a construção da Europa em relação à Rússia não busca reconhecê-la como uma “igual”, o discurso autorizado europeu interpreta reiteradamente Moscou não como uma grande potência de pleno direito, mas como uma grande potência “por cortesia.” Nesse aspecto, este relacionamento a médio-longo prazo pode, novamente, sublinhar ainda mais as diferenças do que as semelhanças entre as duas partes servindo, sobretudo, para reificar a construção da Rússia como o “outro” europeu (NEUMANN, 1998, p. 30-31).

Ao nos concentrarmos no processo de expansão da OTAN é possível identificar a construção da Rússia enquanto o “par oposto” à definição de uma identidade coletiva dos países membros da aliança militar, servindo, nesse desiderato, para reiterar e consolidar as fronteiras de uma comunidade geograficamente circunscrita com base na divisão entre os “países ocidentais,” “democráticos” e “moderados” da OTAN e a Rússia enquanto

“agressiva,” “não democrática” e “irracional.” Nos critérios apresentados pela abordagem pós-estrutural é possível entender a formação de identidades enquanto um processo de exclusão e de diferenciação que, necessariamente, envolve a produção de fronteiras entre o “interno” e o “externo.” Esta lógica, pois, circunscreve a divisão do espaço europeu entre os “membros da aliança” e os “outros” – leia-se, Rússia. É com base nesta ontologia que se busca oferecer caminhos explicativos para o desenho desta pesquisa. Nos próximos capítulos se procura entender e analisar a maneira em que processo de expansão da OTAN foi legitimado e imbuído de narrativas e significados que colocavam a Rússia enquanto “oposta” à identidade coletiva dos membros da aliança militar.

### **3 DA PARCERIA AO LIMBO: O DISCURSO CIVILIZACIONAL NA (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA OTAN NO PÓS-GUERRA FRIA E SUA RELAÇÃO COM A RÚSSIA**

“A Rússia é autoritária no coração e expansionista pelo hábito”  
(SAFIRE, 1994).

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

O derretimento das disputas ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética elucidado pela queda do Muro de Berlim e pelo colapso do bloco socialista a partir da década de 1980 inaugurou uma nova fase no relacionamento entre Rússia e OTAN registrado pelos discursos de aproximação entre as partes nos anos subsequentes. As mudanças tectônicas ocorridas na arquitetura de poder global, bem como o desaparecimento do Pacto de Varsóvia, mergulharam a OTAN em uma crise de identidade colocando em questionamento a sua funcionalidade e, conseqüentemente, a sua manutenção diante deste novo cenário sistêmico. Behnke (2013, p. 108) argumenta que tal contexto colocava a aliança diante de um “perigo ontológico”, pois sem um “outro” constitutivo qual seria a razão para a OTAN continuar existindo?

O debate estabelecido em torno da sobrevivência da OTAN após a Guerra Fria permanece amplamente circunscrito na literatura de Relações Internacionais. No entanto, conforme exposto no capítulo anterior, apesar das avaliações das teorias dominantes que apontavam a sua fragmentação, a Aliança não desapareceu, pelo contrário, emergiu como uma das instituições contemporâneas mais importantes na esfera securitária. Grande parte deste sucesso se deve primordialmente a capacidade da instituição de reorganizar-se internamente, e aglutinar antigos e novos membros em torno de uma identidade coletiva. Esta “nova” identidade da OTAN passou por uma metamorfose em relação ao período da Guerra-Fria, deslocando-se da questão puramente militar, para um conjunto de suas normas e valores democráticos e liberais (RISSE-KAPPEN 1995; SJURSEN 2004; BETTS, 2009). A partir destes pressupostos, Behnke (2013) afirma que a relevância do papel da OTAN no mundo é tributária e dependente de sua capacidade para (re)construir e manter o “espaço cultural ocidental.” Nesse sentido, a ampliação da agenda securitária e a mudança de papel político da aliança nos anos 1990 e 2000 fornecem elementos substanciais para se entender o mote do processo de expansão da OTAN.

Em consonância com o observado no capítulo antecedente, os discursos exercem um papel central na construção da realidade e da formatação de determinadas identidades; certas instituições, como neste caso, a OTAN, funcionam como catalizadoras de um *locus* para a reprodução desta identidade. Portanto, o objetivo central deste capítulo visa elucidar o desenvolvimento do processo de construção da identidade da OTAN, a partir da análise discursiva apresentada nas declarações finais de cinco cúpulas da aliança (cúpula de Bruxelas em 1994, cúpula de Madrid em 1997, cúpula de Washington em 1999, a cúpula de Praga em 2002, a cúpula de Istanbul em 2004).

Conforme explicitado na introdução, a escolha destas cúpulas se baseia na relevância que estes eventos exerceram no processo constitutivo de reformulação da identidade da OTAN no pós-Guerra Fria, que por sua vez permitiu a criação de um senso político e cultural compartilhado, superando sua obsolescência. Neste sentido, o caso da extensão geográfica da aliança para o Leste é especialmente importante neste estudo, pois a busca de países interessados em ingressar na organização demonstra o êxito em que a OTAN reformulou sua identidade e a sua percepção sobre a segurança da Europa diante das novas condições sistêmicas e preservou sua relevância neste cenário (BRAUN, 2007).

O material aqui coletado se apoia nas declarações finais destas cúpulas, dando especial atenção as referências voltadas para as construções de categorias discursivas de identidades temporais, espaciais e éticas que articulam determinados valores, vínculos e diferenças. Com o propósito de oferecer uma maior contextualização sobre os temas explicitados, esta análise irá também procurar dialogar com parte da literatura acadêmica especializada neste tema a partir do recorte histórico do qual esta pesquisa se propõe a analisar.

Neste contexto, observa-se como a construção discursiva ocidental articulou uma narrativa positiva que visava acomodar a oposição russa em relação à expansão da aliança militar, inserindo-a em um limbo institucional dentro da organização. A partir deste raciocínio buscar-se-á demonstrar o modo em que a OTAN utilizou-se de subterfúgios retóricos e critérios difusos para legitimar sua expansão e ao mesmo tempo diluir os custos diplomáticos de uma possível reação russa a este processo.

### 3.2 A DEMOCRACIA COMO SEGURANÇA NO PROCESSO EVOLUTIVO DA OTAN: A PRIMEIRA ONDA DA EXPANSÃO

A OTAN passou a ser retratada não como uma aliança convencional definida pela existência da ameaça soviética e da Guerra Fria, mas como uma organização cuja identidade e história são essenciais [...] como uma comunalidade cultural, ou mesmo

civilizacional, centrada em torno das fundações democráticas compartilhadas de seus membros (WILLIAMS, NEUMANN, 2000).

### 3.2.1 A cúpula de Bruxelas em 1994: a missão civilizacional da OTAN

Ao passo que se vislumbrava a ausência do antigo “inimigo” soviético, evidenciado pelo ambiente de colaboração entre a Rússia e o Ocidente, o conceito de segurança internacional da OTAN passava por uma profunda redefinição e ampliação, no intuito de superar seu anacronismo. Neste novo contexto, a agenda de segurança da OTAN desloca-se da esfera estritamente vinculada à área militar, e introduz uma compreensão mais ampla, que pressupõe diferentes ideias e dimensões, cujos pilares se baseiam na interdependência euro-atlântica<sup>26</sup> (NATO, 1990). Conforme elucidado abaixo:

Reafirmamos que a segurança e a estabilidade não residem apenas na dimensão militar [...] na nova Europa, a segurança de todos os estados está inseparavelmente ligada à segurança de seus vizinhos. A OTAN deve tornar-se uma instituição onde europeus, canadenses e americanos trabalhem em conjunto não só para a defesa comum, mas para construir novas parcerias com todas as nações da Europa (NATO, 1990)<sup>27</sup>.

A cúpula de chefes de Estado e de Governo da OTAN, realizada em janeiro de 1994, na cidade de Bruxelas, foi a primeira a ocorrer após o colapso formal da União Soviética, em grande medida, moldada pelo contexto dos conflitos emergidos na antiga Iugoslávia, e após as primeiras eleições legislativas na Rússia. De acordo com o documento final da cúpula a “aliança mudou para se adaptar às novas circunstâncias” e as decisões tomadas naquele momento, são um reflexo de decisões “em áreas chaves” (NATO, 1994). Nesta ocasião, a organização celebrou o lançamento do programa Parceria pela Paz (PfP), que de acordo com o documento final assinado pelos membros da aliança, procurava:

[...] expandir e intensificar a cooperação política e militar em toda a Europa, aumentar a estabilidade, diminuir as ameaças à paz e construir relações reforçadas, promovendo o espírito de cooperação prática e o compromisso com os princípios democráticos que sustentam a nossa Aliança (NATO, 1994)<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> A reformulação do conceito de segurança da aliança militar, passa a ser oficialmente incorporada a partir da cúpula de Roma em 1991, oportunidade em que se promulga o novo Conceito Estratégico da OTAN.

<sup>27</sup> Do original em inglês: “We reaffirm that security and stability do not lie solely in the military dimension [...] We recognise that, in the new Europe, the security of every state is inseparably linked to the security of its neighbours. NATO must become an institution where Europeans, Canadians and Americans work together not only for the common defence, but to build new partnerships with all the nations of Europe” (NATO, 1990, tradução nossa).

<sup>28</sup> Do original em inglês “[...] expand and intensify political and military cooperation throughout Europe, increase stability, diminish threats to peace, and build strengthened relationships by promoting the spirit of

Segundo Kupchan (2000, p. 130), a criação do programa Parceria pela Paz, foi efetivamente, uma maneira inicial da administração Clinton, de inserir as “novas democracias” europeias no escopo das estruturas ocidentais de segurança, mas, sem incluí-las formalmente na instituição. Tal decisão tomada ainda na segunda metade de 1993, possuía um caráter estratégico, pois serviria como um primeiro passo para OTAN atrair novos membros do Leste em sua plataforma securitária, viabilizando o desenho da expansão da aliança não para aquele momento, mas para um futuro próximo (KUPCHAN, 2000). Sua disposição concedia aos norte-americanos a possibilidade de organizar sua presença militar a curto prazo, em países anteriormente pertencentes ao Pacto de Varsóvia, e ao mesmo tempo oferecia uma possibilidade de retroalimentar nestes Estados uma atmosfera antirrusa (WILLIAMS, NEUMANN apud PODBEREZKIN, 2000).

Na declaração final da Cúpula de Bruxelas, percebe-se o comprometimento “indispensável” com a manutenção da OTAN, com vistas a renovar os laços históricos da união transatlântica, frente as “transformações históricas que afetaram todo continente da Europa.” Diante destes fatores, a instituição procurou reforçar a ideia de que apesar do clima de cooperação que emergiu na Europa após “o período de confrontação global incorporado pela Guerra Fria [...] outras formas e causas de instabilidade, tensão e conflitos emergiram” (NATO, 1994).

Nesse contexto de “novas ameaças,” a cúpula da OTAN reafirma seu “permanente objetivo fundamental” na construção de uma “paz duradoura, estabilidade e bem-estar em toda a Europa.” Ao expor que a organização permanece aberta para a inclusão de “outros países europeus” a OTAN espera que tal “expansão irá buscar as novas democracias do Leste Europeu, como parte de seu processo evolutivo.” Conforme explicitado, a organização evidencia o conteúdo ético e moral de seus objetivos enquanto responsável pela preservação da paz no continente. Por outro lado, evoca a dimensão espacial de seu discurso ao naturalizar o caráter de sua expansão enquanto auto evidente, e parte de um “processo evolutivo.”

Ao tratar das questões relacionadas à segurança europeia, o documento explicita que “nossa própria segurança está inseparavelmente ligada à de todos os outros Estados da Europa.” A consolidação de valores ocidentais em torno da vinculação com princípios democráticos, direitos humanos e livre mercado, são uma tônica significativamente presente no documento, como “uma preocupação direta e material” para a preservação da segurança na

---

practical cooperation and commitment to democratic principles that underpin our Alliance” (NATO, 1994, tradução nossa).

Europa (NATO, 1994). Neste sentido, nota-se a busca de um entrelaçamento de valores compartilhados entre a sociedade europeia e a norte-americana, no intuito de resignificá-los enquanto parte indissolúvel de suas identidades e da segurança coletiva.

No que tange à esfera de prováveis ameaças à organização, a proliferação nuclear e o terrorismo internacional aparecem em destaque no documento. Esta foi a primeira vez que a “ameaça terrorista” apareceu na agenda da OTAN com tal ênfase, percebe-se a intenção de expandir o conceito de segurança da organização, explicitado pelo novo conceito estratégico da aliança, firmado em 1991, pouco antes do colapso da URSS. A organização “condena veementemente o terrorismo internacional,” e o define como “violações flagrantes da dignidade e dos direitos humanos e constituem uma ameaça para a condução estável das relações internacionais.” Em relação a questão nuclear, o documento indica que: “a proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de entrega constituem uma ameaça à segurança internacional e são motivo de preocupação para a OTAN” (NATO, 1994).

Na sequência do documento, o próximo ponto se refere ao curso de reaproximação com a Rússia, e o novo cenário político emergido no país após a Guerra Fria apresentando-a como uma eventual parceira da aliança. As intenções vocalizadas na declaração sugerem incentivar as reformas econômicas e políticas empregadas pela administração Yeltsin, como um meio de garantir a estabilidade política no país, e também de celebrar a adoção de uma política externa de maior aproximação com o Ocidente, definida como “reformista.”

Reafirmamos o nosso apoio à reforma política e econômica na Rússia e saudamos a adoção de uma nova constituição e a realização de eleições parlamentares democráticas pelo povo da Federação Russa. Este é um grande avanço no estabelecimento de uma estrutura para o desenvolvimento de instituições democráticas duradouras. Saudamos ainda o firme compromisso do governo russo com a reforma democrática e de mercado e com uma política externa reformista. Estes são importantes para a segurança e estabilidade na Europa (NATO, 1994).<sup>29</sup>

O trecho acima apresenta os valores ocidentais como o livre-mercado e reformas democráticas como um caminho a ser seguido por Moscou. Ao expor que estas transformações na Rússia são cruciais para a “segurança e estabilidade da Europa,” a

---

<sup>29</sup> Do original em inglês: “We reaffirm our support for political and economic reform in Russia and welcome the adoption of a new constitution and the holding of democratic parliamentary elections by the people of the Russian Federation. This is a major step forward in the establishment of a framework for the development of durable democratic institutions. We further welcome the Russian government's firm commitment to democratic and market reform and to a reformist foreign policy. These are important for security and stability in Europe.” (NATO, 1994, tradução nossa)

organização indica o caráter temporalmente superior de seus valores. Ao apontar que estas reformas estão “em curso” na Rússia, tal trecho confere à Moscou uma identidade temporal de um país que está aprendendo a ser “civilizado,” progredindo em relação ao tempo do “eu.” A construção discursiva de um Ocidente “superior” a ser emulado pela Rússia não ratifica imediatamente a inclusão de Moscou como um “igual,” pelo contrário, separa temporalmente os dois entes.

Além disso, organização procura se colocar enquanto parte fundamental do processo de construção de uma nova arquitetura securitária na Europa se utilizando do programa Parcerias pela Paz como um passo importante para este delineamento. Por outro lado, se identifica com veemência a necessidade da manutenção da instituição se afirmar como elo indispensável no novo cenário emergido. Apesar disso, o processo de articulação de uma nova identidade da OTAN é bastante difuso, pois não se percebe a mobilização clara de um “outro” radicalmente distinto ou ameaçador, mas sim uma necessidade de autoafirmação e de expansão de seus valores. A questão evidente no discurso exposto se refere à organização se colocando enquanto preceptora “da paz e da estabilidade” no continente europeu. Esta lógica em grande medida baseada em critérios morais e temporais identificados pela dicotomia superior/inferior, em que o seu lado, no caso a OTAN, detém a missão de consolidar as “novas democracias” da Europa, a partir da expansão de seus valores para os antigos países socialistas, consequentemente posicionando-os como em processo de aprendizado ou com necessidade de ajuda.

Em um período de transformações cruciais no cenário internacional, as narrativas expostas para a construção de uma nova identidade da OTAN, buscavam sobretudo, prover os alicerces para sua expansão. A evocação constante da ligação e das bases comuns civilizacionais dos países europeus e norte-americanos, particularmente, os valores liberais e democráticos, foram os principais meios encontrados pela organização para se autolegitimar, conferindo-lhe um senso de missão. A emergência de tal narrativa, portanto, colocava em questão quais eram os países “dignos” a compartilharem de tais valores, e se a Rússia, neste caso, era parte integrante da “civilização ocidental.”

### **3.2.2 A cúpula de Madrid em 1997: o “alargamento” e a acomodação russa**

Logo após o seu lançamento em 1994, já se verificava que o PfP havia logrado pouca capacidade efetiva enquanto um promotor da cooperação em segurança e defesa entre os países da OTAN e os demais. Apesar disso, seu principal ganho fatural foi o estabelecimento

de uma linha direta de diálogo entre alguns países interessados em ingressar formalmente da aliança militar e os Estados Unidos. (RAUCHHAUS, 2000). Neste contexto, Kupchan (2000, p. 131) argumenta que importantes figuras políticas nos EUA, como Kissinger e Brzezinski, consideravam o PFP como uma medida inicial e que, portanto, Washington deveria agir rapidamente com a política de expansão da OTAN, para assegurar que a Europa “nunca caia novamente sob a dominação russa.”

Outro quadro importante do governo Clinton, Anthony Lake, Assessor de Segurança Nacional, considerava que somente por meio da expansão da OTAN garantir-se-ia a “democracia nos países europeus” e a estabilidade na Europa. Este cenário levou a revisão da política externa norte-americana em torno da extensão da OTAN, logo, o PFP foi relegado a um nível secundário, e a política expansionista da aliança foi impulsionada (KUPCHAN, 2001; DANNREUTHER, 1999). Desse modo, a mobilização da mudança de direcionamento na política externa norte-americana ocorreu praticamente sem debates públicos, consultas às casas parlamentares ou às agências de segurança norte-americanas, mas sobretudo a partir do reflexo da opinião de quadros específicos ligados ao governo Clinton (GADDIS, 1998, p. 148).

Os resultados deste processo foram anunciados na reunião de Cúpula de Madrid, em 1997, oportunidade em que se lançou oficialmente o convite para inclusão formal à OTAN do grupo de Visegrad, que reunia República Checa, a Hungria e a Polônia, a partir da evocação do Artigo X<sup>30</sup> da carta de fundação da OTAN. Observa-se, todavia, a continuidade discursiva dos pontos basilares defendidos no documento da cúpula de 1994, de modo a legitimar tal expansão. O primeiro ponto enunciado pela declaração final da cúpula, explicita que:

[...] nos reunimos em Madrid para dar forma à nova OTAN à medida que avançamos para o século XXI. Progresso substancial foi alcançado na adaptação interna da Aliança. Como um passo significativo no processo evolutivo de abertura da Aliança, convidamos três países para iniciar as negociações de adesão. [...] A assinatura, em 27 de maio, do Ato Fundador OTAN-Rússia e da Carta que assinaremos amanhã com a Ucrânia, testemunham o nosso compromisso para com uma Europa indivisa. O nosso objetivo é reforçar a paz e a estabilidade na área euro-atlântica. Está surgindo uma nova Europa, uma Europa de maior integração e cooperação. Uma arquitetura de segurança europeia inclusiva está evoluindo para a

<sup>30</sup> O artigo X da carta de fundação da OTAN, é comumente conhecido como a política de “portas abertas” e esta é a base formal para a inclusão de novos membros na aliança, estabelecendo a seguinte diretiva: “As Partes podem, por unanimidade, convidar qualquer outro Estado europeu em condições de promover os princípios deste Tratado e de contribuir para a segurança da zona do Atlântico Norte para aderir ao presente Tratado. Qualquer Estado assim convidado pode tornar-se parte do Tratado, depositando o seu instrumento de adesão junto do Governo dos Estados Unidos da América. O Governo dos Estados Unidos da América informará cada uma das Partes sobre o depósito de cada instrumento de adesão” (OTAN, 1949).

qual estamos contribuindo, junto com outras organizações europeias. Nossa Aliança continuará sendo uma força motriz neste processo (NATO, 1997)<sup>31</sup>.

Há pelo menos dois aspectos principais a serem explorados na declaração acima, o primeiro é a clara intenção de reformular a organização militar e o movimento expansionista era parte integrante deste “processo evolutivo” da “nova OTAN,” sendo passível, portanto, sua ampliação para além do grupo de Visegrad. O retrato disso é verificado a partir da representação do surgimento de uma “nova Europa” e de uma nova arquitetura de segurança mais “inclusiva,” conferindo sentido ao papel moral da organização enquanto “força motriz” deste projeto. O PfP antes representado como uma maneira simbólica de tratamento igual a todos os países não membros da aliança, foi incorporado pela política de expansão como mais um mecanismo de inserção dos mesmos na organização e de exclusão de outros.

Ainda, o discurso civilizacional da aliança é retomado em relação ao documento anterior, e articulado de modo a assegurar seu expansionismo como a “concretização da nossa visão de uma ordem justa e duradoura de paz para a Europa no seu conjunto, baseada nos direitos humanos, na liberdade e na democracia”, conferindo a dimensão ética de sua identidade. Do mesmo modo, a organização procura circunscrever a espacialidade desta identidade ao atrelar a segurança dos membros da OTAN, como “inseparavelmente ligada à de toda a Europa.” Ademais, a descrição da zona Euro-Atlântica como uma região “onde a paz é frágil e a instabilidade prevalece atualmente” se alia à organização enquanto responsável por preservar o “ambiente de segurança e estabilidade para as nações” desta região, o que mais uma vez reforça a indispensabilidade da manutenção da instituição (NATO, 1997).

O tema relacionado ao expansionismo da OTAN é bastante presente em todo o documento enquanto “parte de um processo evolutivo” da organização, e que claramente não seria restrito a apenas ao grupo de Visegrad, mas sim a todos os países que assumirem os “objetivos do Tratado” conforme aponta o trecho abaixo:

---

<sup>31</sup> Do original em inglês: “We [...] have come together in Madrid to give shape to the new NATO as we move towards the 21st century. Substantial progress has been achieved in the internal adaptation of the Alliance. As a significant step in the evolutionary process of opening the Alliance, we have invited three countries to begin accession talks. [...] The signature on 27th May of the NATO-Russia Founding Act and the Charter we will sign tomorrow with Ukraine bear witness to our commitment to an undivided Europe. Our aim is to reinforce peace and stability in the Euro-Atlantic area. A new Europe is emerging, a Europe of greater integration and cooperation. An inclusive European security architecture is evolving to which we are contributing, along with other European organisations. Our Alliance will continue to be a driving force in this process” (NATO, 1997, tradução nossa).

Doze países europeus até agora pediram para se juntar à Aliança. Congratulamo-nos com as aspirações e esforços dessas nações. Chegou a hora de iniciar uma nova fase deste processo. O estudo sobre o Alargamento da OTAN – afirma que a eficácia militar da OTAN deve ser sustentada à medida que a Aliança se alarga [...] Hoje, convidamos a República Checa, a Hungria e a Polônia a iniciar as conversações de adesão com a OTAN. [...] Durante o período para a adesão, a Aliança envolverá os países convidados, na medida do possível e, quando apropriado, nas atividades da Aliança, para assegurar que estão melhor preparados para assumir as responsabilidades e obrigações decorrentes da adesão a uma Aliança alargada. [...] Nenhum país democrático europeu cuja admissão cumpriria os objetivos do Tratado será excluído da consideração. Além disso, a fim de reforçar a segurança e a estabilidade globais na Europa, novas medidas no processo de alargamento em curso da Aliança deverão equilibrar as preocupações de segurança de todos os Aliados. (NATO, 1997)<sup>32</sup>.

O trecho acima delimita espacialmente o desenvolvimento em “doze países” aptos a compor a aliança. Nessa linha, a OTAN condiciona a adesão dos demais países a partir de uma presunção tácita baseada na “democracia” e no “cumprimento do tratado” constitutivo da aliança, classificando assim os países europeus em duas categorias morais e temporais: aqueles democráticos e “dignos” a compor a aliança e os demais. A concepção da narrativa oficial da OTAN sobre sua política de expansão em torno de critérios morais, temporais e espaciais, utilizou-se das palavras “alargamento,” “integração,” “unificação” ou “política de portas abertas” tal uso, recorrente nos discursos da OTAN se evidencia como um dispositivo retórico moral com vistas a legitimar tal projeto. A aliança emprega palavras de conotação essencialmente positiva no intuito de representar a sua atuação política como carregada de conteúdo benevolente e defensivo se afastando de conotações militaristas que são as bases de uma aliança militar. Com efeito, a OTAN demonstra aos membros e, principalmente, aos possíveis membros, que estes poderão fazer parte de uma “família” ou de uma “equipe” euro-atlântica cujos pilares circunscrevem um espaço-moral que habita a “democracia, a paz e a estabilidade” na Europa. Nesse sentido, tornar-se membro da OTAN se converte em sinônimo de ser parte desta “civilização” que habita o progresso ou de algo muito maior do que os Estados poderiam ser agindo individualmente.

---

<sup>32</sup> Do original em inglês: “Twelve European countries have so far requested to join the Alliance. We welcome the aspirations and efforts of these nations. The time has come to start a new phase of this process. The Study on NATO Enlargement - which stated that NATO's military effectiveness should be sustained as the Alliance enlarges. [...] Today, we invite the Czech Republic, Hungary and Poland to begin accession talks with NATO. During the period leading to accession, the Alliance will involve invited countries, to the greatest extent possible and where appropriate, in Alliance activities, to ensure that they are best prepared to undertake the responsibilities and obligations of membership in an enlarged Alliance. (...) No European democratic country whose admission would fulfil the objectives of the Treaty will be excluded from consideration. Furthermore, in order to enhance overall security and stability in Europe, further steps in the ongoing enlargement process of the Alliance should balance the security concerns of all Allies. (NATO, 1997, tradução nossa).

O estudo sobre a ampliação da OTAN, datado de 1995<sup>33</sup>, referenciado no trecho acima, designa a política de “alargamento” da aliança como uma maneira de promover, proteger e espalhar a democracia na Europa com vistas a acelerar as reformas liberalizantes na esfera econômica e social nos países aspirantes a membros que faziam parte do Pacto de Varsóvia. Utilizando-se do discurso de superioridade moral e temporal da OTAN como “promotora da paz e da democracia,” o documento estabelece que “as decisões da organização não podem estar sujeitas a nenhum veto ou direito de consideração por um Estado não membro, nem a Aliança pode ser subordinada a outra instituição de segurança europeia,”<sup>34</sup> impedindo, assim, a contestação ou a interdição formal de sua expansão por terceiros (NATO, 1995).

Nesse aspecto é importante o destaque do ponto relacionado à cooperação com a Rússia; por se tratar de uma das principais forças opositoras do processo de extensão da OTAN, é o único país evidenciado individualmente no documento de 1995 - não como um possível membro, mas como um “parceiro.” Moscou se posicionava contrária ao desenho político da extensão da OTAN, no qual não fazia parte, denunciando-o como uma ameaça direta à sua segurança e como uma forma de cercear seus valores e sua influência regional. Portanto, havia-se a necessidade por parte da aliança em demonstrar aos russos que sua expansão não os ameaçaria em nenhum sentido. Nesta lógica, o documento ao se endereçar a Rússia afirma que:

[...] a Aliança deixou claro que o processo de alargamento, incluindo os acordos militares associados, não ameaçará ninguém e contribuirá para o desenvolvimento de uma arquitetura de segurança europeia ampla baseada na verdadeira cooperação em todo o conjunto da Europa, aumentando a segurança e a estabilidade para todos (NATO, 1995)<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> Após a unificação alemã e a sua posterior entrada na OTAN, a Aliança conduziu um estudo e publicou um relatório em 1995 sobre o “alargamento” da aliança. Neste documento a organização busca estabelecer algumas diretrizes deste processo e considerar “os méritos” de admissão de novos membros. Tal posição se difere do mecanismo anterior, pois estabelece um conjunto de pré-requisitos em torno de valores democráticos, livre-mercado e respeito aos direitos humanos. Durante a Guerra Fria, a aliança estabelecia o ingresso de novos membros evocando o Artigo X do Tratado de Washington, que estipulava explicitamente apenas um critério (ser um Estado europeu) e duas condições processuais para a admissão de aspirantes ao ingresso na aliança, a saber: a unanimidade de aprovação entre os Estados integrantes da OTAN e a declaração de depósito do instrumento de acesso (OTAN, 1995; JAROFF, 2012).

<sup>34</sup> Do original em inglês: “NATO decisions, however, cannot be subject to any veto or droit de regard by a non-member state, nor can the Alliance be subordinated to another European security institution” (NATO, 1995, tradução nossa).

<sup>35</sup> Do original em inglês: the Alliance has made it clear that the enlargement process including the associated military arrangements will threaten no-one and contribute to a developing broad European security architecture based on true cooperation throughout the whole of Europe, enhancing security and stability for all (NATO, 1995, tradução nossa).

A ambivalência representada pelo expansionismo da OTAN que, por um lado, pronunciava o interesse da inclusão de novos países anteriormente vinculados economicamente e culturalmente com a URSS/Rússia e, por outro, a necessidade de afirmação constante de modo a inferir que tal decisão não significaria uma ameaça à Rússia é explícita nos documentos sobre o assunto. A engenhosidade do discurso oficial da OTAN buscava, sobretudo, demonstrar à Moscou que um provável adensamento da aliança militar seria parte de um esforço Ocidental em prol da “estabilização da periferia ocidental da Rússia” no sentido de convencê-la a aceitar este processo como um ganho factual para a sua segurança nacional (KAMP, 1995, p. 120).

É neste cenário que se ratifica o “Ato Fundador de Relações Mútuas, Cooperação e Segurança” firmado entre a Rússia e a OTAN pouco antes da cúpula de Madrid, em 1997. O documento estabelece que “a OTAN e a Rússia não se consideram adversários” e norteia as relações entre Moscou e o Ocidente a partir de um conjunto de princípios. Tal ato estabelece um fórum consultivo entre as partes sobre determinados temas, destacando ainda que: “as consultas não se estenderão a assuntos internos da OTAN, dos Estados membros da OTAN ou da Rússia” e que as disposições deste ato “não proporcionam à OTAN ou à Rússia um direito de veto sobre as ações do outro, nem infringem ou restringem os direitos da OTAN ou da Rússia à tomada de decisão e ação independentes” (NATO, 1997).

Neste caso, Moscou e a aliança militar assumem duas categorias distintas podendo “falar e agir em paralelo” e não como membros de uma entidade unificada. Assim, a arquitetura de segurança europeia passa a ser caracterizada como uma ordem espacial paradoxal e contraditório: um interior contendo dentro de si dois externos (BEHNKE, 2013). A tentativa de colaboração da OTAN com a Rússia neste sentido representa, efetivamente, um esforço ocidental que planteia tratar Moscou como uma “parceira”, inserindo-a em uma espécie de “limbo institucional” dentro da organização; ao mesmo tempo, expõe o caráter defensivo e benevolente da expansão da aliança militar no intuito de diminuir a desconfiança russa em relação à natureza deste expansionismo. Para Neumann e Williams (2001, p. 386) tal aproximação refletia uma necessidade de acomodar e apaziguar Moscou frente à ampliação da OTAN no desiderato de diminuir os custos relacionados a esta decisão, dispensando o uso de mecanismos tradicionais de coerção.

O documento final da cúpula de Madri estabelece que futuras admissões serão debatidas na próxima cúpula da aliança a se realizar em 1999. Além disso, indica os aspirantes ao posto de membro plenos pelo reconhecimento dos “avanços democráticos” destes, conforme trecho abaixo:

Iremos rever o processo na nossa próxima reunião em 1999. No que se refere aos membros aspirantes, reconhecemos com grande interesse e levamos em conta os desenvolvimentos positivos em direção à democracia e ao Estado de direito em vários países do sudeste europeu, especialmente Romênia e Eslovênia. A Aliança reconhece a necessidade de construir maior estabilidade, segurança e cooperação regional nos países do sudeste da Europa, e de promover sua crescente integração na comunidade euro-atlântica. Ao mesmo tempo, reconhecemos os progressos alcançados no sentido de uma maior estabilidade e cooperação por parte dos estados da região do Báltico, que também são aspirantes a membros. Ao olharmos para o futuro da Aliança, o progresso rumo a estes objetivos será importante para o nosso objetivo global de uma Europa livre, próspera e unida e em paz (NATO, 1997)<sup>36</sup>.

De acordo com o explicitado acima, a declaração deixa claro o propósito da aliança militar em se expandir até as fronteiras russas indicado pela provável inclusão dos países bálticos. O critério para tal decisão se deve, sobretudo, ao reconhecimento da OTAN no que tange aos avanços democráticos e sociais nos países citados. No entanto, tal avaliação não se dirige da mesma forma em relação a Rússia que, inclusive, à época, adotou reformas econômicas e medidas liberais robustas em um esforço para seguir a recomendação ocidental, ainda que esta observação não tenha figurado no documento. Ademais, a conotação de que o futuro da aliança depende da realização de certos objetivos e progressos, referindo-se ao desenvolvimento da democracia em certos países, insere uma lógica de que somente deste modo a paz e a união na Europa poderá prevalecer. Portanto, o destaque se deve que a futura admissão de Polônia, República Checa e Hungria era apenas o início de um processo muito maior.

### **3.2.3 A cúpula de Washington em 1999: a vitória dos valores ocidentais**

A cúpula de 1999 é carregada de conteúdo simbólico por se tratar da primeira década posterior a queda do muro de Berlim e dos 50 anos da fundação da OTAN. Este conjunto, associado à realização do evento em Washington, cidade em que foi celebrada a fundação da OTAN em 1949, manifestam o simbolismo do triunfo dos ideais ocidentais e da própria aliança militar perante ao bloco socialista. O comunicado final da cúpula, intitulado “Uma

---

<sup>36</sup> Do original em inglês: We will review the process at our next meeting in 1999. With regard to the aspiring members, we recognise with great interest and take account of the positive developments towards democracy and the rule of law in a number of southeastern European countries, especially Romania and Slovenia. The Alliance recognises the need to build greater stability, security and regional cooperation in the countries of southeast Europe, and in promoting their increasing integration into the Euro-Atlantic community. At the same time, we recognise the progress achieved towards greater stability and cooperation by the states in the Baltic region which are also aspiring members. As we look to the future of the Alliance, progress towards these objectives will be important for our overall goal of a free, prosperous and undivided Europe at Peace (NATO, 1997, tradução nossa).

aliança para o século 21,” buscou a exaltar os 50 anos da instituição que segundo a declaração: “garantiram a liberdade e salvaguardaram a segurança transatlântica.” O documento evoca um signo de resiliência e de vigor da organização do passado “para enfrentar os desafios do futuro” pois resistiu “ao teste de cinco décadas e permitiu que os cidadãos dos países aliados desfrutassem de um período sem precedentes de paz, liberdade e prosperidade” (NATO, 1999).

Segundo o documento, o tratado fundacional da OTAN foi orientado seguindo os “princípios da democracia, liberdade individual e do Estado de direito, e [isto] continua a ser a base de nossa defesa coletiva; [pois] incorpora o elo transatlântico que une a América do Norte e a Europa em uma parceria única de defesa e segurança.”<sup>37</sup> A exaltação dos aliados e da superação de “sacrifícios e desafios” passados são uma constante no documento que, por sua vez, legitima a continuidade da aliança e propicia o voluntarismo da sua expansão conforme demonstrado abaixo:

Aqui em Washington, prestamos homenagem às conquistas do passado e formamos uma nova Aliança para enfrentar os desafios do futuro. Essa nova Aliança será maior, mais capaz e mais flexível, comprometida com a defesa coletiva e capaz de empreender novas missões, inclusive contribuindo para uma prevenção eficaz de conflitos e engajando-se ativamente no gerenciamento de crises, incluindo operações de resposta a crises. A Aliança trabalhará com outras nações e organizações para promover a segurança, a prosperidade e a democracia em toda a região euro-atlântica. A presença hoje de três novos Aliados - a República Checa, a Hungria e a Polônia - demonstra que superamos a divisão da Europa. A Aliança aproveita a oportunidade deste 50º aniversário para reconhecer e expressar a sua sincera gratidão pelo compromisso, sacrifício, determinação e lealdade dos militares e mulheres de todos os Aliados à causa da liberdade. A Aliança saúda as contribuições essenciais dessas forças ativas e de reserva, que por 50 anos garantiram a liberdade e salvaguardaram a segurança transatlântica. Nossas nações e nossa Aliança estão em dívida com elas e agradecem profundamente. (NATO, 1999)<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Do original em inglês: “The North Atlantic Alliance, founded on the principles of democracy, individual liberty and the rule of law, remains the basis of our collective defence; it embodies the transatlantic link that binds North America and Europe in a unique defence and security partnership.” (NATO, 1999, tradução nossa).

<sup>38</sup> Do original em inglês: “Here in Washington, we have paid tribute to the achievements of the past and we have shaped a new Alliance to meet the challenges of the future. This new Alliance will be larger, more capable and more flexible, committed to collective defence and able to undertake new missions including contributing to effective conflict prevention and engaging actively in crisis management, including crisis response operations. The Alliance will work with other nations and organisations to advance security, prosperity and democracy throughout the Euro-Atlantic region. The presence today of three new Allies - the Czech Republic, Hungary and Poland - demonstrates that we have overcome the division of Europe. The Alliance takes the opportunity of this 50th anniversary to recognise and express its heartfelt appreciation for the commitment, sacrifice, resolve and loyalty of the servicemen and women of all Allies to the cause of freedom. The Alliance salutes these active and reserve forces' essential contributions, which for 50 years have guaranteed freedom and safeguarded trans-Atlantic security. Our nations and our Alliance are in their debt and offer them profound thanks.” (NATO, 1999, tradução nossa).

Na cúpula de 1999 a Aliança aprovou a adoção do novo Conceito Estratégico que consagra formalmente missões da organização para além dos países membros. A evocação do aperfeiçoamento da instituição pela definição da “nova OTAN” e o uso repetitivo das palavras “mais” e “melhor” se referenciam a este novo conceito estratégico, apresentando a organização como uma instituição que superou os desafios e continuará exercendo um papel fundamental na segurança europeia. Ainda, a alusão aos novos membros da OTAN no documento é utilizado como forma de demonstrar a benevolência da organização que superou a divisão da Guerra Fria e “incluiu” voluntariamente ao seu escopo antigos países rivais.

Ainda neste contexto o documento define esta “nova OTAN” como a “OTAN do século XXI [...] - uma OTAN que retém as forças do passado e tem novas missões, novos membros e novas parcerias.”<sup>39</sup> Em seguida, deixa claro a necessidade do adensamento da expansão da instituição pela afirmação do “nosso compromisso com o processo de ampliação da Aliança, aprovamos um Plano de Ação para a Afiliação dos países que desejam participar” (NATO, 1999).

A cúpula de 1999 também foi marcada pelos eventos relacionados a intervenção da OTAN na crise no Kosovo que, por sua vez, também são utilizados pela aliança ocidental como um critério para a validação da admissão de novos membros. O apoio explícito ao envolvimento ocidental nesta crise dado pelos nove aspirantes a membros citados no fragmento da declaração de Washington é notadamente reconhecido no documento, não somente pelos “avanços democráticos,” mas também pela a intenção de incluí-los na organização.

Nesse sentido, os nove países referidos são saudados mais uma vez pelo progresso em torno das “reformas liberais e democráticas” empreendidas e pela cooperação na crise do Kosovo naquele ano:

Hoje reconhecemos e saudamos os contínuos esforços e progressos tanto na Romênia quanto na Eslovênia. Também reconhecemos e saudamos os esforços e progressos contínuos na Estônia, Letônia e Lituânia. Desde a Cúpula de Madrid, notamos e saudamos os desenvolvimentos positivos na Bulgária. Registamos também e congratulamo-nos com os recentes desenvolvimentos positivos na Eslováquia. Estamos gratos pela cooperação da antiga República Iugoslava da Macedônia com a OTAN na crise atual e congratulamo-nos com o seu progresso nas reformas. Congratulamo-nos com a cooperação da Albânia com a Aliança na presente crise e incentivamos os seus esforços de reforma. [...] Tomamos em consideração os esforços destes aspirantes a membros, juntamente com vários outros países Parceiros, para melhorar as relações com os vizinhos e contribuir para a segurança e estabilidade da região euro-atlântica. Estamos ansiosos para aprofundar

---

<sup>39</sup> Do original em inglês: “The NATO of the 21st century [...] - a NATO which retains the strengths of the past and has new missions, new members and new partnerships” (NATO, 1999, tradução nossa).

ainda mais a nossa cooperação com os países em vias de adesão e aumentar o seu envolvimento político e militar no trabalho da Aliança (NATO, 1999)<sup>40</sup>.

A justificativa oficial ilustrada na declaração final em 1999 se utiliza da retórica de um potencial alastramento desta crise para outras regiões, de forma a apresentar que o Ocidente tem a responsabilidade moral de agir no conflito para defender sua própria segurança. Ainda, o trecho do documento explicita a adoção de um “novo nível de envolvimento” para garantir a segurança regional e a democracia revisitando o Novo Conceito Estratégico, adotado, naquele ano, como forma de condução de uma integração da “família europeia alargada” (NATO, 1999).

O discurso de responsabilidade ocidental em agir na crise para evitar que esta se espalhe denota ao caso em tela a inferioridade temporal daquela região como presa ao conflito e reifica a superioridade moral ocidental pela preposição que a superação desta crise só seria possível a partir da ação OTAN. Conforme pondera Hansen (2006) a construção da narrativa baseada nas dimensões identitária temporais e éticas está fundada no objetivo de “criar segurança, prosperidade e uma sociedade civil democrática.” Neste caso se outorga ao papel da OTAN, no conflito no Kosovo, a característica de “intervenção humanitária,” bem como legitima a própria existência da aliança e a sua expansão.

A continuação da crise no Kosovo e nos seus arredores ameaça desestabilizar ainda mais as áreas além da República Federativa da Iugoslávia (RFJ). O potencial para uma instabilidade mais ampla sublinha a necessidade de uma abordagem abrangente para a estabilização da região em crise no Sudeste da Europa. Reconhecemos e endossamos a importância crucial de tornar a Europa do Sudeste uma região livre de violência e instabilidade. Por conseguinte, é necessário um novo nível de envolvimento internacional para criar segurança, prosperidade e sociedade civil democrática, conduzindo a tempo à plena integração na família europeia alargada (NATO, 1999).<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Do original em inglês: “Today we recognise and welcome the continuing efforts and progress in both Romania and Slovenia. We also recognise and welcome continuing efforts and progress in Estonia, Latvia and Lithuania. Since the Madrid Summit, we note and welcome positive developments in Bulgaria. We also note and welcome recent positive developments in Slovakia. We are grateful for the co-operation of the former Yugoslav Republic of Macedonia (1) with NATO in the present crisis and welcome its progress on reforms. We welcome Albania's co-operation with the Alliance in the present crisis and encourage its reform efforts” [...] “We take account of the efforts of these aspiring members, together with a number of other Partner countries, to improve relations with neighbours and contribute to security and stability of the Euro-Atlantic region. We look forward to further deepening our co-operation with aspiring countries and to increasing their political and military involvement in the work of the Alliance.” (NATO, 1999, tradução nossa).

<sup>41</sup> Do original em inglês: “The continuing crisis in and around Kosovo threatens to further destabilise areas beyond the Federal Republic of Yugoslavia (FRY). The potential for wider instability underscores the need for a comprehensive approach to the stabilization of the crisis region in South-Eastern Europe. We recognise and endorse the crucial importance of making South-Eastern Europe a region free from violence and instability. A new level of international engagement is thus needed to build security, prosperity and democratic civil society, leading in time to full integration into the wider European family.” (NATO, 1999, tradução nossa)

### 3.3 UMA VOLTA PARA O MUNDO OCIDENTAL? A SEGUNDA ONDA DA EXPANSÃO

Esta seção trata das cúpulas de Praga em 2002 e de Istanbul em 2004, período em que ocorre a expansão da OTAN para sete países do Leste Europeu.

#### 3.3.1 A cúpula de Praga em 2002: terrorismo e civilização

O efeito da intervenção ocidental na Crise no Kosovo elevou as tensões entre Moscou e Bruxelas que levaram o Kremlin a se retirar do Conselho Conjunto Permanente Rússia-OTAN firmado em 1997. No entanto, a partir do advento do terrorismo global ilustrado pelos ataques terroristas de 11 de setembro a OTAN e a Rússia ensaiaram uma reaproximação a partir da percepção dos dois atores de um inimigo comum: o terrorismo. Em julho de 2002, na cúpula ministerial de Roma, poucos meses antes da Cúpula de Praga, foi reestabelecido o Conselho Rússia-OTAN como substituto daquele firmado em 1997. O novo formato deste conselho adotaria um fórum mútuo para a coordenação de questões securitárias, caracterizando-se como um passo importante em relação à fragilidade institucional do homólogo anterior. Apesar disso, frise-se, reiteradamente não concedia ao Kremlin direito a veto as deliberações da organização ou a garantia de, em um futuro próximo, tornar a Rússia membro efetiva da aliança. Tal adensamento do conselho outorgaria à Moscou o atendimento de parte de suas demandas e reivindicações em relação às políticas adotadas pela OTAN em seu passado recente. No entanto, a facultativa opinião russa estabelecida pela ausência de veto obstruía e limitava a capacidade de barganha e a sua posição na organização.

A proposição central deste novo mecanismo concedia o direito de co-decisão sobre determinados tópicos como gestão militar de crises, não-proliferação de armas de destruição em massa, combate ao terrorismo e a defesa antimísseis, indicando um gesto de boa vontade entre Moscou e Bruxelas. Todavia, o conselho não propõe nenhuma diretriz significativa caso haja dissonâncias de visão nestes temas entre as partes ou quando o diálogo não for suficiente para solucionar disputas de interesse (NATO, 2002; SMITH, 2010).

Apesar do novo recurso institucional fica evidenciado que a visão da OTAN no tocante à Rússia permaneceu inalterada em relação à década anterior, mimetizando o arranjo securitário de 1997, mas com um novo verniz. Moscou permanece com seu *status* espacial de “outsider” em um “inside,” um agente exógeno “não-ocidental” em uma organização

definida e pensada pelo Ocidente. Ao renegar o veto russo tal posição condiciona Moscou à boa-vontade dos membros da OTAN no que tange à sua política de expansão. Igualmente, este “novo” mecanismo solidifica a percepção ocidental do caráter temporalmente inferior da Rússia enquanto um ente ainda não “digno” de associação plena.

Apesar do estreitamento estabelecido entre a OTAN e a Rússia, evidenciado entre a cúpula de Roma e a cúpula de Praga, o fator principal que os aglutinou, a partir de 2001, foi utilizado pela aliança como uma via de mão de dupla em 2002. Embora o combate ao terrorismo internacional por um lado tenha aproximado Moscou e Bruxelas em um primeiro momento, por outro foi aplicado com vistas a impulsionar a continuidade do processo de extensão da OTAN - dessa vez para a maior expansão desde o fim da Guerra-Fria. O proselitismo discursivo moral a partir de um senso de responsabilidade pela “manutenção da segurança e da paz” na Europa é igualmente retomado em relação aos textos anteriores no sentido de assegurar a licitude do processo de expansão. Logo nos primeiros parágrafos da declaração da cúpula de Praga o documento já deixa claro esta intenção:

Vinculados pela nossa visão comum incorporada no Tratado de Washington, comprometemo-nos a transformar a OTAN com novos membros, novas capacidades e novas relações com os nossos parceiros. Estamos firmes no nosso compromisso com o elo transatlântico; às tarefas fundamentais de segurança da OTAN, incluindo a defesa coletiva; aos nossos valores democráticos compartilhados; e à Carta das Nações Unidas. Hoje decidimos convidar a Bulgária, a Estônia, a Letônia, a Lituânia, a Romênia, a Eslováquia e a Eslovênia a iniciar conversações de adesão para se juntarem à nossa Aliança. [...] A adesão destes novos membros reforçará a segurança de todos na área euro-atlântica e contribuirá para alcançar o nosso objetivo comum de uma Europa inteira e livre, unida em paz e por valores comuns (NATO, 2002).<sup>42</sup>

A adoção, em 1999, do Novo Conceito de Segurança da OTAN designa fundamento para a transformação de uma agenda reformista baseada em um esforço para “transformar e adaptar a OTAN” que busca em “novos membros, novas capacidades e novas relações com os nossos parceiros” meios para o combate ao terrorismo. Neste sentido, a utilização da ameaça terrorista é colocada como anteparo de validação de um “pacote abrangente de medidas

---

<sup>42</sup> Do original em inglês: “Bound by our common vision embodied in the Washington Treaty, we commit ourselves to transforming NATO with new members, new capabilities and new relationships with our partners. We are steadfast in our commitment to the transatlantic link; to NATO's fundamental security tasks including collective defence; to our shared democratic values; and to the United Nations Charter. Today, we have decided to invite Bulgaria, Estonia, Latvia, Lithuania, Romania, Slovakia and Slovenia to begin accession talks to join our Alliance. [...] The accession of these new members will strengthen security for all in the Euro-Atlantic area, and help achieve our common goal of a Europe whole and free, united in peace and by common values” (NATO, 2002, tradução nossa).

baseadas no Conceito Estratégico da OTAN,” conforme expresso no trecho seguinte da declaração:

Relembrando os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 e a nossa subsequente decisão de invocar o Artigo 5 do Tratado de Washington, aprovamos um pacote abrangente de medidas, baseadas no Conceito Estratégico da OTAN, para reforçar a nossa capacidade de enfrentar os desafios à segurança das nossas forças, populações e territórios, de onde quer que venham. As decisões de hoje permitirão capacidades equilibradas e eficazes dentro da Aliança, para que a OTAN possa melhor desempenhar todas as suas missões e responder coletivamente a esses desafios, incluindo a ameaça representada pelo terrorismo e pela proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de entrega. [...] O terrorismo, que categoricamente rejeitamos e condenamos em todas as suas formas e manifestações, representa uma ameaça grave e crescente às populações, forças e território da Aliança, bem como à segurança internacional. Estamos determinados a combater esse flagelo pelo tempo que for necessário. Para combater efetivamente o terrorismo, nossa resposta deve ser multifacetada e abrangente (NATO, 2002)<sup>43</sup>.

Nessa lógica, o emprego do discurso que se referencia aos atentados terroristas às torres gêmeas foi aplicado não somente como justificativa para a expansão da OTAN mas também para a alteração e desenvolvimento de uma série de mecanismo de coerção militar a nível tático e estratégico. Neste contexto, o documento destaca a criação de uma Força de Resposta da OTAN (NRF) “uma força tecnologicamente avançada, flexível, destacável, interoperável e sustentável, incluindo elementos terrestres, marítimos e aéreos prontos para avançar rapidamente para onde for necessário, conforme decidido pelo Conselho” (NATO, 1999).<sup>44</sup> Segundo Pouliot (2010, p. 217) tal mecanismo instaurava no cenário europeu até 2006 “um corpo de aproximadamente 20.000 soldados disponíveis a curto prazo para serem implantados em todo o mundo e em todo o espectro de operações militares.”

Neste contexto, a articulação discursiva de um nexos identitário a partir de noções espaciais e morais é revisitada no documento como fonte de legitimação de uma série de políticas securitárias e de aumento das capacidades militares da organização. A tônica

---

<sup>43</sup> Do original em inglês: “Recalling the tragic events of 11 September 2001 and our subsequent decision to invoke Article 5 of the Washington Treaty, we have approved a comprehensive package of measures, based on NATO's Strategic Concept, to strengthen our ability to meet the challenges to the security of our forces, populations and territory, from wherever they may come. Today's decisions will provide for balanced and effective capabilities within the Alliance so that NATO can better carry out the full range of its missions and respond collectively to those challenges, including the threat posed by terrorism and by the proliferation of weapons of mass destruction and their means of delivery. [...] Terrorism, which we categorically reject and condemn in all its forms and manifestations, poses a grave and growing threat to Alliance populations, forces and territory, as well as to international security. We are determined to combat this scourge for as long as necessary. To combat terrorism effectively, our response must be multi-faceted and comprehensive” (NATO, 2002, tradução nossa).

<sup>44</sup> Do original em inglês: “[...] consisting of a technologically advanced, flexible, deployable, interoperable and sustainable force including land, sea, and air elements ready to move quickly to wherever needed, as decided by the Council” (NATO, 2002, tradução nossa).

concentrada na espacialização da “ameaça terrorista,” atrelada a um senso de superioridade moral da aliança, ratifica a responsabilidade ocidental em proteger seus partícipes o que cria condições para que tais medidas “defensivas” sejam postas em prática. O discurso benevolente da OTAN sobre este tema é retomado atribuindo tal decisão como parte de um conjunto de esforços “para transformar e adaptar a OTAN, [que] não devem ser vistos como uma ameaça por nenhum país ou organização, mas como uma demonstração de nossa determinação em proteger nossas populações, territórios” (NATO, 2002).

Concomitante ao processo de expansão militar ocorreu o início de mais um processo de expansão institucional e geográfica da OTAN, adotando-se como justificativa oficial explicitada no documento para a admissão dos sete novos membros, *in verbis*:

[...] os novos membros aumentarão a capacidade da OTAN para enfrentar os desafios de hoje e de amanhã. Eles demonstraram seu compromisso com os princípios e valores básicos estabelecidos no Tratado de Washington, a capacidade de contribuir para toda a gama de missões da Aliança, incluindo a defesa coletiva, e um firme compromisso de contribuir para a estabilidade e segurança, especialmente em regiões de crise e conflito (NATO, 2002).

A segunda onda de admissões é ainda mais controversa do que a anterior. Embora a retórica oficial em torno da ameaça terrorista se fizesse bastante presente na intensidade e rapidez da adesão desses países, a OTAN não reconheceu que grande parte destes aspirantes não atendiam os requisitos para a sua admissibilidade na aliança. A maior parte destes sete países, na época, enfrentavam uma série de problemas de ordem política e econômica e um conjunto de desafios em relação ao tratamento das minorias étnicas e desrespeito aos princípios básicos dos direitos humanos (RAUCHHAUS, 2001; KRAMER, 2002).

Mais uma vez, o reconhecimento em torno dos “compromissos com os princípios e valores básicos” da aliança se territorializa em um grupo de países específicos beneméritos de participação na organização excluindo outros. Neste caso, é possível inferir que a agilidade desta admissão se desenvolve não a partir dos seus “avanços democráticos,” *de facto*, mas, sobretudo, a partir de um discurso que vincula diametralmente a temporalidade da identidade destes com a temporalidade da OTAN. Ao fazê-lo, a aliança os equaliza conferindo a este conjunto de países as mesmas atribuições morais de sua identidade para “enfrentar os desafios de hoje e de amanhã” afim de se atingir uma “Europa plena, livre e pacífica.” Por outro lado, o caráter contraditório do movimento expansionista da aliança representa uma preocupação legítima para segurança da Rússia, pois esta se amplia até as fronteiras russas diante do desprezo e da falta de comprometimento com Moscou.

### 3.3.2 A cúpula de Istanbul em 2004: a OTAN global

Para além da expansão extraterritorial da organização explicitada pela intervenção no Iraque e no Afeganistão, ratificou-se a expansão até as fronteiras russas. Os sete países convidados a integrar a aliança na cúpula de 2002 se tornaram membros plenos da OTAN a partir da cúpula de Istanbul, agravando ainda mais as relações já tensas entre a Rússia e o Ocidente (CLEARY, 2017; POULIOT, 2010). A admissão destes novos membros foi seguida por uma cerimônia de pompa em Washington e Bruxelas transmitida internacionalmente pela CNN conferindo ao ato uma dimensão espetacular e simbólica. Conforme explicitado na declaração final de 2004 este recente “alargamento” é um “passo importante para uma Europa inteira e livre” (NATO, 2004).

O significado deste conjunto de ações da OTAN transformou a aliança em uma organização de escala global, não restrita ao cenário euro-atlântico, conforme elucidado pelo primeiro parágrafo da declaração de Istanbul:

Nossas 26 nações estão unidas em democracia, liberdade individual e estado de direito, e fiéis aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. Inspirados pela visão comum incorporada no Tratado de Washington, permanecemos totalmente comprometidos com a defesa coletiva de nossas populações, território e forças. A cooperação transatlântica é essencial para defender nossos valores e enfrentar ameaças e desafios comuns, de onde quer que eles surjam (NATO, 2004).<sup>45</sup>

As dimensões éticas e espaciais da construção identitária evocadas no discurso são bastante presentes nos fragmentos acima. As “nossas 26 nações” territorializam o espaço em que a lógica moralista dos valores democráticos, da liberdade, da paz e de respeito às instituições internacionais estão circunscritos. Respaldados por este discurso a atuação para a defesa destes valores comuns e o enfrentamento de ameaças se torna global “onde quer que eles surjam.” Neste sentido, a dicotomia do “nós” - democráticos, ocidentais e liberais, contra “eles” – perigosos e desafiadores, é retomada como fonte de legitimação de uma suposta ameaça que ataque ou que deturpe a zona em que se habita valores éticos e a “defesa coletiva de nossas populações, território e forças” vindas externamente de um outro país, entidade ou movimento.

---

<sup>45</sup> Do original em inglês: Our 26 nations are united in democracy, individual liberty and the rule of law, and faithful to the purposes and principles of the United Nations Charter. Inspired by the common vision embodied in the Washington Treaty, we remain fully committed to the collective defense of our populations, territory and forces. Transatlantic cooperation is essential in defending our values and meeting common threats and challenges, from wherever they may come (NATO, 2004, tradução nossa).

Na esteira do que foi adotado a partir do Novo Conceito Estratégico da aliança e da intervenção norte-americana no Iraque a decisão explicitada na cúpula de Istanbul de “expandir a Força Internacional de Assistência à Segurança liderada pela OTAN no Afeganistão” é mais um episódio de demonstração de força e dissuasão da aliança. A missão liderada pela OTAN contou com cerca de 31.000 soldados, provindos dos 26 Estados membros, bem como de dez países parceiros. A intervenção no Afeganistão é bastante representativa pois demonstra o caráter preventivo da ação; este é um registro inédito do mandato de uma aliança militar (POULIOT, 2010, p. 217). Além disso, observa-se um “alargamento funcional” da OTAN para além do seu teatro de defesa coletiva o que ratifica sua nova função em deter as ameaças a nível global. O conjunto destas ações estão baseadas na adoção de um determinado discurso que autoriza e confere significação para estas operações, conforme explicitado abaixo:

Contribuir para a paz e a estabilidade no Afeganistão é a principal prioridade da OTAN. A liderança da OTAN da Força Internacional de Assistência à Segurança, mandatada pela ONU, demonstra a disponibilidade do Conselho do Atlântico Norte para decidir lançar operações para garantir a nossa segurança comum. O objetivo da OTAN é ajudar no surgimento de um Afeganistão seguro e estável, com um governo de base ampla, sensível às questões de género, multiétnico e totalmente representativo, integrado na comunidade internacional e cooperando com os seus vizinhos. Estabelecer e sustentar a paz no Afeganistão é essencial para o bem-estar do povo afegão e para nossa luta comum contra o terrorismo (NATO, 2004).<sup>46</sup>

Assim como ilustrado na crise no Kosovo, em 1999, a construção temporal do Afeganistão enquanto preso à violência e ao conflito expõe a responsabilidade Ocidental em “contribuir para a paz e a estabilidade naquele país” o que também confere à causa a classificação de “intervenção humanitária.” A dimensão ética da identidade da OTAN relatado nos objetivos da aliança no conflito representam o modo em que a organização articula seu discurso. Neste contexto, a instituição busca a transposição de soluções exógenas, ou seja, de sua comunidade política, para transformar o Afeganistão em um lugar civilizado, “seguro e estável,” com um governo “democrático” aos moldes ocidentais e “sensível às questões de gênero, multiétnico e totalmente representativo” (NATO, 2004). Segundo Hansen (2006) quando o discurso de política externa, neste caso da OTAN, articula uma

---

<sup>46</sup> Do original em inglês: Contributing to peace and stability in Afghanistan is NATO’s key priority. NATO’s leadership of the UN-mandated International Security Assistance Force demonstrates the readiness of the North Atlantic Council to decide to launch operations to ensure our common security. NATO’s aim is to assist in the emergence of a secure and stable Afghanistan, with a broad-based, gender sensitive, multi-ethnic and fully representative government, integrated into the international community and cooperating with its neighbours. Establishing and sustaining peace in Afghanistan is essential to the well-being of the Afghan people and to our shared struggle against terrorism (NATO, 2004, tradução nossa).

responsabilidade ou esforço explícito, seja para “promover a democracia” e os “direitos humanos,” ou para prevenir que a “instabilidade em uma determinada região se espalhe,” esta questão ultrapassa os domínios do “estratégico” ou do “auto interesse” e se posiciona em uma dimensão superior, baseada nos seus preceitos daquilo que é moralmente adequado.

Elucidando o que foi explicitado nos fragmentos anteriores, a OTAN ressignifica a sua posição de segurança coletiva na zona euro-atlântica e se coloca indispensável como garante da estabilidade mundial. O processo de expansão de sua abordagem sobre segurança para áreas “políticas, econômicas e militares,” licencia-lhe a tratar e a intervir em assuntos dos quais julgar importante. Em consonância com o exposto, segue o trecho abaixo:

O ambiente estratégico complexo de hoje exige uma ampla abordagem à segurança, incluindo elementos políticos, econômicos e militares. Estamos unidos em nosso compromisso com tal abordagem. A Aliança está conduzindo operações desafiadoras em regiões de importância estratégica; transformar suas capacidades para atender às novas ameaças; e trabalhar cada vez mais estreitamente com os países parceiros e outras organizações internacionais num esforço verdadeiramente multilateral para abordar preocupações comuns de segurança. Embora a transformação da OTAN continue, o seu propósito fundamental - baseado nos valores comuns da democracia, direitos humanos e estado de direito - perdura: servir como um fórum transatlântico essencial de consulta e um instrumento eficaz para a Europa e a América do Norte defenderem a paz e a estabilidade agora e no futuro (NATO, 2004).<sup>47</sup>

A reorientação política da OTAN, portanto, refletia e justificava o seu novo posicionamento global e o aumento da dimensão de seu contingente militar na Europa. Ainda que sua projeção militar fosse, em grande medida, exercida fora da sua área de abrangência geográfica, a construção retórica da defesa da “paz e da estabilidade agora e no futuro” promovem um terreno fértil para que esta projeção de força fosse rapidamente transferida para a zona euro-atlântica ou onde fosse necessário para atender à “novas ameaças.” De fato, a OTAN expõe o caráter hierárquico de sua identidade pela espacialização da superioridade moral e temporal de sua comunidade política de modo a impor tais valores para o mundo.

Neste contexto de expansão funcional e geográfica da OTAN o documento final ainda sugere a adesão de novos membros “Congratulamo-nos com a determinação da Ucrânia em

---

<sup>47</sup> Do original em inglês: “Today’s complex strategic environment demands a broad approach to security, comprising political, economic and military elements. We are united in our commitment to such an approach. The Alliance is conducting challenging operations in regions of strategic importance; transforming its capabilities to meet the new threats; and working ever more closely together with partner countries and other international organisations in a truly multilateral effort to address common security concerns. While NATO’s transformation continues, its fundamental purpose – based on the common values of democracy, human rights and the rule of law – endures: to serve as an essential transatlantic forum for consultation and an effective instrument for Europe and North America to defend peace and stability, now and into the future” (NATO, 2004, tradução nossa).

prosseguir a plena integração euro-atlântica. [...] Congratulamo-nos com a decisão da Geórgia, do Azerbaijão e do Uzbequistão de desenvolver Planos de Ação de Parceria Individual com a OTAN.”<sup>48</sup> Tal decisão expõe que o padrão de expansão não estava finalizado, bem como explicita a capacidade de atração da identidade e do discurso organizado pela aliança demonstrado pela intenção dos países que faziam parte da antiga URSS em aderir a OTAN. Estes delineamentos terão, no futuro, reações russas em oposição a este quadro que o Ocidente desenhava e reivindicava para si.

### 3.4 AS REAÇÕES RUSSAS FRENTE AO EXPANSIONISMO DA OTAN

A proposta de manutenção da OTAN no pós-Guerra Fria foi inicialmente saudada pela nova administração russa. O cenário de colaboração mútua entre Moscou e o Ocidente e a posição inicial da Rússia enquanto uma “parceira” da OTAN se ilustrava pelo otimismo retórico do Presidente russo, Boris Yeltsin, que, em carta apresentada na cúpula ministerial da OTAN, em 1991, sinalizava a intenção russa em aderir plenamente à aliança militar como parte de um “objetivo político de longo prazo.” A proposição russa em participar da aliança militar buscava, de acordo com Yeltsin, promover um novo sistema de segurança cujo escopo de abrangência se estendesse de “Vancouver a Vladivostok” (FRIEDMAN, 1991).

As frustrações russas vieram em seguida quando Washington anuncia a intenção de incluir os países do grupo de Visegrad na aliança, sem considerar a posição da Rússia. Para Moscou, a adesão destes países na aliança era ilegal e contraproducente. A postura do Kremlin estaria assentada em acordos informais estabelecidos entre a URSS e os Estados Unidos durante a reunificação da Alemanha cujo conteúdo obstrui a entrada de novos países na OTAN. A decisão de expandir a OTAN é interpretada pelos russos como uma “quebra de promessa” que, por sua vez, “dá origem a um padrão de desconfiança no modo como a Rússia avalia o comportamento da Aliança” (MIELNIZCUK, 2004, p. 76).

Em 1997, em Paris, é celebrada a assinatura do Ato Fundador que marca a formação do Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia. A sua criação procurava estabelecer um tratamento especial de cooperação entre Bruxelas e Moscou, distinguindo-a com os demais envolvidos no âmbito do PfP. No entanto, este artifício logo foi sendo esvaziado pois conferia

---

<sup>48</sup> Do original em inglês: “We welcome Ukraine’s determination to pursue full Euro-Atlantic integration. [...] We welcome the decision by Georgia, Azerbaijan and Uzbekistan to develop Individual Partnership Action Plans with NATO” (NATO, 2004, tradução nossa).

a Moscou pompa, mas não substância, limitadas que eram as suas capacidades de articulação e de envolvimento nas decisões da aliança.

Na visão russa, a assinatura do Ato Fundador Rússia-OTAN era vista como uma mera “limitação de danos,” conforme ponderou, à época, o então chanceler russo, Evgeni Primakov. A posição russa neste conselho a colocava em um limbo institucional, pois lhe permitia assento em uma organização da qual não era membro, dando-lhe a chance de sugerir ou aderir as diretivas da OTAN, mas não de vetar nenhuma proposta que ia contra seus interesses nacionais. Moscou, por não ter possibilidades diplomáticas de reagir à política de expansão, ficou restrita a consentir pragmaticamente com o que os países ocidentais estavam dispostos a oferecer naquele momento (RÜHLE, 2014, p. 237).

À medida em que o processo de expansão da aliança militar ocidental se aprimorava e o ocidente indicava, implicitamente, a exclusão russa deste processo, percebe-se que a Rússia, em contrapartida, mudou o tom do discurso de sua política externa frente as ações ocidentais. A alteração da tônica em relação à OTAN é perceptível na mudança do Conceito de Política Externa da Federação Russa de 1993 para o de 1997. O primeiro trata o tema de segurança como restrito a ameaças domésticas, relacionadas ao separatismo e ao tráfico de drogas. O documento, ainda, assume o “fim dos confrontos Leste-Oeste.” Ao se referir à OTAN se percebe que a organização foi mencionada sob uma perspectiva positiva tendo sido classificada, inclusive, como parceira para a cooperação. Já no documento de 1997, Moscou passou a incorporar duas novas ameaças de longo prazo, ausentes nos documentos anteriores: a primeira se refere à ingerência nos assuntos internos russos (uma crítica relacionada à intervenção indireta do Ocidente na Guerra da Tchetchênia); a segunda, denuncia a expansão de blocos e alianças militares (POULIOT, 2010, p. 189).

Por outro lado, o documento de 1997 deixa explícito que “a expansão da OTAN para o Leste está se tornando uma força militar e política dominante extremamente perigosa para a Europa.” Além disso, as principais fontes de ameaças à segurança russa listadas no documento de 1997 estão diretamente vinculadas às práticas da OTAN e as ambiguidades de sua expansão, a saber: a marginalização da ONU e da OSCE, o enfraquecimento influência russa no mundo, o fortalecimento dos blocos militares e o surgimento de bases militares nas fronteiras da Rússia (POULIOT, 2010, p. 189).

A crise no Kosovo de 1998-1999 representou uma das principais tensões no relacionamento russo-atlântico no pós-Guerra Fria, bem como refreou as possibilidades de uma cooperação mais ampla entre Rússia e o Ocidente. A campanha de bombardeios aéreos da OTAN no conflito, em apoio aos separatistas albaneses e kosovares, atacava a integridade

territorial da Sérvia, tradicional aliada de Moscou, e um país não membro da aliança militar. Sob a perspectiva russa, a intervenção do Ocidente na Sérvia abria precedentes graves para a segurança de Moscou e para a estabilidade europeia, pois a organização contornou as decisões do Conselho de Segurança da ONU e utilizou mecanismos de coerção militar contra um país soberano que não havia atacado um membro da OTAN, violando não somente a carta da ONU como também o Artigo V<sup>49</sup> do próprio tratado constitutivo da aliança militar.

O Presidente russo, Boris Yeltsin, no dia 24 de março de 1999, em pronunciamento à TV russa, em cadeia nacional, classificou os bombardeios da OTAN no Kosovo como um “passo trágico e dramático” e um “golpe em toda a comunidade internacional”<sup>50</sup> (KOMMERSANT, 1999). O Chanceler russo, Igor Ivanov, em discurso ao parlamento russo ao se referir à situação afirmou que a OTAN se utilizou do pretexto de “crise humanitária” para atender e expandir seus próprios interesses na região, bem como esboçou o inconformismo russo com o processo expansionista da instituição; nas palavras do ministro russo:

A OTAN se aproveitou desta situação para expandir a sua presença nos Balcãs. [...] As acusações de genocídio começaram a ser feitas contra Belgrado, e o mito de uma catástrofe humanitária foi ativamente replicado e assim por diante. [...] A principal força motriz desta operação foram os Estados Unidos, que, [...] usaram o Kosovo como um campo de testes para a edição americana do novo conceito estratégico da OTAN, para assim impor os ditames políticos e militares dos Estados Unidos. [...] Portanto, ao defendermos o direito à soberania da Iugoslávia hoje, nós estamos defendendo o futuro do mundo e da Europa da mais nova forma de neocolonialismo, o chamado colonialismo da OTAN. A partir da aceitação de três novos membros em seus assentos, a OTAN imediatamente demonstrou o seu foco agressivo. Além disso, a primeira ação da aliança foi além de sua área de responsabilidade, usando força não para defesa e não contra o agressor, mas contra um estado soberano (IVANOV, 1999).<sup>51</sup>

<sup>49</sup> O Artigo V do tratado constitutivo da OTAN, estabelece a seguinte diretiva: “As Partes concordam que um ataque armado contra um ou mais deles na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque contra todos eles e, conseqüentemente, concordam que, se tal ataque armado ocorrer, cada um deles, em exercício do direito individual ou autodefesa coletiva reconhecida pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, ajudará a Parte ou as Partes a serem atacadas por tomarem imediatamente, individualmente e em conjunto com as outras Partes, as medidas que julgar necessárias, incluindo o uso de armas armadas. força, para restaurar e manter a segurança da área do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desse tipo e todas as medidas tomadas como resultado do mesmo serão imediatamente comunicadas ao Conselho de Segurança. Tais medidas serão encerradas quando o Conselho de Segurança tomar as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais” (OTAN, 1949, tradução nossa).

<sup>50</sup> Do original em russo: “трагического, драматического шага” [...] это удар по всему международному сообществу” (KOMMERSANT, 1999, tradução nossa).

<sup>51</sup> Do original em russo: “НАТО не преминуло воспользоваться такой ситуацией, чтобы расширить свое присутствие на Балканах. [...] в адрес Белграда стали выдвигаться обвинения в геноциде, активно тиражировался миф о гуманитарной катастрофе и так далее. [...] Главной движущей силой этой операции выступили Соединенные Штаты, которые, как теперь это совершенно очевидно, имели и свои далеко идущие цели: использовать Косово как полигон для отработки американской редакции новой стратегической концепции НАТО, для навязывания политического и военного диктата США. Поэтому, защищая сегодня право Югославии на суверенитет, мы защищаем будущее мира и Европы

Com efeito, as práticas da OTAN em torno da crise do Kosovo levaram os russos a questionar e denunciar as regras do jogo de segurança internacional pós-Guerra Fria e também rejeitá-lo cada vez mais. Os resultados imediatos desta mudança de postura se revelaram a partir da saída de Moscou do Conselho Fundador OTAN-Rússia denunciando os atos como uma violação direta dos compromissos assumidos, em 1997, em Paris (POULIOT, 2006, p. 195). Ainda, a experiência no Kosovo revelou um conjunto de contradições no processo de extensão da aliança entre os novos e antigos membros da aliança. Enquanto os europeus ocidentais argumentavam que as ações da OTAN deveriam se concentrar entre os seus membros, os norte-americanos e os novos e aspirantes a membros defendiam uma visão distinta: a OTAN deveria ser tratada como uma "aliança expedicionária" capaz de oferecer "segurança" onde fosse necessário (MICHTA, 2009).

A decisão da aliança de ampliar funcionalmente e geograficamente seus domínios, explicitado pela declaração de Washington em 1999, e pelas ações da OTAN na antiga Iugoslávia, diluíram ainda mais o otimismo retórico e o padrão de cooperação inicial entre Moscou e o Ocidente no escopo da OTAN, bem como expuseram a fragilidade da cooperação estabelecida até então. Embora as disputas entre os dois atores continuassem a ser resolvidas de forma pacífica, o Kremlin passou a se tornar cada vez menos disposto a aceitar o *modus operandi* da OTAN no campo da segurança internacional. À medida que a OTAN se expande para os países satélites da antiga URSS a aliança abandona seu caráter estritamente defensivo e se transforma em uma instituição que impõe pela força seus valores. Assim, a justificativa oficial da OTAN em torno da natureza defensiva de seu expansionismo, bem como o posicionamento da Rússia como "parceira" perde eficácia (KISSINGER, 1999; MIELNICZUK, 2004).

A forte reação da Rússia contra os ataques da OTAN é causada pelo medo de que a Aliança faça o mesmo com o país no futuro. [...] a possibilidade de que a nova doutrina de "intervenção humanitária" da OTAN seja aplicada ao conflito da Tchetchênia assusta a Rússia. Ao comentar os ataques, Igor Kaidar, ex-chefe do governo russo, é categórico: "Não tem nada a ver com a Iugoslávia, e tudo a ver com a Rússia, a segurança russa e as relações russas com o Ocidente" (MIELNICZUK, 2004, p. 78).

---

от новейшей формы неокOLONИализма, так называемого НАТО-колониализма. Не успев принять в свои ряды трех новых членов, НАТО тут же продемонстрировало свою агрессивную направленность. Более того, своими действиями альянс впервые вышел за зону своей ответственности, применив силу не для обороны и не против агрессора, а против суверенного государства" (IVANOV, 1999, tradução nossa).

Com efeito, as atitudes ocidentais enfraqueceram a lógica de acomodação da Rússia ante a expansão da organização e a intervenção na Sérvia endossou o descompasso entre a retórica benevolente esboçada em 1994, 1995, 1997 e 1999 e as ações da OTAN. Este cenário, segundo Pouliot (2006), acabou por calar ou diminuir as vozes liberais e pró-ocidentais que existiam no governo russo e impulsionou um movimento de contestação e de oposição em Moscou ao que a OTAN representava.

As denúncias recorrentes da Rússia ao longo da década de 1990, principalmente a partir do entendimento russo de que o processo expansionista da OTAN havia saído do controle, e na realidade sinalizava uma política velada de cerco à Moscou, não saíram da centralidade da política externa russa nos anos 2000. Após a renúncia de Yeltsin, seu sucessor, Vladimir Putin, continuou a questionar as funções do processo de extensão da aliança ocidental, ao passo que a OTAN continuou a adotar a mesma postura e a mesma retórica para legitimar seu expansionismo, ignorando o protesto russo.

A emergência do terrorismo global em 2001 origina um novo clima de cooperação entre o Ocidente e a Rússia, momento em que Moscou anuncia novamente a sua intenção de fazer parte da OTAN como membro pleno (BAKER, 2001). No entanto, tal desejo nunca foi concretizado pela OTAN; pelo contrário, a percepção temporal e a posição da Rússia na OTAN permaneceu intacta e subalterna neste período. Neste caso, a aliança não aproveitou este momento histórico para construir uma parceria mais inclusiva com Moscou, tendo havido, contraditoriamente, a reprodução dos padrões anteriores de cooperação com o (re)estabelecimento do Conselho OTAN-Rússia, em 2002. Neste quadro, as relações entre os dois atores voltaram a ser prejudicadas a partir da decisão unilateral dos Estados Unidos de invadir o Iraque em 2003. Para Moscou, o Iraque simbolizou o mesmo tipo de intervenção unilateral a que o Kremlin se opôs quando a OTAN bombardeou a Sérvia em 1999. Além disso, na cúpula de Istanbul, em 2004, a aliança decidiu por expandir a intervenção da Força de Assistência de Segurança (ISAF) para missões em todo o território afegão, ignorando as manifestações contrárias de Moscou no Conselho de Segurança da ONU e no próprio Conselho OTAN-Rússia (CLEARY, 2017; POULIOT, 2010).

Foi a partir do enquadramento das diretivas estabelecidas na cúpula de Istanbul, em 2004, que a atuação da aliança passou a ser dirigida em torno de uma “segurança funcional” que demonstra que os constrangimentos geográficos não significavam mais restrições para sua ação (POULIOT, 2010, p. 222). Com base no contexto que se desenhou ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000 que conferia à Rússia uma posição lateral e secundária na arquitetura de segurança da Europa, que Moscou passou a ser mais contestatória em relação

aos desdobramentos deste processo expansionista de imposição dos valores ocidentais para seus nacionais nas antigas repúblicas soviéticas. Neste sentido, Moscou se desloca da oposição puramente retórica para a concretização de políticas de obstrução deste processo. Tal tópico será tema abordado no capítulo seguinte.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é preciso considerar que o projeto da OTAN desde a sua concepção até sua expansão é, sobretudo, um projeto desenhado unilateralmente pelas nações ocidentais e seus valores. Estas preposições foram deslocadas para repensar a formulação identitária da aliança diante do novo cenário sistêmico e, de certa forma, refletem o êxito da organização pois sustentaram o seu vigor político e foram fundamentais para a cristalização do expansionismo da OTAN.

Por outro lado, ao longo de todo o processo a Rússia foi relegada à uma posição secundária que a excluía das principais decisões da cúpula. As principais demandas e reivindicações de Moscou foram menosprezadas em detrimento da “estabilidade e de uma paz democrática” que só alcançavam aqueles que estavam circunscritos dentro da aliança ou os que estavam em via de adesão. A OTAN, por sua vez, procurou cooptar a Rússia por meio de um discurso benevolente e de concessões que atendiam parte de seus interesses no intuito de reduzir as chances de reações bruscas de Moscou em um período crucial para a concretização do projeto de ampliação da aliança.

O sucesso em delinear uma determinada identidade baseada em valores comuns foi importante na medida em que conferia um senso de missão e de responsabilidade que legitimava uma série de ações militares da OTAN ao longo dos anos e reforçava a sua extensão. Conforme demonstrado, as intervenções na antiga Iugoslávia, no Iraque e no Afeganistão, elevaram a organização à um novo nível transpondo sua atuação em escala global, ao passo que também justificavam a elevação da presença militar na Europa. Esta política, portanto, por um lado, reforçava e aglutinava a identidade coletiva da OTAN em torno de uma suposta ameaça externa e, por outro, ainda que indiretamente, cercava a Rússia de um poderio militar do qual não seria capaz de responder. Além disso, em última análise, tal projeção de forças poderia ser utilizada, inclusive, no futuro, para cercar e isolar Moscou, visto que a Rússia se tornava a principal contestadora desse processo.

Neste contexto, à medida que os russos vão tomando ciência do projeto em questão começam a reagir de modo mais assertivo no intuito de obstar o avanço da OTAN para seus

países vizinhos, especialmente Ucrânia e Geórgia. Tal redirecionamento da política externa russa passa a adquirir maior fôlego nos anos seguintes e, ao mesmo tempo, a Rússia passa a ser utilizada pela aliança militar como um anteparo identitário no intuito de conferir significado ao que foi articulado no discurso da OTAN durante o seu processo de expansão. Percebe-se, nesta lógica, que o discurso da aliança passa a revisitar a sua concepção baseada em seus valores identitários para justificar as ações russas como incompatíveis e opostas à identidade da OTAN e que ameaçam a estabilidade na Europa. Esta análise será o tema do próximo capítulo.

## 4 PERDIDA NA TRANSIÇÃO: A RÚSSIA, TÃO LONGE DO OCIDENTE, TÃO PERTO DA OTAN

“Hoje, centenas de milhões vivem em liberdade, do Báltico ao Adriático, das partes mais Ocidentais ao Egeu [...] devemos prestar homenagem a todos os que na OTAN, fizeram isso acontecer” (CAMERON, 2013).

### 4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo objetiva demonstrar o modo como a OTAN articulou sua identidade a partir das reações russas frente ao expansionismo militar e geográfico da aliança. Nesse contexto, a presente análise busca ilustrar tal construção com foco em cinco cúpulas ocorridas durante três contextos específicos, a saber: expansão da OTAN para Geórgia e Ucrânia, na Guerra na Geórgia e na proposta de desenvolvimento do escudo antimísseis. Demonstra-se, assim, a maneira em que a OTAN se utilizou destes casos para reificar suas diferenças com Moscou e construir sua identidade enquanto temporalmente, espacialmente e moralmente superior à da Rússia.

Nesta fase se percebe que a Rússia adquiriu diferentes identidades que ora a aproximavam e ora a distanciavam do “eu,” em caráter transitório; em todos os casos, efetivamente, ela sempre fora retratada enquanto “diferente” “inferior” e não “digna” da OTAN. A situação de “limbo” institucional observada na década anterior passa por uma metamorfose a partir de 2006. Soma-se a esta categoria elementos de negatividade que expressam Moscou na direção oposta aos propósitos e “valores ocidentais” que, por sua vez, reforçam a sua diferença em relação à OTAN e sublinham ainda mais o seu *status* ontológico de um *outsider* em um *inside*.

### 4.2 A CÚPULA DE RIGA EM 2006: REPRESENTANDO O OCIDENTE

Nunca antes nos mais de 50 anos da OTAN uma cúpula da aliança militar Ocidental aconteceu tão próxima das fronteiras russas, e a menos de 900 quilômetros de Moscou. A representatividade da realização deste evento na Letônia, na capital Riga, é bastante simbólica, pois denota não apenas a natureza célere de seu expansionismo, mas sobretudo a adesão plena e indiscutível dos mais novos membros da aliança, chegando pela primeira vez em um país que fazia parte da URSS. Do mesmo modo, a OTAN manifesta a grande valia que

estes recentes integrantes tiveram e terão nas decisões da organização, pelo destaque atribuído a um recém-chegado, já presidindo a cúpula daquele ano.

O encetamento da identidade coletiva da OTAN é reforçado na cúpula de Riga, seguindo a lógica explorada de construções espaciais e éticas esboçada nas narrativas anteriores, conforme exposto no primeiro parágrafo da declaração de Riga:

Nós, [...] reafirmamos hoje em Riga nossa determinação de enfrentar os desafios de segurança do século XXI e defender nossas populações e valores comuns, mantendo uma forte defesa coletiva como núcleo objetivo de nossa aliança. Nossas 26 nações estão unidas em democracia, liberdade individual e no estado de direito, e fiéis aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. O princípio da indivisibilidade da segurança aliada é fundamental, e nossa solidariedade nos dá força para enfrentar juntos novos desafios (NATO, 2006).<sup>52</sup>

Novamente, a tônica da responsabilidade ocidental é presente no documento no intuito de atender seus propósitos civilizacionais para juntos “enfrentar os desafios de segurança do século XXI.” A construção da lógica dentro/fora é igualmente retomada a partir da espacialização de um senso de união interna, solidariedade e comprometimento entre os seus pares, “unidos em democracia,” “fiéis aos propósitos” e pelo “princípio da indivisibilidade.” A dialética da construção da identidade se estabelece a partir da narrativa do que o que está “dentro” da aliança é moralmente aceito, seguro e pacífico, por outro lado, o que esta “fora” deste espaço são os “novos” desafios e ameaças à esta segurança coletiva e à defesa de suas nações e povos.

Estas predileções são ilustradas na declaração de Riga pelo caráter global das “missões civilizacionais” em torno dos valores da aliança:

Do Afeganistão aos Bálcãs e do Mar Mediterrâneo a Darfur, em seis missões desafiadoras e operações em três regiões geográficas, estamos promovendo a paz e a segurança e ficando lado a lado com aqueles que defendem nossos valores comuns de democracia e liberdade como incorporado no Tratado de Washington (NATO, 2006).<sup>53</sup>

Ao expor suas “seis missões desafiadoras” em três continentes diferentes, “do Afeganistão aos Bálcãs e do Mar Mediterrâneo a Darfur” a organização denota a

<sup>52</sup> Do original em inglês: “We, [...] reaffirm today in Riga our resolve to meet the security challenges of the 21st century and defend our populations and common values, while maintaining a strong collective defence as the core purpose of our Alliance. Our 26 nations are united in democracy, individual liberty and the rule of law, and faithful to the purposes and principles of the United Nations Charter. The principle of the indivisibility of Allied security is fundamental, and our solidarity gives us the strength to meet new challenges together.” (NATO, 2006, tradução nossa).

<sup>53</sup> Do original em inglês: “From Afghanistan to the Balkans and from the Mediterranean Sea to Darfur, in six challenging missions and operations in three geographic regions, we are advancing peace and security and standing shoulder-to-shoulder with those who defend our common values of democracy and freedom as embodied in the Washington Treaty” (NATO, 2006, tradução nossa).

grandiosidade de sua atuação em prol dos seus “valores comuns” e das prioridades do centro euro-atlântico. As intervenções nestas regiões são legitimadas pelo senso de superioridade moral que o uso da narrativa de responsabilidade ocidental comporta. Desse modo, a lógica da missão civilizacional envolve um sentido temporal de transposição dos valores e da identidade “superior” preterida pelo Ocidente para outras regiões “inferiores” que estão em situação de crise ou com necessidade de ajuda.

Esta mesma lógica é deslocada para o discurso em torno do processo de expansão da aliança, definido como um projeto “em curso” que “tem sido um sucesso histórico no avanço da estabilidade, paz e cooperação na Europa e na visão de uma Europa completa, livre e em paz” (NATO, 2006).<sup>54</sup> A narrativa em torno da responsabilidade ocidental aplicada para definir e legitimar a adesão dos novos membros à aliança e a necessidade da continuidade deste processo é a mesma desde de 1994 ininterruptamente. Tal justificativa é transposta para propor a adesão da Ucrânia e da Geórgia na aliança:

Reafirmamos que a Aliança continuará seus diálogos intensificados com a Geórgia e a Ucrânia, que abrangem toda a gama de questões políticas, militares, financeiras e de segurança relativas às aspirações de adesão desses países na Aliança. [...] Todos os países democráticos europeus podem ser considerados para Plano de Ação para a Adesão (MAP) (NATO, 2004).<sup>55</sup>

Ao “reafirmar” os compromissos com Ucrânia e Geórgia a OTAN sinaliza a sua intenção de incluí-los na aliança, tentativa já esboçada nas cúpulas anteriores pelas duas partes. Com efeito, a aliança territorializa a sua expansão para os países que de acordo com a visão da OTAN se encaixam na categoria temporal de “democrático,” no caso, Ucrânia e Geórgia, transformando-os discursivamente em “iguais” ao “eu.”

Por outro lado, o Ocidente despreza, mais uma vez, os apelos russos para barrar este processo e, igualmente, ignora as ações políticas e econômicas de Moscou no cenário ilustrado nas chamadas “revoluções coloridas” experienciadas na Geórgia, em 2003, e na Ucrânia, em 2005. No entanto, embora referido contexto de 2003-2005 o debate sobre possíveis adesões da Ucrânia e da Geórgia obteve grande atenção em 2006 por outras causas. A cúpula de Riga se realizou após o cenário ilustrado a partir das disputas sobre o preço do

<sup>54</sup> Do original em inglês: “NATO’s ongoing enlargement process has been an historic success in advancing stability, peace and cooperation in Europe and the vision of a Europe whole, free, and at peace” (NATO, 2006, tradução nossa).

<sup>55</sup> Do original em inglês: “We reaffirm that the Alliance will continue with Georgia and Ukraine its Intensified Dialogues which cover the full range of political, military, financial, and security issues relating to those countries’ aspirations to (alliance) membership [...] All European democratic countries may be considered for MAP” (NATO, 2006, tradução nossa).

gás entre Rússia e Ucrânia, entre 2005 e 2006, o que, por sua vez, comprometeu parcialmente o fornecimento de gás russo para alguns países da OTAN e da Europa. Tal conjuntura levou a aliança a incluir na agenda dos debates, a questão relativa à segurança energética:

Conforme sublinhado no Conceito Estratégico da OTAN, os interesses de segurança da Aliança também podem ser afetados pela interrupção do fluxo de recursos vitais. Apoiamos um esforço internacional coordenado para avaliar os riscos para as infraestruturas energéticas e para promover a segurança da infraestrutura energética. Com isto em mente, orientamos o Conselho em Sessão Permanente a consultar sobre os riscos mais imediatos no campo da segurança energética, a fim de definir as áreas onde a OTAN pode agregar valor para salvaguardar os interesses de segurança dos Aliados e, mediante solicitação, auxiliar os esforços nacionais e internacionais (NATO, 2006).

A condenação indireta do comportamento russo por parte da OTAN, no contexto relacionado a crise do gás é evidenciada no documento pela sugestão de que os “interesses de segurança da Aliança” foram afetados. Nesse sentido, o senso de responsabilidade pela evocação do interesse nacional é transposto para legitimar um conjunto de ações que visam avaliar os “riscos” à segurança energética de seus aliados. Por outro lado, nota-se a ausência de condenação do Ocidente à Kiev pelo descumprimento dos compromissos assumidos em relação ao pagamento do gás russo e ao fornecimento deste gás aos compradores europeus. A conjuntura demonstra que a OTAN se utilizou desta crise como uma tentativa de se aproximar da Ucrânia pela intenção de incluí-la na organização e simultaneamente articular a identidade temporal da Rússia como um país que não cumpre seus compromissos internacionais, portanto culpada da situação. Além disso, percebe-se a desmoralização discursiva de Moscou pela referência de violação da segurança energética da comunidade europeia, cujo ato “interrompeu fluxos vitais” para aliança.

#### 4.3 A CÚPULA DE BUCARESTE EM 2008: UMA EUROPA (QUASE) LIVRE, COMPLETA E PACÍFICA?

Os vínculos transatlânticos em torno dos valores ocidentais são reforçados como elo indissolúvel no trato de questões securitárias para reafirmar o compromisso com a continuação da ampliação da aliança que, conforme classificado novamente pelo documento, foi um “sucesso histórico”:

[...] reunimo-nos hoje para ampliar nossa Aliança e fortalecer ainda mais nossa capacidade de enfrentar as ameaças existentes e emergentes de segurança do século XXI. Revimos os progressos significativos que fizemos nos últimos anos para

transformar a OTAN, concordando que este é um processo que deve continuar. Reconhecendo o valor duradouro da ligação transatlântica e da OTAN como fórum essencial para consultas de segurança entre a Europa e a América do Norte, reafirmamos a nossa solidariedade e coesão e o nosso compromisso com a visão comum e os valores democráticos partilhados incorporados no Tratado de Washington. O princípio da indivisibilidade da segurança aliada é fundamental (NATO, 2008).<sup>56</sup>

A partir da construção espaço-moral de que a OTAN e seus efeitos são responsáveis pela paz e a estabilidade no continente europeu se reforça a necessidade de continuação deste processo. Nesse contexto, lança-se oficialmente o convite à Croácia e Albânia para integrarem a organização como membros plenos, dando origem à terceira onda de expansão da aliança:

Hoje, decidimos convidar a Albânia e a Croácia para iniciar as negociações de adesão para se juntar à nossa Aliança. Parabenizamos esses países por essa conquista histórica, conquistada através de anos de trabalho árduo e um compromisso demonstrado com nossa segurança comum e os valores compartilhados da OTAN. A adesão destes novos membros reforçará a segurança de todos na zona euro-atlântica e aproximar-nos-á do nosso objetivo de uma Europa plena, livre e pacífica (NATO, 2008).<sup>57</sup>

A tônica meritocrática em relação a estes países neste trecho denota a superioridade temporal e moral dos valores da OTAN. Em consonância com o discurso oficial do expansionismo da OTAN ilustrado nos capítulos anteriores, a adesão de Albânia e Croácia na OTAN é parte de um objetivo comum da aliança de se atingir uma “Europa plena, livre e pacífica”. A eloquência dada neste documento ao “trabalho árduo” destes países para integrar a aliança, referenciado pelo “compromisso demonstrado com os valores compartilhados da OTAN” endereça o apoio de ambos na intervenção ocidental na Sérvia em 1999, e sobretudo ao significativo esforço destes países em defesa da independência do Kosovo da Sérvia, declarada unilateralmente em fevereiro de 2008 (NATO, 2008). Ao reconhecer Albânia e Croácia como “iguais” pelo seu mérito de atuação nas causas ilustradas acima, a aliança

<sup>56</sup> Do original em inglês: “[...] we are meeting today to expand our Alliance and further strengthen our ability to address the existing and emerging security threats of the 21st century. We have reviewed the significant progress we have made in recent years to transform NATO, agreeing that this is a process that must continue. Recognizing the enduring value of the transatlantic and NATO liaison as an essential forum for security consultations between Europe and North America, we reaffirm our solidarity and cohesion and our commitment to the shared vision and shared democratic values embodied in the Treaty of Washington. The principle of indivisibility of allied security is fundamental” (NATO, 2008, tradução nossa).

<sup>57</sup> Do original em inglês: “Today, we have decided to invite Albania and Croatia to begin accession talks to join our Alliance. We congratulate these countries on this historic achievement, earned through years of hard work and a demonstrated commitment to our common security and NATO’s shared values. The accession of these new members will strengthen security for all in the Euro-Atlantic area, and bring us closer to our goal of a Europe that is whole, free, and at peace” (NATO, 2008, tradução nossa).

redesenha os Balcãs a partir de seus valores. Tal construção espacializa a imposição da visão da OTAN para aquela região e exclui e/ou inferioriza outras narrativas.

Com base nisso, a declaração final de 2008 classifica este novo desenho geopolítico como “o início de um novo capítulo para os Balcãs Ocidentais e mostra o caminho a seguir para um futuro em que (esta seja) uma região estável plenamente integrada nas instituições euro-atlânticas” (NATO, 2008). A organização qualifica a sua “cooperação” com a União Europeia nos conflitos nos Balcãs como um “sucesso” que contribuiu “para a paz e a segurança na região.” A conjuntura da época, de um Kosovo independente da Sérvia, e a Albânia e a Croácia como membros da OTAN, são de acordo com a visão ocidental, marcas de uma configuração “estável” (NATO, 2008). Tal presunção não somente atende os interesses da aliança, como também valida a intervenção da OTAN nesta região. Diante disso, o ocidente reconstitui a superioridade moral e temporal de sua identidade como responsável pela “libertação” dos Balcãs e pela paz nesta região. Nesse sentido, a organização desconsidera as posições discordantes da Sérvia e da Rússia que não possuem seus interesses atendidos nesta nova configuração geopolítica dos Balcãs.

A partir do “sucesso” colhido pela aliança neste cenário a OTAN busca expandir a sua “parceria” com a UE baseado na espacialização mútua de seus “valores comuns e interesses estratégicos partilhados.” O documento reconhece a necessidade de aprimorar a defesa europeia “para enfrentar os desafios comuns” cujo argumento central se baseia na premissa moral de que uma “UE mais forte contribuirá ainda mais para a nossa segurança comum.” A aliança busca, nessa lógica, “aprimorar” a parceria estratégica OTAN-UE “a fim de alcançar uma cooperação mais estreita e uma maior eficiência” no trato de questões securitárias (NATO, 2008). Este contexto está fortemente ligado às discussões relacionadas à instalação do sistema antimísseis no Leste Europeu que, por sua vez, dominou as discussões da cúpula naquele ano.

A proposta da construção deste escudo antimísseis em antigos membros do Pacto de Varsóvia, é, de acordo com a OTAN, derivada de uma preocupação “crescente” para combater a “proliferação de mísseis balísticos” e isto representa uma “ameaça às forças, território e populações dos Aliados.” De acordo com a declaração final, este projeto estaria assentado nos princípios de “solidariedade” e da “indivisibilidade da segurança aliada.” O discurso sobre a instalação de tal infraestrutura militar é presente no documento a partir de uma construção ética de responsabilidade da OTAN em “proteger” a Europa.

Os esforços na implementação deste sistema antimísseis na Europa Oriental, encontraram forte oposição russa, por isso a necessidade de novamente apaziguá-la,

utilizando-se da mesma retórica esboçada anteriormente para justificar a expansão da OTAN. De acordo com o documento de Bucareste, o escudo antimísseis teria como objetivo: “responder melhor aos desafios de segurança que todos enfrentamos e reiteram que, longe de representar uma ameaça ao nosso relacionamento (com a Rússia), eles oferecem oportunidades para aprofundar os níveis de cooperação e estabilidade” (NATO, 2008).

A aliança militar, nesse sentido, expõe o caráter defensivo de sua política securitária, ao passo que indica que os problemas de segurança da Rússia são semelhantes às questões securitárias da OTAN. No entanto, as percepções do que a OTAN concebe como “ameaças” são unilaterais, distintas, e neste caso, opostas, daquelas enfrentadas por Moscou, que ao longo dos anos anteriores foram vocalizadas pelo Kremlin nos mecanismos de cooperação com a aliança militar, contudo, tal esforço logrou pouco êxito (SPERLING, WEBBER, 2017). A oposição russa em relação à execução de tal infraestrutura militar na Europa derivava do caráter proeminente do expansionismo da OTAN. A Rússia temia que dada a rapidez deste processo, a instalação deste sistema poderia fomentar o desenvolvimento de bases militares da OTAN nas suas fronteiras, bem como cerceava as capacidades nucleares de Moscou (PICOLLI, 2012). Este dispositivo discursivo da aliança militar que visava conter a “proliferação de mísseis balísticos,” que se assenta em critérios morais de responsabilidade de “proteger” os países europeus se configurava como uma política de imposição à Rússia da visão ocidental sobre a segurança da Europa, visto que a medida havia sido tomada em caráter unilateral pela OTAN e Moscou não havia sido convidada a participar das negociações.

No que pertine à expansão da OTAN, a declaração de Bucareste informa que a aliança militar “saúda as aspirações da Ucrânia e da Geórgia para a adesão à OTAN. Nós concordamos hoje que esses países se tornarão membros da OTAN”. A organização reconhece novamente as “reformas democráticas” empreendidos por estes países, bem como suas “contribuições valiosas para as operações da aliança” (NATO, 2008). Dessa forma, o ocidente alia a temporalidade da OTAN à temporalidade de Ucrânia e Geórgia, reconhecendo as conquistas democráticas “valiosas para as operações da aliança,” portanto “dignos” de adesão na organização militar.

Nesse sentido, se antes a adesão de Ucrânia e Geórgia aparecia sob a condição de “possibilidade,” agora manifesta-se como uma decisão aprovada pelos membros da OTAN, cuja oficialização não depende de autorização, sinalizando que estes países poderão eventualmente ter o mesmo destino que o dos países bálticos. Ainda, o trecho indica que a organização iniciará “um período de intenso envolvimento com ambos, em um alto nível político.” O propósito neste caso busca acelerar e assegurar a expansão da OTAN para estes

países, esboçado sobretudo pela indicação de que as negociações serão “intensas” e em “alto nível político” (NATO, 2008). Tal cenário de aproximação é ilustrado naquele período, momento em que inúmeros políticos do alto escalão do governo norte-americano visitam a Ucrânia e a Geórgia sucessivamente, como Donald Rumsfeld, Condoleezza Rice e o Presidente George W. Bush, aprofundando os laços entre a OTAN e estes países.

O processo de expansão da OTAN para Ucrânia e Geórgia está em consonância com o que foi dito pelo Secretário Geral da aliança, Jaap de Hoop Scheffer, no discurso de abertura da cúpula de Bucareste. Segundo o Secretário Geral “É evidente que a OTAN não sofre com a fadiga do alargamento, [...] a OTAN é uma equipe – e uma muito única. Na OTAN, 26 países estão unidos no compromisso de defender seu território e seus valores compartilhados - liberdade, democracia e direitos humanos” (NATO, 2008b). A narrativa das declarações de Bucareste buscam defender a política expansionista da OTAN como um bom exemplo a ser seguido, cuja existência une e unirá diversos países no mesmo propósito, possibilitando a paz no continente, evidenciado pelo trecho: “o alargamento da OTAN [...] é a melhor garantia para a paz e a estabilidade no nosso continente” (NATO, 2008b).

Conforme exposto, a repetição do discurso, do “alargamento” da OTAN como pedra angular da estabilidade na Europa, denota o modo em que a aliança legitima e continua a legitimar tal postura, o que por sua vez transfere um impacto na imaginação política interna e externa da aliança. Assim, o expansionismo da aliança é visto como responsável pela promoção da paz e pela expansão de estabilidade. Ao expor que a OTAN não se enfraqueceu com este processo, nota-se os níveis de resiliência e confiança que a organização adquiriu ao longo dos anos e isto imediatamente referencia a ideia de que a construção de uma Europa em paz não é uma tarefa simples, mas que, ao fazê-lo, necessita de força e apoio. Tal articulação igualmente coloca aqueles que se opõem ao “alargamento,” leia-se Rússia, como contrários a “paz e a estabilidade”, o que indiretamente os insere dentro de uma lógica de inimigo velado à organização. Neste sentido o “alargamento” da OTAN, especialmente para Ucrânia e Geórgia, passa a ser entendido como sinônimo de uma “Europa livre, em paz e unida,” cujo somente por meio de seu vigor e durabilidade o continente europeu poderá garantir a sua segurança e estabilidade frente à um mundo hostil e imprevisível.

#### 4.4 A CÚPULA DE STRASBOURG/KEHL EM 2009: RELEMBRANDO A UNIDADE, RESSALTANDO DIFERENÇAS

Na cúpula de Strasbourg e Kehl celebrou-se o aniversário de 60 anos da aliança militar e os 20 anos do fim da Guerra Fria. A escolha de duas cidades em dois países diferentes como sedes da cúpula daquele ano foi um fato inédito na história da organização. De acordo com a declaração daquele ano a proposta de sediar o evento na França e na Alemanha, especialmente em cidades cuja posse foi objeto de disputa territorial entre os dois países até a década de 1950, representava a estreita parceria entre a OTAN e a Europa:

O local do nosso encontro é um poderoso símbolo da reconciliação pós-Segunda Guerra Mundial na Europa. O fim da Guerra Fria, há 20 anos, abriu caminho para a consolidação da Europa num continente verdadeiramente completo, livre e em paz. A OTAN desempenhou e continuará a desempenhar um papel ativo nesse processo (NATO, 2009).<sup>58</sup>

Conforme exposto pelo fragmento acima, a sede binacional daquele ano é carregada de conteúdo simbólico e remete ao papel preponderante da aliança como instrumento chave para se atingir a reconciliação entre os Estados europeus no pós-II Guerra Mundial. Não obstante, o fim da Guerra Fria é evidenciado como uma oportunidade que forneceu as condições necessárias para se transpor tal “reconciliação” para toda a Europa, antes obstruída pela URSS.

Nessa narrativa se verifica a construção da superioridade temporal da aliança qualificando-se como capaz de evoluir e suplantar rivalidades pregressas. Ao atrelar a conciliação do pós-II Guerra Mundial com o fim da Guerra Fria, a organização projeta-se historicamente para justificar a sua importância hoje. Neste sentido, a OTAN recorre a exemplos históricos para demonstrar que é capaz de resolver conflitos e se aliar com antigos “inimigos” por meio do cálculo e da razão em prol da paz e da estabilidade na Europa. Tal construção igualmente relega a um papel secundário ou subalterno a outros agentes e atores importantes neste processo, principalmente à URSS/Rússia.

O contexto em que acontece a cúpula de Kehl e Strasbourg é especialmente importante para se entender as razões que levaram a OTAN a rememorar a “unidade” transatlântica, utilizando-se como referência a superação de conflitos passados. A crise financeira de 2008

---

<sup>58</sup> Do original em inglês: “The venue of our meeting is a powerful symbol of Europe’s post-World War II reconciliation. The end of the Cold War, 20 years ago, opened the way towards the further consolidation of Europe into a continent that is truly whole, free and at Peace. NATO has played, and will continue to play, an active role in that process” (NATO, 2009, tradução nossa).

afetou integralmente as economias ocidentais levando a uma forte recessão econômica e déficits orçamentários em boa parte dos países membros da aliança, cujos efeitos poderiam, eventualmente, desagregar sua coesão interna. O caso da crise de 2008 é especialmente importante pois ela coloca em questionamento o padrão de desenvolvimento econômico em torno do qual os países da OTAN se baseavam. O mecanismo principal da expansão que visava “acelerar as reformas econômicas” nos países do Leste Europeu, a partir da promoção de valores liberais como o livre-mercado, privatizações etc., confronta-se com a realidade da eclosão da Crise de 2008 cujas origens são reflexos da adoção destas políticas no centro do capitalismo mundial.

Nesse sentido, a declaração de 2009 evoca problemas e conflitos superados no passado para reafirmar a “solidariedade mútua” e o “compromisso com a coesão da Aliança,” associando a segurança com questões financeiras. Assim, a OTAN situa um senso de responsabilidade da aliança para garantir a sua indivisibilidade e segurança em períodos de crises econômicas:

A OTAN contribui para a estabilidade e a segurança, que são os fundamentos essenciais necessários para enfrentar as dificuldades financeiras globais e a incerteza que enfrentamos. [...] A indivisibilidade da nossa segurança é um princípio fundamental da Aliança. Reafirmamos nossa solidariedade e nosso compromisso com a coesão da Aliança (NATO, 2009).<sup>59</sup>

Naquela ocasião também foi celebrada a entrada oficial de Albânia e Croácia na organização. A natureza célere da admissão destes dois países, com menos de um ano desde que o convite oficial foi lançado, igualmente auxilia no entendimento da política de “alargamento contínuo” no intuito de ilustrar o vigor da aliança e de sua expansão, especialmente em um período de crise. Do mesmo modo, a OTAN aponta o caráter moral da manutenção das políticas de aprimoramento das capacidades militares e estratégicas da organização como fonte principal para se enfrentar “futuras ameaças” à segurança daqueles circunscritos dentro da aliança:

Uma forte defesa coletiva de nossas populações, território e forças é o objetivo central da Aliança e continua sendo nossa mais importante tarefa de segurança. A transformação em curso da OTAN reforçará a capacidade da Aliança de enfrentar ameaças de segurança existentes e emergentes do século XXI, nomeadamente assegurando a disponibilização de forças totalmente preparadas e destacáveis

---

<sup>59</sup> Do original em inglês: “NATO contributes to stability and security, which are the essential foundations necessary to tackle the global financial hardships and uncertainty we face. [...] The indivisibility of our security is a fundamental principle of the Alliance. We reaffirm our solidarity and our commitment to the cohesion of the Alliance” (NATO, 2009, tradução nossa).

capazes de conduzir todo o leque de operações e missões militares no seu território, na sua periferia e a distância estratégica (NATO, 2009)<sup>60</sup>.

Com efeito, a declaração de Kehl e Strasbourg reforça a lógica de que a política de “alargamento” necessita ser complementada com melhorias nas infraestruturas militares e no incremento da projeção de forças da OTAN com o discurso de autoridade moral de garantia do fortalecimento de sua defesa coletiva. Além da crise financeira de 2008-2009, a cúpula daquele ano é marcada pela Guerra Russo-Georgiana, ocorrida em agosto do ano anterior. Tal contexto igualmente ampara a ideia sobre a necessidade de aperfeiçoamento das capacidades militares e estratégicas da organização contra “ameaças existentes e emergentes.” Por outro lado, a apropriação discursiva deste conflito “como uma violação da integridade territorial georgiana” cometida pela Rússia justificou a suspensão unilateral de Moscou do conselho OTAN-Rússia em 2008 (NATO, 2009). Neste contexto, a organização ao ser confrontada com as ações russas em aspirantes a membros da OTAN, retoma o discurso relacionado à indispensabilidade de sua visão sobre a segurança na Europa.

A assertividade russa naquele conflito deixava claro seus descontentamentos com a política de expansão dos valores da organização para países com laços históricos e culturais com a Rússia, fato que, no entanto, não resultou na atenuação do discurso da OTAN sobre a inclusão da Ucrânia e Geórgia:

A estabilidade e as reformas políticas e econômicas bem-sucedidas na Ucrânia e na Geórgia são importantes para a segurança euro-atlântica. Em Bucareste, concordamos que a Ucrânia e a Geórgia se tornarão membros da OTAN e reafirmamos todos os elementos dessa decisão (NATO, 2009).<sup>61</sup>

Apesar deste evento crítico na Europa, o discurso em relação a adesão de Ucrânia e Geórgia na OTAN se manteve estável. Segundo Mayer (2017) e Kanet, (2010), tal acontecimento evidenciou divergências internas sobre a possibilidade de incluí-los na OTAN, o que por sua vez, pode ter refreado o entusiasmo ocidental, bem como a adesão da Geórgia

<sup>60</sup> Do original em inglês: “A strong collective defence of our populations, territory and forces is the core purpose of the Alliance and remains our most important security task. NATO’s ongoing transformation will strengthen the Alliance’s ability to confront existing and emerging 21st century security threats, including by ensuring the provision of fully prepared and deployable forces able to conduct the full range of military operations and missions on and beyond its territory, on its periphery and at strategic distance” (NATO, 2009, tradução nossa).

<sup>61</sup> Do original em inglês: “Stability and successful political and economic reform in Ukraine and Georgia are important to Euro-Atlantic security. At Bucharest we agreed that Ukraine and Georgia will become members of NATO and we reaffirm all elements of that decision” (NATO, 2009, tradução nossa).

ao Plano de Ação para a Afiliação (MAP)<sup>62</sup>. Por outro lado, a identidade temporal de uma Rússia que “aprende” com o Ocidente a se tornar mais “civilizada” se deslocou para uma esfera oposta que a representava como “afastada” e “distante” dos ideais da OTAN. O caráter positivo das narrativas anteriores sobre as relações entre a OTAN e o Kremlin passou a ser representado como incompatível e difícil, conforme descrito na declaração final: “o diálogo e a cooperação com a Rússia sofrem de profundas divergências sobre várias questões” (NATO, 2009).

A trajetória de desacordos entre o Ocidente e a Rússia vinha atingindo novos patamares desde a saída unilateral de Moscou do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (CFE), negociado no final da Guerra Fria e denunciado pela Rússia em 2007. Tal postura russa, associada à Guerra na Geórgia, levou a OTAN mudar seu posicionamento em relação ao governo russo. Este novo contexto foi evidenciado no tratamento distinto que Moscou passou a ter nas declarações finais das cúpulas da aliança; as menções à Rússia saltaram de 10, no documento de Riga, em 2006, para 32 menções na declaração de Kehl e Strasbourg. De acordo com o documento de 2009:

A aliança condena o reconhecimento da Rússia das regiões da Ossétia do Sul e Abcásia da Geórgia como Estados independentes. Além disso, o aumento da participação da Rússia nas regiões geográficas da Abcásia e da Ossétia do Sul sem o consentimento do governo da Geórgia é particularmente preocupante. [...] As ações da Rússia na Geórgia colocaram em questão o seu compromisso com os princípios fundamentais da OSCE, nos quais se baseiam a estabilidade e a segurança na Europa: princípios que sustentam o Tratado CFE (NATO, 2009).<sup>63</sup>

A temporalidade da Rússia enquanto “distante” ou “inferior” a OTAN é mais uma vez revisitada no documento a partir da construção de Moscou como um país desrespeita as regras internacionais. A elaboração da narrativa a partir de uma dicotomia que identifica nas ações russas fontes para instabilidade na Europa, em contraponto à uma OTAN que leva a paz a estabilidade, reforça a construção espacial e moral do Ocidente enquanto superior, pacífico e

<sup>62</sup> O MAP é um mecanismo institucional da OTAN cujo o objetivo é avaliar as condições necessárias para que um determinado país ingresse oficialmente na organização. O MAP é uma das últimas instâncias no processo para se tornar um membro da OTAN, no entanto, seu ingresso não garante a adesão imediata à Aliança. O processo de inclusão de novos membros demanda um consenso sobre esta questão entre todos os já participantes da organização. No caso da Geórgia e da Ucrânia, a França e Alemanha rejeitaram a proposta norte-americana de inclusão de Tbilisi e Kiev ao MAP, assim, discussões futuras sobre este caso foram atrasadas indefinidamente (NAUMESCU, 2017).

<sup>63</sup> Do original em inglês: “The Alliance has condemned Russia’s recognition of the South Ossetia and Abkhazia regions of Georgia as independent states. In addition, the build-up of Russia’s military presence in the Georgian regions of Abkhazia and South Ossetia without the consent of the Government of Georgia is of particular concern. [...] Russia’s actions in Georgia have called into question its commitment to the fundamental OSCE principles on which stability and security in Europe are based: principles which underpin the CFE Treaty” (NATO, 2009, tradução nossa).

estável. Autorizados pelo discurso moral de que tais atitudes russas desrespeitaram as normas vigentes e ameaçam a segurança europeia, a organização solicitou que a Rússia reverta todas as medidas tomadas em caráter unilateral, desde o reconhecimento da independência de Abcásia e Ossétia do Norte, até a denúncia do CFE. Apesar da demanda ocidental, a declaração de Strasbourg/Kehl não propõe nenhum mecanismo de negociação e nem apresenta alterações substanciais na política de expansão da OTAN como contrapartida.

Ainda que a adoção do discurso de Kehl/Strasbourg ressalte as concepções distintas entre Moscou e Bruxelas no que tange a segurança na Europa, não se atribui à Rússia uma identidade como incapaz de mudança. Ao propor que a Rússia reverta estas medidas sem lhe oferecer compensações ou alterar sua política de expansão, a OTAN designa aos russos a possibilidade de se moldar as normas e aos valores relativos à identidade ocidental (e não o contrário) enquanto elemento indispensável para a estabilidade europeia.

#### 4.5 A CÚPULA DE LISBOA EM 2010: ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO - UM ENGAJAMENTO OCIDENTAL COM A RÚSSIA?

Embora os efeitos da guerra na Geórgia tenham reforçado as diferenças entre a Rússia e o Ocidente, a mudança de governo nos Estados Unidos encetou uma parceria condicional entre os dois atores a partir de 2009 que, por sua vez, ficou evidenciada na cúpula de Lisboa em 2010. Ao longo dos anos 1990 e 2000 as relações entre a Rússia e a OTAN foram marcadas por períodos de aproximação e afastamento. De acordo com Sperling e Webber (2016, p. 15), a ruptura ocasionada pela intervenção ocidental no Kosovo em 1999 foi deixada de lado devido ao advento do terrorismo global em 2001, ao passo em que a ruptura ocorrida a partir da guerra na Geórgia foi reparada na cúpula de Lisboa, em 2010, a partir da compreensão ocidental de que ambos atores partilham de uma série de ameaças comuns.

Os principais tópicos debatidos na cúpula de Lisboa foram em torno da adoção do novo conceito estratégico da OTAN, o combate ao terrorismo e o acordo para estabelecer um escudo antimísseis na Europa. Esta nova fase de reaproximação entre os dois atores ficou ainda mais evidenciada a partir da adoção do novo conceito estratégico da OTAN que colocava a cooperação com a Rússia como sendo de “importância estratégica.” Além disso, o novo conceito atualizado em relação ao seu homólogo de 1999 destacava a necessidade de: “melhorar as consultas políticas e a cooperação prática com a Rússia em áreas de interesses comuns, incluindo defesa de mísseis” (NATO, 2010a, p. 29-30).

A proposta de desenvolvimento conjunto do sistema antimíssil se tornou um tema central no relacionamento entre Moscou e a aliança. De acordo com o documento final de 2010, a Rússia foi “convidada para a aprofundar a sua cooperação em áreas de interesses comuns [...] estamos ativamente buscando a cooperação com a Rússia na defesa de mísseis” (NATO, 2010b).

Conforme consta na declaração de Lisboa, a Rússia e o Ocidente possuem uma série de “ameaças e desafios comuns” como o “narcotráfico, proliferação de armas de destruição em massa e seus meios de entrega; pirataria e terrorismo” (NATO, 2010b). Apesar da aposta ocidental em investir no relacionamento com Moscou classificando as ameaças detectadas pela aliança como sendo mútuas, as respostas e ações da OTAN para a contenção destas, não foram necessariamente pensadas com a Rússia em mente (SPERLING, WEBBER, 2016).

O otimismo retórico em relação à Moscou se desenvolve a partir de certas condicionantes, principalmente no que tange ao principal ponto desta parceria - a questão antimísseis. A proposta de cooperação neste caso, não é derivada de uma lógica ampla avaliada mutuamente, mas sobretudo a partir de uma imposição ocidental sobre a construção da infraestrutura antimíssil. Nesse sentido, a Rússia é convidada a participar deste projeto por “cortesia” e não por “direito” já que as condicionantes para tal parceria são tomadas em caráter unilateral e refletem, sobretudo, a natureza restritiva desta colaboração. Conforme o trecho: “Decidimos desenvolver uma capacidade de defesa contra mísseis para proteger todas as populações, territórios e forças da OTAN na Europa, e convidamos a Rússia a cooperar conosco” (NATO, 2010b).<sup>64</sup>

Neste caso, tal reaproximação entre os dois atores se desenvolve a partir de um senso hierárquico que, embora haja uma reaproximação, ainda atribui a identidade da OTAN como superior a da Rússia e não como uma parceria “entre iguais.” Este sentido é perceptível nos termos em que esta cooperação é colocada, conforme frisou o porta-voz da aliança: “nós não estamos falando de um sistema integrado. Estamos falando de dois sistemas (independentes) que estão ligados” (NATO, 2010c). Neste caso, não se trata de uma parceria de desenvolvimento conjunto desta infraestrutura, mas sim projetos independentes com uma proposta comum. Nesse sentido, tal projeto de colaboração, em verdade, reforça o descolamento ontológico de Moscou como um *outsider* em um *inside*, em uma situação de perene limbo, não suficientemente “digno” de ser um “igual” por completo.

---

<sup>64</sup> Do original em inglês: “We decided to develop a missile defence capability to protect all NATO European populations, territory and forces, and invited Russia to cooperate with us;” (NATO, 2010, tradução nossa).

Nesta lógica, o secretário geral da OTAN, Anders Rasmussen, ao se referir sobre as motivações de convidar a Rússia a cooperar afirmou o seguinte:

[...] não faz sentido que a Rússia fale sobre o gastar de bilhões de rublos em um novo sistema ofensivo voltado para o Ocidente. Esse tipo de retórica é desnecessária. Esse tipo de pensamento está desatualizado. Esse tipo de investimento é um desperdício de dinheiro. Porque não somos uma ameaça para a Rússia. Nós não atacaremos a Rússia. Nós não iremos minar a segurança da Rússia. As ameaças à Rússia vêm de outros lugares. E o nosso convite para cooperar na defesa antimíssil é prova disso (NATO, 2010d).<sup>65</sup>

Em algumas ocasiões, como o caso da citação ilustrada acima, a organização denota de modo mais evidente o caráter temporalmente superior da OTAN em relação à inferioridade da Rússia. Moscou, nesta perspectiva, é vista como um ator irracional que se projeta de modo arcaico cuja política securitária e seu orçamento é conduzido de modo equivocado e passional para a direção errada. Sob esta perspectiva, quando os gastos em defesa da Rússia aumentam (ver gráfico 1) a OTAN a constrói como irracional, ao passo em que quando a aliança amplia sua presença militar na Europa ela é retratada como pacífica e defensiva, movida pela responsabilidade em proteger seus aliados.

Ademais, na cúpula de Lisboa não se observou nenhuma inflexão no discurso da aliança em torno da inclusão de outros países na organização, especialmente a Ucrânia e Geórgia, classificada no documento de 2010 como uma medida “em curso.” A OTAN continua a “reafirmar todos os elementos” estabelecidos na cúpula de Bucareste e a “encorajar reformas política e econômicas” democráticas nestes países, estendendo, portanto, os valores ocidentais a eles (NATO, 2010b). Nesse sentido, apesar do quadro de relativa colaboração entre Moscou e Bruxelas tal posição revela profundas discordâncias entre as partes em um tópico essencial para se lograr sucesso na parceria entre Rússia e OTAN.

Além disso, percebe-se que há uma articulação mais firme no discurso da OTAN em torno da “ameaça” de proliferação de mísseis. O trecho abaixo evidencia que a detecção desta ameaça é derivada de seus Estados membros, a indicar que os critérios para a especialização da segurança permanecem primordialmente em sua comunidade política:

A ameaça às populações, territórios e forças europeias da OTAN decorrentes da proliferação de mísseis balísticos está aumentando. Como a defesa antimísseis faz

---

<sup>65</sup> Do original em inglês: “[...] not make sense, is for Russia to talk about spending billions of roubles on a new offensive system to target the West. This type of rhetoric is unnecessary. This type of thinking is out of date. This type of investment is a waste of money. Because, we are not a threat to Russia. We will not attack Russia. We will not undermine the security of Russia. The threats to Russia come from elsewhere. And our invitation to cooperate on missile defence is proof of that (NATO, 2010, tradução nossa).

parte de uma resposta mais ampla para combater essa ameaça, decidimos que a Aliança desenvolverá uma capacidade de defesa antimísseis para cumprir sua tarefa principal de defesa coletiva (NATO, 2010b).<sup>66</sup>

Nesta lógica, se antes havia a necessidade da OTAN justificar sua política de expansão como crucial para se atingir a “paz e a estabilização” na Europa, a nova postura da aliança buscava em perigos externos justificativa para a manutenção de sua relevância. Neste enquadramento, a partir de um senso de responsabilidade ocidental em se proteger da “ameaça” que os mísseis representam, a OTAN legitima o desenvolvimento desta estrutura de defesa na Europa como “tarefa principal de sua defesa coletiva.” Tal política se torna central nesta “nova” fase da OTAN, embora não fique claro em nenhuma parte da declaração as origens destes mísseis e não haja qualquer menção a um Estado ou organização ameaçadora. Nesse sentido, a aliança utiliza-se da espacialização de “ameaças” em um sentido amplo, cujo seu reconhecimento é incerto e onipresente, sem uma orientação clara como e porquê tais ameaças afetam a OTAN, a ponto de justificar a defesa contra mísseis como “parte integral de (sua) postura geral de defesa” (NATO, 2010b).

A promessa de uma “Europa plena, livre e pacífica,” explicitada nas narrativas anteriores sobre a política de “alargamento” da aliança, é igualmente transposta para definir o novo posicionamento do Ocidente. Em um cenário de ausência de ameaças espacialmente concretas que, por sua vez, poderiam questionar a necessidade de existência da OTAN, a aliança utiliza-se da dimensão temporal – o futuro, como parte de sua estratégia para legitimar suas políticas no presente. A constante preocupação em se adaptar ao “futuro” e a indispensabilidade de reformas na organização é disposta na declaração com bastante ênfase: “[...] nos reunimos em Lisboa para traçar o futuro curso da OTAN” buscando fortalecer um “processo de reforma em todas as áreas necessárias sem demora [...] um esforço de reforma focado para tornar nosso diálogo e cooperação mais significativos, e para melhorar a orientação estratégica de nossa cooperação” (NATO, 2010b).

Este discurso demonstra uma preocupação crescente sobre o papel da OTAN e como a organização deve se adaptar a realidade do século XXI. As afirmações repetitivas sobre a eficácia e a força da OTAN denotam uma necessidade de autoafirmação. Nessa linha, o documento é finalizado com a presunção de que a “OTAN será mais eficaz, mais engajada,

---

<sup>66</sup> Do original em inglês: “The threat to NATO European populations, territory and forces posed by the proliferation of ballistic missiles is increasing. As missile defence forms part of a broader response to counter this threat, we have decided that the Alliance will develop a missile defence capability to pursue its core task of collective defence” (NATO, 2010, tradução nossa).

mais eficiente e mais capaz de enfrentar os desafios de segurança do século XXI” (NATO, 2010b). No entanto, ao mesmo tempo que tais declarações geram uma imagem de assertividade da aliança elas revelam em essência incertezas e desconfiança. Quando o objetivo da “promessa de um futuro melhor” se torna um objeto “a ser alcançado”, a aliança confere à temporalidade uma noção ideacional que se configura como uma ferramenta discursiva para superar o presente focando no futuro no sentido de assegurar a manutenção da relevância da aliança hoje.

#### 4.6 A CÚPULA DE CHICAGO EM 2012: RÚSSIA E OTAN, UMA PARCERIA NATIMORTA?

O decorrer do processo de aprimoramento da parceria com Moscou, ilustrava a ótica em que tal cooperação estava inserida. Ao longo deste curso, se evidenciou mais as diferenças do que as semelhanças entre os dois atores, reiterando a natureza exógena da Rússia na organização. Conforme exposto nas seções anteriores, a OTAN se construiu a partir de uma identidade distinta daquela que a Rússia representara. As sucessivas interrupções dos mecanismos de diálogo entre Moscou e a OTAN, associado a ausência de participação russa nos processos deliberativos e de expansão da aliança levaram os dois atores a campos opostos no trato das questões securitárias. O resultado disso, é que o principal pilar do que a OTAN entende como a “indivisibilidade da segurança euro-atlântica” não corresponde ao que na percepção do Kremlin é interpretado como cooperação em defesa ou como uma “parceria estratégica” (MONAGHAN, 2011).

A OTAN definiu ao longo do tempo, uma narrativa que pressupunha a segurança de seus Estados membros como profundamente interligada com a segurança europeia e global. Nesta lógica, a segurança interna dos Estados é uma dimensão coletiva que afeta a segurança entre os Estados como um todo. Contudo, para Moscou tal relação é distinta para aqueles que estão fora desta zona. Neste caso, a Rússia entende que a agenda securitária da aliança criou dois níveis de atuação: uma para os membros da aliança, e outra para os demais. Isto artificialmente expulsa os não membros da OTAN e conseqüentemente fragmenta a segurança europeia. Enquanto para os países da aliança, as deliberações da OTAN têm efeito juridicamente vinculativo, para os outros tais decisões são puramente políticas e dispensáveis. Sem compromissos legais, o Kremlin percebe a segurança europeia não como “indivisível”, mas sobretudo como fragmentada e por vezes incompatível (MONAGHAN, 2011).

Após a cúpula de Lisboa, as promessas de cooperação deveriam ser colocadas em prática, no entanto tais diferenças vieram à tona, expondo mais uma vez o caráter frágil das relações entre Moscou e Bruxelas estabelecidas até então. As visões distintas entre as partes, sobretudo no tocante ao desenvolvimento do sistema antimísseis, que deveria ser o principal pilar da colaboração entre eles, impediram qualquer cooperação mais eficaz neste setor. A Rússia, neste tema, sugeria uma proposta conjunta, conforme frisou o então Presidente russo, Dimitri Medvedev: “trabalhar juntos em um sistema de defesa antimíssil comum.” Em 2010, o Kremlin defendia o desenvolvimento de uma abordagem setorial, na qual a Rússia seria responsável pela defesa antimísseis balístico, numa área que incluía os Estados Bálticos. Todavia, a oferta russa foi rejeitada principalmente pelos países que seriam afetados por esta decisão, evocando o artigo V do Tratado de Washington (ZADRA, 2014, p. 54-55).

Por outro lado, a proposição da OTAN baseava-se em uma abordagem distinta, cujos mecanismos de defesa seriam separados, mas coordenados mutuamente, conforme explicitado em Lisboa. Os desacordos em torno desta questão foram a tônica central neste período, nenhuma das partes cedeu nas suas visões sobre o tema, o que por sua vez reverberou na ausência de êxito na cooperação entre a OTAN e a Rússia. Tal cenário é um reflexo da desconfiança mútua historicamente construída entre eles, segundo Zadra (2014, p. 55): “É impossível criar sistemas de defesa conjunta sem também concordar em terceirizar a segurança, confiando em outra pessoa para proteger territórios e populações nacionais. Nem a OTAN nem a Rússia estavam prontas para seguir esse caminho.”

O resultado disso, é exposto na cúpula de Chicago em 2012, cujo evento era o prazo final para se chegar em um acordo entre as partes. Sem um consentimento sobre este caso, a cúpula de 2012 ocorreu sem a reunião formal do conselho Rússia-OTAN, que estava marcada para ocorrer às margens da cúpula, e conseqüentemente o evento em Chicago não contou com a presença de um representante do alto escalão do governo russo. Apesar disso, a declaração de Chicago, propõe uma mudança na articulação do controle dos sistemas antimísseis, embora ainda ressalte a independência do sistema russo em relação ao sistema da OTAN:

[...] Através dos esforços em curso no Conselho OTAN-Rússia procuramos determinar como os sistemas independentes de defesa antimísseis da OTAN e da Rússia podem trabalhar juntos para melhorar a segurança europeia. Esperamos estabelecer o proposto Centro Conjunto de Fusão de Dados de Mísseis OTAN-Rússia e o Centro de Operações de Planejamento conjunto para cooperar na defesa de mísseis. [...] Essa cooperação concreta de defesa contra mísseis é o melhor meio

de fornecer à Rússia as garantias que busca em relação aos planos e capacidades de defesa antimísseis da OTAN (NATO, 2012a).<sup>67</sup>

Tal proposição ocidental pouco se difere das demais, e não atingia o centro das reivindicações russas, no entanto, ela é explicitada na declaração de Chicago como uma forma de demonstrar que a OTAN está engajada em oferecer à Moscou uma proposta mútua de cooperação. Ao expor que este é o “melhor meio de fornecer à Rússia as garantias que busca em relação aos planos e capacidades de defesa antimísseis da OTAN” a aliança nega as proposições russas, ou as classifica como insuficientes. A declaração acaba por valorizar apenas a sua própria concepção para a proteção contra, segundo a OTAN, “ameaças comuns,” transpondo sua visão como a única responsável para garantir a segurança europeia. Nesta linha, o documento de 2012, ressalta diversas vezes o conteúdo moral da natureza defensiva de seu projeto de tecnologia antimísseis, e o senso de responsabilidade imbuído neste projeto: “proteção para todas as populações, territórios e forças europeias da OTAN contra as crescentes ameaças.” Nesta lógica, as palavras “segurança” e “defesa” são menções mais presentes na declaração de Chicago (NATO, 2012a).

No discurso da OTAN, há uma preocupação constante que tal infraestrutura militar não é dirigida à Rússia, pois ambos atores “partilham de ameaças comuns” que “emanam de fora da área euro-atlântica” (NATO, 2012a). A necessidade do uso de ambos os elementos é um sinal de esforço diplomático para persuadir Moscou a aceitar a preposição da OTAN.

A defesa antimísseis da OTAN não é dirigida contra a Rússia e não prejudicará as capacidades estratégicas de dissuasão da Rússia. A defesa antimísseis da OTAN tem como objetivo defender-se contra ameaças potenciais que emanam de fora da área euro-atlântica (NATO, 2012a).<sup>68</sup>

Assim como a cúpula de Lisboa, na cúpula de Chicago as ameaças das quais a OTAN se refere permanecem em espacializadas em um terreno abstrato, sem uma articulação clara de como, com qual finalidade e em que circunstâncias a aliança utilizaria tal mecanismo. Em sua narrativa, a OTAN transcende um entendimento particular de como a Rússia deve tratar de suas questões securitárias, a partir de uma autoafirmação de que tal projeto não se

<sup>67</sup> Do original em inglês: “[...] Through ongoing efforts in the NATO-Russia Council, we seek to determine how independent NATO and Russian missile defence systems can work together to enhance European security. We look forward to establishing the proposed joint NATO-Russia Missile Data Fusion Centre and the joint Planning Operations Centre to cooperate on missile defence [...] Such concrete missile defence cooperation is the best means to provide Russia with the assurances it seeks regarding NATO’s missile defence plans and capabilities” (NATO, 2012, tradução nossa).

<sup>68</sup> Do original em inglês: “NATO missile defence is not directed against Russia and will not undermine Russia’s strategic deterrence capabilities. NATO missile defence is intended to defend against potential threats emanating from outside the Euro-Atlantic area” (NATO, 2012a, tradução nossa).

configura como uma ameaça à Moscou. Ao fazê-lo, a aliança reitera a lógica de construção temporal da Rússia como atrasada e arcaica, cujos cálculos políticos são incapazes de definir sua própria estratégia de segurança, bem como prover as bases de sua defesa nacional.

Além disso, a declaração de Chicago evidencia uma série de contradições e diferenças entre as partes, bem como expõe uma tônica mais assertiva e preocupada em relação à Rússia:

Lamentamos as recorrentes declarações russas sobre possíveis medidas dirigidas contra o sistema de defesa antimísseis da OTAN que [...] levantam preocupações sobre as intenções declaradas da Rússia em relação a desdobramentos militares perto das fronteiras da Aliança. [...] Continuamos preocupados com o aumento da presença militar da Rússia no território da Geórgia. Continuamos a pedir à Rússia que inverta o reconhecimento das regiões da Ossétia do Sul e da Abcásia da Geórgia como Estados independentes (NATO, 2012a).<sup>69</sup>

Tal trecho revela uma retórica ansiosa da OTAN em relação as atitudes russas, ainda que não haja a caracterização de um perigo concreto, registra-se uma importante alteração da tônica ocidental. A mudança de "desacordos" nas cúpulas passadas para "preocupações" em relação ao comportamento russo revelam um traço (re)emergente no discurso de política externa do ocidente em relação à Rússia. Ao retratar Moscou como um país que está expandindo sua presença militar nas proximidades da aliança, cujo as intenções são incertas, a OTAN utiliza-se de discursos de perigo para demonstrar que sua influência pode estar sendo desafiada por terceiros, colocando a Rússia na posição de desafiante.

A respeito dos crescentes gastos militares russos e de sua presença militar, o Secretário Geral da organização, Anders Rasmussen afirmou durante a assembleia parlamentar da OTAN em 2012 que “o surgimento de potências emergentes criará uma lacuna entre sua capacidade de agir e a nossa. [...] se continuarmos em nosso caminho atual e diminuirmos ainda mais os gastos com defesa, veremos nossa influência diminuir no cenário internacional com a mesma rapidez” (NATO, 2012b). Neste sentido, ao passo que tal narrativa fornece uma ideia do caráter potencialmente ameaçador de Moscou, ela chama atenção para questões internas, principalmente no que tange aos gastos em defesa da organização, buscando sinalizar a necessidade de aumentá-los para futuramente lidar com uma Rússia mais forte e influente.

---

<sup>69</sup> Do original em inglês: “(We regret) recurrent Russian statements on possible measures directed against NATO’s missile defence system. [...] raise concerns about Russia’s stated intentions regarding military deployments close to Alliance borders. [...] We continue to be concerned by the build-up of Russia’s military presence on Georgia’s territory. We continue to call on Russia to reverse its recognition of the South Ossetia and Abkhazia regions of Georgia as independent states” (NATO, 2012, tradução nossa).

Além disso, tal discurso começa a expor a natureza contraditória e a real percepção da OTAN em relação à Rússia. Este novo posicionamento da aliança contraria o seu próprio Conceito Estratégico, que concebia Moscou como um “parceiro” e não como um rival, por assim dizer, não haveria necessidade de tal “preocupação.” Nesta lógica, a OTAN utilizou-se de uma narrativa em torno de “ameaças comuns” propondo uma cooperação na questão antimísseis com a Rússia, cuja efetividade só seria possível se Moscou aceitasse as condicionantes ocidentais, e ao ser rejeitada pelos russos, a aliança reconstituiu as ações do Kremlin como incompatíveis, desafiadoras, provocativas e hostis. Neste caso, o “perigo” começa a espacializar-se nas fronteiras mais próximas da OTAN. É sobre este aspecto que se debruça o próximo capítulo, a partir do cenário ilustrado na Crise da Ucrânia e as reações da OTAN a esse processo.

#### 4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certa feita, o governante mexicano Porfirio Díaz (1830-1915), ao se referir as relações entre Estados Unidos e México afirmou a famosa frase: “Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos.” Sem a mesma tônica lamentativa, Mielnizcuk (2009) retoma esta alegoria para caracterizar as relações de Ucrânia e Belarus com a Rússia no pós-Guerra Fria: “Ucrânia e Belarus: tão longe do Ocidente e tão perto da Rússia.”

No título deste capítulo tal metáfora é resgatada para situar o caráter ambíguo da Rússia no período em questão. A lógica estabelecida neste capítulo, e que, portanto, justifica a adoção deste título, refere-se a dicotomia estabelecida no processo discursivo da OTAN de aproximação e distanciamento com a Rússia. Moscou sempre esteve “próxima” da aliança tanto geograficamente quanto ontologicamente com um *status* de *outsider* em um *inside* - as margens da organização e sem poder de decisão, mas sempre distante de seus valores ocidentais, em uma busca constante de “algo a ser” que nunca é finalizada.

O movimento oposto acontece com Geórgia e Ucrânia, cujos “avanços democráticos” são sempre reconhecidos, e, portanto, justifica-se discursivamente a expansão da OTAN para estes países. A questão que se formula a partir desta construção, refere-se a imposição dos “valores ocidentais” para países que possuem uma parcela considerável de russos étnicos, cujos os laços identitários são historicamente interligados com a Rússia. A partir deste cenário, Moscou abandona o caráter essencialmente discursivo da década anterior e busca barrar por meio da força o expansionismo da OTAN para seus nacionais.

Este processo é utilizado pela organização para ressaltar as diferenças entre os dois atores, escalonando a superioridade moral, temporal e espacial da identidade da OTAN em relação à Rússia, ao ponto de oferecer uma “parceria” unidimensional. Tal curso se torna ainda mais acentuado no contexto da Crise da Ucrânia, momento em que a aliança abandona a posição híbrida de Moscou e a insere em uma narrativa de “perigo iminente” à ordem e a estabilidade na Europa, utilizando-se da Rússia como anteparo identitário para reificar a proteção do “eu.”

## 5 A “AMEAÇA” RUSSA NO DISCURSO DA OTAN DURANTE A CRISE NA UCRÂNIA: UM REGRESSO AO “PROPÓSITO ORIGINAL” DA ALIANÇA?

“Não importa o que a Rússia possa ser - imperial, comunista ou democrática - eles nos veem com os mesmos olhos como fizeram nos séculos anteriores” (ROGOZIN, 2011).

### 5.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo objetiva ilustrar o modo em que a OTAN se apropriou da crise na Ucrânia para colocar a Rússia como uma ameaça ontológica à existência do “eu.” Esta situação é derivada de um processo progressivamente construído durante as cúpulas anteriores que posicionavam a Rússia nas linhas limítrofes entre o interno e o externo em um “limbo institucional,” formatando a sua identidade enquanto descolada da identidade ocidental.

Para tanto, este capítulo está dividido em duas partes principais. A primeira seção trata da construção nacional da Ucrânia a partir de um breve resumo histórico sobre os laços identitários que interligam este país com os russos, em especial na sua utilização por Kiev para forjar uma identidade nacional em oposição à Rússia no pós-Guerra Fria. Tal traço é imprescindível para se entender o papel que a identidade ocidental assume neste processo, bem como para elucidar as razões para o advento da crise ucraniana.

Por fim, analisa-se a situação explicitada na cúpula de Newport, momento em que a Rússia abandona o caráter híbrido da identidade anterior e passa a ser retratada como uma ameaça real e explícita para os países da OTAN. Investiga-se, nesta seção, como a OTAN se utilizou da ameaça espacializada no flanco leste para aprimorar sua segurança coletiva e a sua coesão interna.

### 5.2 IDENTIDADES EM DISPUTA: A CONSTRUÇÃO NACIONAL UCRANIANA NO PÓS-GUERRA FRIA E A CRISE DA UCRÂNIA EM 2014

[...] não sei lhe dizer se a minha alma é ucraniana<sup>70</sup> ou russa. Ambas naturezas são generosamente presenteadas por Deus [...] o propósito de cada uma complementa o

<sup>70</sup> Neste trecho, Nikolai Gogol não utiliza a palavra “ucraniana” para se referir à sua nacionalidade. O autor denomina este povo de duas formas distintas. Na primeira referência, o escritor menciona a palavra “*khokhlatskaya*” derivada da expressão “*khokhol*”, maneira em que os povos cossacos da Ucrânia eram comumente conhecidos na Rússia Czarista durante o século XVIII e XIX em razão de um tipo de corte de cabelo específico deste povo, que consistia em uma cabeça raspada nos lados e uma longa mecha no centro. Na segunda menção, Gogol se refere aos “ucranianos” pelo termo “*malorus*” que significa “russos menores” expressão de origem bizantina utilizada até o início do século XX para se referir ao povo ucraniano. A etimologia do nome “Ucrânia” possui origem eslava e se relaciona à topônimos cartográficos que remetem à

que não está na outra [...] para que mais tarde, unindo-se, elas possam compor algo mais perfeito na humanidade (GOGOL, 1844).<sup>71</sup>

O caráter inaudito do posicionamento geográfico ucraniano, situado entre dois grandes atores europeus (UE e Rússia), refletiu-se nas clivagens internas de seu território. Grande parte da região oeste da Ucrânia esteve sob domínio do Império Habsburgo ao longo dos séculos XVIII e XIX. Com o advento da I Guerra Mundial, a parte ocidental da Ucrânia foi tomada pelos poloneses que lá permaneceram durante toda a primeira metade do século XX. Mielnizcuk (2009, p. 50) sustenta que a relativa autonomia política das nacionalidades que integravam o império Habsburgo, associada à preservação da igreja ortodoxa grega nesta região, propiciou o desenvolvimento de um sentimento de nação nos ucranianos ocidentais mais próximo “àquele que caracterizava os povos que compunham o império austríaco.” Tal configuração, iniludivelmente, é essencial para entendimento do florescimento do nacionalismo ucraniano no pós-Guerra Fria.

Por outro lado, a metade sudeste da Ucrânia permaneceu historicamente sob a influência russa o que, por sua vez, moldou a formação étnica-cultural desta região. Durante o período czarista instituições autônomas foram progressivamente sendo abolidas da tradição política ucraniana. No século XIX, o idioma ucraniano foi proibido nas repartições públicas e os membros da nobreza ucraniana que juravam lealdade ao patriarca de Moscou poderiam ascender às mais altas patentes da corte russa. A tutela russa na parte centro-sul do país historicamente frustrou o desenvolvimento de uma identidade nacional ucraniana e promoveu uma massiva uniformização das instituições e leis daquela região da Ucrânia, de modo que as diferenças entre povos russos e ucranianos fossem gradualmente sendo diluídas em suas percepções coletivas. Estes processos associados às origens históricas comuns de seus territórios, que remontam a Rus Kievana, proporcionaram o desenvolvimento de um senso de identidade eslava comum (LIEVEN, 1997, p. 60-62).

As negociações que antecederam a II Guerra Mundial entre a Alemanha Nazista e a URSS culminaram na assinatura do Tratado Ribbentrop-Molotov, em 1939. Tal pacto reestabelecia o controle do lado ocidental ucraniano para a autoridade soviética, embora a

---

palavra “fronteira” em referência ao Tratado de Pereyaslav de 1654, que submetia os cossacos ucranianos ao comando do Czar em troca das garantias de defesa das fronteiras do império russo com a Polônia. Em russo *Ukraina* pode significar “aqueles que estão nas fronteiras” - U – Y (cerca, próximo) Krai - Край (fronteira, limite).

<sup>71</sup> Adaptado do original em russo: “[...] я сам не знаю, какая у меня душа, хохлацкая или русская. Обе природы слишком щедро одарены богом и как нарочно каждая из них порознь заключает в себе то, чего нет в другой [...] чтобы потом, слившись воедино, составить собою нечто совершеннейшее в человечестве” (GOGOL, em Carta à Aleksandra Smirnova, 1884, p. 419, tradução nossa).

mesma tenha sido ocupada, em 1941, pelos nazistas, até ser retomada pelos soviéticos em 1944 o que, por sua vez, demarcou o território da Ucrânia nas configurações similares a atual. A exceção foi a região da Crimeia que durante o período da czarina Catarina II foi conquistada pelos russos e permaneceu parte do território da Rússia até 1954 quando o então o líder soviético de origem ucraniana, Nikita Khrushchev, transferiu esta península para Ucrânia como gesto de boa vontade para comemorar as relações amistosas entre as duas repúblicas que até então coexistiam na mesma federação (SAKWA, 2016).

O senso de “identidade compartilhada” entre russos e “ucranianos do sudeste” deteve ainda maior preponderância durante o período soviético, cujo envio massivo de russos<sup>72</sup> à Ucrânia, principalmente para a região da Crimeia e de Donbass,<sup>73</sup> foi levado a cabo pelas autoridades comunistas. A preservação da língua russa enquanto predominante na Ucrânia, associada à padronização das normas e valores soviéticos nas repúblicas que formavam a URSS, permaneceram presentes nos esforços de “russificação” daquele país o que, igualmente, restringiu o desenvolvimento de um senso nacional ucraniano (LIEVEN, 1997; MIELNIZCUK, 2009).

A rapidez do desmonte do socialismo no Leste Europeu resultara, como agravo, na maior diáspora russa dos tempos modernos. Com efeito, a partir de 1991 cerca de 25 milhões de russos étnicos estavam vivendo em repúblicas fora da Federação Russa. A maior parte desta diáspora se concentrou na Ucrânia onde cerca de 11 milhões de habitantes ou 22% de sua população se considerava russa ou identificada etnicamente com a Rússia (KOLSTØ, 1996; HELENIAK, 2004; MIELNIZCUK, 2009).

Tal legado histórico acentuou ainda mais as divisões internas do país, cujo relevo é objeto central na (re)construção nacional da Ucrânia no pós-Guerra Fria. De acordo com Wolczuk (2000) a independência ucraniana, em 1991, revelou a heterogeneidade e as contradições internas de uma identidade nacional cujo senso coletivo é desprovido de uma consciência histórica anterior. O esforço em fabricar uma identidade nacional e (re)construir as fronteiras discursivas da nacionalidade ucraniana a partir da presença de grandes contingentes de minorias russas em seu território se tornou a tarefa primordial das elites políticas ucranianas. Sobre o tema, colhe-se passagem de Wolczuk (2000):

<sup>72</sup> Os russos foram distribuídos de forma desigual, concentrando-se nas regiões leste e sul, compreendendo 39% de Lugansk, 38.2% de Donetsk, 25.6% de Kharkiv, 24.7% de Zaporozhe e 20.7% de Odessa. A proporção de russos nas capitais destes Estados é considerada ainda maior (SAKWA, 2016).

<sup>73</sup> A região de Donbass localiza-se no centro-leste ucraniano e compreende principalmente os estados de Donetsk, Kharkiv e Lugansk. Este território tem sido uma importante área de mineração de carvão desde o final do século XIX, por isso era considerada uma das áreas mais desenvolvidas e industrializadas da Ucrânia. Esta região igualmente concentra a maior população considerada russa étnica na Ucrânia (KLINOVA, 2014).

A existência de identidades nebulosas e a fraca ou inexistente sensação de diferença com a Rússia em muitas regiões da Ucrânia precipitam o projeto de reformulação da interpretação das relações históricas com a Rússia, além de denunciar os marcadores da identidade nacional na Ucrânia. Para que o Estado ucraniano promova um senso de lealdade em seus cidadãos, a identidade nacional tem que ser forjada pelo enfraquecimento das identidades regionais supranacionais, soviéticas e subnacionais, e ancorar a identidade nacional em um conjunto plausível de mitos e valores unificadores e crenças (WOLCZUK, 2000, p. 676).<sup>74</sup>

O redesenho das fronteiras políticas ucranianas no pós-Guerra Fria demandava o resgate da questão nacional ucraniana como fonte garantidora de um senso de independência e cidadania. Tal processo de reconstrução do Estado-nação passava pela adoção por parte das elites locais de um discurso nacionalista direcionado a “(re)ucranizar” o país, cujo viés estabelecia seus pilares na negação do passado “colonizado” pelos russos e na retomada de um conjunto particular de símbolos, mitos e figuras históricas “genuinamente ucranianas.” Neste sentido, as projeções que destacavam as diferenças entre a Ucrânia e a Rússia, associadas à ideia de que a soberania ucraniana foi historicamente frustrada pelas aspirações “imperialistas russas,” são demarcadas na construção de uma identidade estatal ucraniana no intuito de buscar homogeneizar as ambiguidades internas do país (LIEVEN, 1997; WOLCZUK, 2000; KUZIO, 2001). Conforme pondera Kuzio (2001):

A identificação [...] da Rússia como o "Outro" contra quem a Ucrânia poderia forjar uma nova identidade nacional, proporcionou uma oportunidade ideal para a construção da nação. Mas ao constituir esse "Outro", as elites ucranianas tiveram que agir com cautela ao diferenciar entre "nossos russos" e "aqueles russos" que vivem na vizinha Federação Russa (KUZIO, 2001, p. 356).<sup>75</sup>

Ao passo em que a representação da influência russa era retratada a partir de uma lógica que reprimiu a existência da Ucrânia, o senso de “europeidade” ucraniana era resgatado como forma de se distanciar de Moscou e, ao mesmo tempo, reforçar os traços de sua identidade nacional. Ao longo da história, a elaboração da supranacionalidade europeia a partir de um ideário identificado com valores e virtudes “universalistas” como a paz, a

<sup>74</sup> Do original em inglês: “The existence of fuzzy identities and the weak or non-existent sense of difference from Russia lingering in many regions of Ukraine precipitate the project of reformulating the interpretation of historical relations with Russia, as well as denning the markers of national identity in Ukraine. For the Ukrainian state to foster a sense of allegiance in its citizens, national identity has to be forged by weakening the lingering supra-national, Soviet, and subnational, regional identities and anchoring the national identity in a plausible set of unifying myths, values and beliefs” (WOLCZUK, 2000, p. 676, tradução nossa).

<sup>75</sup> Do original em inglês: “[...] identification of Russia as the ‘Other’ against whom Ukraine could forge a new national identity, ‘provided an ideal opportunity for such nation building.’ But when constituting this ‘Other’ the Ukrainian elites had to tread carefully when differentiating between ‘our Russians’ and ‘those Russians’ living in the neighbouring Russian Federation” (KUZIO, 2001, tradução nossa).

democracia e a prosperidade, era visto pelas elites ucranianas como um poderoso mecanismo para lidar com as contradições e clivagens internas de seu país (WOLCZUK, 2000). Nesta lógica, a busca de associação de Kiev com as intuições ocidentais derivava do caráter excepcional da condição histórica da Ucrânia e da natureza híbrida de grande parte de seus nacionais etnicamente e culturalmente identificados com a Rússia.

Assim, a orientação europeia na política ucraniana visava não apenas forjar sua questão nacional, mas, sobretudo, conter e equalizar a minoria russa em seu território substituindo o senso de uma identidade supranacional compartilhada entre russos e ucranianos do passado soviético para uma identidade supranacional ocidental. Para tanto, as elites de Kiev passaram a interpretar a adesão da Ucrânia à OTAN como uma pré-condição para sua integração europeia (WOLCZUK, 2000; SAMOKHVALOV, 2015). Nesse sentido, a eclosão da crise ucraniana de 2014 se deflagra a partir das contradições inerentes a este processo de disputa interna e externa sobre os modelos de inserção internacional e de construção nacional da Ucrânia, intrinsecamente conectados com questões identitárias.

### 5.2.1 Rússia e Ucrânia: da irmandade à rivalidade

“Embora estivéssemos separados por um destino hostil, ainda somos um só povo, ainda somos irmãos, filhos da mesma mãe sola [...]” (TYUTCHEV, 1867).<sup>76</sup>

Após o colapso da União Soviética a Rússia não reconheceu formalmente a independência da Ucrânia e de Belarus baseados na ideia de que estes três povos (russos, russos brancos (bielorrussos) e russos menores (ucranianos) compunham uma mesma “nação eslava” (MIELNICZUK, 2004). Moscou, neste aspecto, embora reconhecesse as diferenças étnicas entre eles, identificava a Ucrânia como parte de seu território e/ou de sua nação cujo passado comum sublimou suas diferenças culturais. Sob este aspecto Polokhalo (1995, *apud* KUZIO, 2001) argumenta que: “os russos tendem a ver a Ucrânia como parte de uma civilização ortodoxa eslava criada em grande parte pela união das três nações eslavas orientais sob a liderança russa.”

Tal caráter é particularmente pronunciado nas regiões russófonas da Ucrânia, como o caso de Donbass e Crimeia. A evidência desta articulação etnoidentitária foi bastante destacada em relação à península da Crimeia cuja população russa chega a 70%. Com efeito,

<sup>76</sup> Do original em russo: “Хотя враждебной судьбиной и были мы разлучены, но всё же мы народ единый, всё же братья мы родные, единой матери сыны” (TYUTCHEV, 1867, tradução nossa).

no início dos anos 1990 a região declarou unilateralmente a independência da Ucrânia e defendia a unificação com a Rússia. Este movimento só foi atenuado a partir da concessão de maior autonomia política de Kiev para a região, garantindo-lhe o *status* de república autônoma. Ainda neste contexto é celebrado o Tratado de Amizade Russo-Ucraniano de 1997 no qual seus respectivos Presidentes Yeltsin e Kuchma reconhecem formalmente a integridade e as fronteiras de seus territórios o que, por sua vez, diluiu a disputa em torno da Crimeia e da base naval de Sevastopol<sup>77</sup> (SHERR, 1997).

Sobre este tema Mielncziuk (2004) aponta que tais acordos são derivados de um cenário de colaboração da Rússia com a Ucrânia cujo papel da OTAN tem um caráter crucial. Durante o período em questão ocorriam as negociações em torno da assinatura do Ato Fundador das Relações Mútuas com a Rússia e a Parceria Distinta com a Ucrânia (ver capítulo III) nos quais os mecanismos só poderiam ser institucionalizados caso as disputas territoriais entre os dois países fossem resolvidas. A aliança obstrui a formalização de vínculos institucionais com países envolvidos em disputas étnicas e territoriais conforme indicado nas normas estabelecidas no Tratado de Washington e nas diretrizes do “alargamento.” Curiosamente, naquele ano a Ucrânia abandona sua neutralidade e indica o desejo de pertencer às estruturas de segurança e integração ocidentais (MIELNICZIUK, 2004, p. 92; OTAN, 1995).

Esta conjuntura abre margem para a Ucrânia fortalecer seus laços com o Ocidente e buscar sua adesão formal a OTAN e a UE. A Rússia por se opor a este projeto procurou frustrar tais aspirações oferecendo generosos subsídios ao gás e ao petróleo vendidos à Kiev, além de reforçar discursivamente os laços históricos comuns entre suas nações. A partir desta situação, a Ucrânia se utilizou de sua posição intermediária, localizada entre a Europa Ocidental e a Rússia, como um mecanismo pendular para ora barganhar com o Ocidente, e ora com Moscou, no intuito de lograr melhores condições políticas e econômicas em suas negociações. A interação dialética estabelecida neste processo conferia à Kiev a possibilidade de recorrer aos Estados Unidos e a Europa para contrabalançar a presença russa em seu país, bem como recorrer ao Kremlin para contrabalançar a influência ocidental (MIELNIZCUK, 2014).

A postura pragmática de Kiev e suas relações com a Rússia sofrem uma forte ruptura a partir das tensões ilustradas no contexto da crise da Ucrânia (2013-presente). O recente

---

<sup>77</sup> Sevastopol é conhecida como “cidade da glória russa” um símbolo da força militar de seu país e do passado glorioso da Rússia. Para os russos, a história da presença russa na Crimeia está intimamente conectada com a base naval de Sevastopol e consequentemente ligada com as conquistas históricas da Rússia (PLOKHY, 2000, p. 372).

conflito político foi desencadeado a partir da decisão do Presidente Viktor Yanukovich de suspender a assinatura de um acordo de associação com UE e atender as propostas de ajuda econômica da Rússia. A decisão de postergar uma provável adesão ucraniana às intuições ocidentais, associada à insuficiência do governo em prover melhoras econômicas para o país, provocam um conjunto de reações e protestos populares concentrados na praça *Euromaidan*, no centro de Kiev. Com efeito, a oposição ucraniana, ultranacionalista, e os partidários pró-UE procuraram associar a imagem de Yanukovich à ingerência russa na Ucrânia, o que acaba resultando em sua deposição. Com o endosso e o incentivo ocidental tais grupos passaram a comandar os protestos locais e a incitar a violência contra a minoria russa na Ucrânia (MIELNIZCUK, 2014; TSYGANKOV 2015).

Os desdobramentos após a renúncia de Yanukovich levam à criação de um governo provisório indicado pelo parlamento ucraniano. Tal curso desencadeia uma série de protestos nas principais cidades russófonas do sudeste do país que não reconhecem os novos arranjos institucionais de Kiev cujos efeitos aglutinaram os movimentos pró-Rússia nestas regiões. O resultado mais imediato desta nova conjuntura leva à convocação de um referendo popular na Crimeia que chancela com mais de 90% de aprovação a incorporação desta região à Rússia. O Kremlin reconheceu a legitimidade do referendo formalizando o *status* da península como parte oficial de seu território (MIELNIZCUK, 2014; TSYGANKOV 2015).

Tsygankov (2015) argumenta que o caso da Crimeia é bastante emblemático pois inspira e impulsiona os demais movimentos pró-Rússia no Leste ucraniano a buscarem a separação da Ucrânia. Com efeito, estes grupos passam a controlar e administrar as repartições públicas daquela região constituindo um governo paralelo ao central. A situação se deteriora ainda mais com a eleição de Petro Poroshenko que instaura uma série de medidas que iam desde a retirada do *status* do idioma russo como língua regional até o enquadramento dos rebeldes pró-Rússia como terroristas.<sup>78</sup> Ainda, o novo governo ucraniano nomeia uma nova equipe ministerial<sup>79</sup> formada por políticos ultranacionalistas de raízes fascistoides e de caráter russópho<sup>80</sup> ligados à mobilização dos protestos de 2013-2014. Tais medidas, classificadas por Putin como um “ataque de forças nazistas, nacionalistas e antisemitas,” reforçam o caráter legítimo das preocupações russas sobre a segurança e a integridade de seus

<sup>78</sup> Além destas medidas, os deputados do *Verkhovna Rada* (parlamento ucraniano) propuseram a criminalização da segunda cidadania (neste caso, a russa) com penas de até 10 anos de prisão e promulgaram uma legislação que restringia a cobertura da mídia russa na Ucrânia (TSYGANKOV, 2015, p. 15).

<sup>79</sup> Dos principais cargos destaca-se o Ministro da Defesa, o Chefe de Segurança Nacional, o Promotor Geral da República e o Ministro da Educação (TSYGANKOV, 2015).

<sup>80</sup> Neste caso se destaca o Partido *Svoboda* (Liberdade), cuja facção interna majoritária, o *Pravdi Sektor* (Setor da direita), liderou os protestos violentos ocorridos na praça *Euromaidan* em Kiev. Tal coalizão recebeu cerca de 10% dos votos nas últimas eleições parlamentares na Ucrânia (MIELNIZCUK, 2014).

nacionais nas regiões russófonas da Ucrânia e, por estas razões, Moscou passa a apoiar estes movimentos (MIELNIZCUK, 2014; TSYGANKOV, 2015).

O cenário ilustrado no contexto da Crise da Ucrânia não pode ser entendido especificamente a partir de uma lógica material de custos e benefícios o que, na realidade, ele sinaliza é uma disputa clara sobre a identidade ucraniana, uma identidade que para os russos jamais poderia ter se distanciado de suas raízes históricas. À medida que o conflito se deflagra, a Ucrânia abandona o caráter pragmático de sua política externa e, com o endosso ocidental, passa a perseguir seriamente sua adesão à OTAN e à UE. Ao fazê-lo, Kiev intensifica a construção do “outro” russo ao nível mais alto desde o final da Guerra Fria que, por sua vez, serve como fonte legitimadora desta política.

A Rússia, por não aceitar tal projeção de valores para o seu “*Russkiy Mir*”<sup>81</sup> (mundo russo), reage no sentido de frustrar que tais aspirações atinjam seus “compatriotas no exterior”<sup>82</sup> (*sootchestvenniki za rubezhom*) e regiões cujos laços afetivos e culturais com Moscou são históricos. Com efeito, ao incentivar os movimentos separatistas no leste ucraniano e, ao incorporar a Crimeia, os russos obstruem informalmente o processo de entrada da Ucrânia à OTAN, ou, pelo menos, impedem que tal difusão seja incorporada aos seus nacionais. Esta presunção é bastante pronunciada no emblemático discurso de Putin sobre a adesão da Crimeia e de Sevastopol à Federação Russa. Ao se referir às motivações que levaram o Kremlin a formalizar a Crimeia como território russo, afirma:

Nos corações e mentes (dos russos), a Crimeia sempre foi uma parte inseparável da Rússia. [...] Permitam-me também recordar que, em Kiev, já foram feitas declarações sobre a entrada antecipada da Ucrânia na OTAN. O que esta medida significaria para a Crimeia e Sevastopol? A instalação imediata de uma frota da OTAN na cidade da glória militar russa [...] isto criaria não uma ilusória, mas uma ameaça perfeitamente concreta para todo o sul da Rússia. [...] eu simplesmente não posso imaginar viajarmos para Sevastopol para visitar os marinheiros da OTAN. [...]

<sup>81</sup> A ideia de *Russkii Mir* se refere a um espaço civilizacional comum da Rússia, unido através da cultura russa, da língua russa e da mentalidade semelhante; De acordo com Chepurin (2009) este é um “recurso intelectual, espiritual, cultural e demográfico da Rússia.” O conceito de *Russkiy Mir* inclui três tipos de identificação com a Rússia: cultural (língua russa, fé ortodoxa, memória histórica), política (Estado russo) e econômica (ator econômico em prol da Rússia) (CHEPURIN 2009; KALLAS, 2016).

<sup>82</sup> A “Lei Federal sobre a política de Estado da Federação Russa em relação aos compatriotas no exterior” de 1999 entende que: “Compatriotas (russos) são pessoas nascidas em um Estado, ou residindo nele, que possuem sinais do idioma, história, herança cultural, tradições e costumes comuns, bem como os descendentes dessas pessoas em uma linha direta de descendência. Compatriotas no exterior são reconhecidos como as pessoas e seus descendentes que vivem fora do território da Federação Russa e, pertencem a povos que vivem historicamente na Federação Russa, e também a quem cujos parentes na linha ascendente direta viviam anteriormente no território da Federação Russa, incluindo: pessoas que eram cidadãos da URSS, que viviam nos Estados que faziam parte da URSS, que adquiriram a cidadania desses Estados ou que se tornaram apátridas; imigrantes do Império Russo, da República Russa, da URSS e da Federação Russa, que possuíam a cidadania adequada e se tornavam cidadãos de um Estado estrangeiro ou apátridas (ROSSIYSKAYA FEDERATSIYA, 1999).

Somos contra que uma aliança militar se instale perto de nossas casas ou em nossos territórios históricos (PUTIN, 2014).<sup>83</sup>

As repercussões do discurso de Putin tiveram reações imediatas nos países ocidentais. Figuras proeminentes da política norte-americana como Hillary Clinton e Zbigniew Brzezinski comparam o pronunciamento do Presidente russo com o de Adolf Hitler. Segundo eles, as ações da Rússia eram semelhantes às intervenções orquestradas pela Alemanha nazista nas vésperas da II Guerra Mundial, comparando o episódio de incorporação da Crimeia à invasão nazista na Checoslováquia em 1938 (HITCHENS, 2014; EURONEWS, 2014). Estas declarações convergem com o que foi dito pelo Secretário-Geral da OTAN, Anders Rasmussen: “a Rússia está falando e se comportando não como um parceiro, mas como um adversário” (RASMUSSEN, 2014a).

A histeria antirrusa causada pelos episódios na Ucrânia neste caso é igualmente transposta para os discursos da OTAN que passam a ter um caráter central na cúpula de Newport/Gales, em 2014. Tais ações concretizam e elevam o teor de uma política discursiva pré-existente de construção do “outro” russo. À medida que o “perigo” se torna espacializado na Rússia e o senso de superioridade identitária da OTAN é resgatado, a identidade ocidental se aglutina em torno do engendramento de uma resposta conjunta à esta ameaça. Isto reforça as posições dos membros da aliança na defesa de seus valores coletivos, o que permite aprimorar a sua coesão interna para responder a esta ameaça.

Neste caso, a cúpula de Newport, em 2014, é bastante significativa pois demonstra o modo em que a utilização do “outro” russo passa a ser identificado como um foco de perigo e de instabilidade para a Europa. Esta construção ratifica um “retorno” ao papel primário de defesa coletiva da OTAN e no incremento de suas capacidades militares frente à ameaça espacializada na fronteira leste.

---

<sup>83</sup> Do original em russo: “В сознании людей Крым всегда был и остаётся неотъемлемой частью России. [...] Напомню также, что в Киеве уже прозвучали заявления о скорейшем вступлении Украины в НАТО. Что означала бы эта перспектива для Крыма и Севастополя? То, что в городе русской воинской славы появился бы натовский флот, что возникла бы угроза для всего юга России – не какая-то эфемерная, совершенно конкретная. [...] я просто не могу себе представить, что мы будем ездить в Севастополь в гости к натовским морякам. [...] Мы против того, чтобы военный альянс остаётся [...] рядом с нашим домом или на наших исторических территориях” (PUTIN, 2014, tradução nossa).

### 5.3 A CÚPULA DE NEWPORT/GALES EM 2014: A AGRESSÃO RUSSA

A cúpula de Newport foi descrita como a “mais importante desde a queda do muro de Berlim” (HJELMGAARD, 2014). Na abertura da cúpula o primeiro-ministro britânico já evidenciava as razões deste evento ser tão importante para aliança, indicando uma mudança radical na situação securitária transatlântica comparada às cúpulas anteriores: “Ninguém irá sair daqui com a menor dúvida de que nossa segurança coletiva na OTAN é tão forte quanto jamais foi” (CAMERON, 2014). Diante da “crise mais séria da Europa desde a queda do muro de Berlim” (RASMUSSEN, 2014b), o resgate do senso de comprometimento, indivisibilidade e comunidade entre os membros se torna a tônica principal da cúpula. Para tanto, a Rússia passa a ser utilizada como anteparo de oposição primário no qual a identidade da OTAN e a sua coesão interna é articulada.

Na declaração final de Newport, Moscou se converte na principal fonte de ameaça para a OTAN de acordo com o explicitado nas pelo menos 40 vezes das 44 que a Rússia é mencionada no documento, a partir da (des)caracterização de “agressiva,” “provocativa,” “ilegal” e “oposta.” Conforme descrição constatada já no primeiro parágrafo da declaração: “As ações agressivas da Rússia contra a Ucrânia desafiaram fundamentalmente a nossa visão de uma Europa inteira, livre e em paz”<sup>84</sup> (NATO, 2014a).

Observa-se, neste sentido, a ruptura dos padrões anteriores de evocação de ameaças ao “eu” havendo a substituição clara de ameaças transnacionais e/ou globais cuja detecção da origem é incerta como o caso do “terrorismo,” “ciber-guerra” e “mísseis balísticos,” para a espacialização localizada explicitamente na Rússia. Tal construção reforça, ainda mais, a dicotomia *inside/outside* cujo mecanismos discursivos delimitam a separação e as fronteiras entre o interno e o externo, a partir do incremento da relação espacial entre o interior, “puro,” “pacífico” e “livre” e o exterior “perigoso” “maligno” e “hostil.” O ambiente securitário transatlântico a partir da Crise da Ucrânia se utiliza deste arranjo discursivo que ilustra a ameaça pela metáfora espacial concreta para demarcar o relevo da linha geográfica que divide as identidades aglomeradas na OTAN e a Rússia externa e belicosa.

A partir da mesma licença moral e temporal de uma construção discursiva precedente que durante o pós-Guerra Fria restringiu a presença de Moscou na OTAN a um papel lateral e secundário, neste novo quadro se autoriza a condenação e responsabilização coletiva da Rússia por estes atos na Ucrânia:

---

<sup>84</sup> Do original em inglês: “Russia's aggressive actions against Ukraine have fundamentally challenged our vision of a Europe whole, free, and at peace” (NATO, 2014, tradução nossa).

Condenamos nos termos mais fortes a crescente e ilegal intervenção militar da Rússia na Ucrânia e exigimos que a Rússia pare e retire suas forças de dentro da Ucrânia e ao longo da fronteira ucraniana. Esta violação da soberania e integridade territorial da Ucrânia é [...] um grande desafio para a segurança euro-atlântica. Nós não reconhecemos e não reconheceremos a “anexação” ilegal e ilegítima da Crimeia. [...] Estamos profundamente preocupados com o fato de a violência e a insegurança na região, provocadas pela Rússia e pelos separatistas apoiados pelos russos, estarem a provocar uma deterioração da situação humanitária e a destruição material no leste da Ucrânia. Assistimos a uma campanha concertada de violência por parte da Rússia e de separatistas apoiados pela Rússia, visando desestabilizar a Ucrânia como Estado soberano (NATO, 2014a).<sup>85</sup>

Conforme observado nas cúpulas anteriores, as ameaças “abstratas” e o combate a um “adversário teológico” (DALBY, 2008) foram utilizadas como justificativa para a aliança expandir-se até as fronteiras russas. À medida que esta expansão era consolidada, as mesmas prerrogativas foram empregadas para justificar a “postura global” da OTAN; legitimava-se a reestruturação de suas capacidades militares na Europa e, em face dos episódios na Ucrânia, estas infraestruturas puderam ser aplicadas para conter a “ameaça russa.” Assim, o relevo da espacialização da ameaça circunscrita na fronteira leste da aliança, associado às categorias previamente construídas de superioridade moral e temporal da identidade da OTAN, cujo alicerces se baseavam na construção discursiva de uma “Europa inteira, livre e em paz,” fundamentam a adoção do discurso da “agressão russa” na Ucrânia. Desse modo, a OTAN fortalece a concepção espacial e moral de afirmação e relevância da identidade de seus membros como “uma fonte essencial de estabilidade neste mundo imprevisível” (NATO, 2014). Tais construções convergem com um conjunto de medidas militares voltadas para responder às ações hostis da Rússia e fortificar o papel primário de sua segurança coletiva:

[...] A fim de assegurar que a nossa Aliança esteja pronta para responder rápida e firmemente aos novos desafios de segurança, aprovamos hoje o Plano de Ação de Prontidão da OTAN (RAP), um pacote de medidas necessárias para responder às mudanças no ambiente de segurança nas fronteiras da OTAN [...] representados pelos desafios colocados pela Rússia e suas implicações estratégicas (NATO, 2014a).<sup>86</sup>

<sup>85</sup> Do original em inglês: “We condemn in the strongest terms Russia's escalating and illegal military intervention in Ukraine and demand that Russia stop and withdraw its forces from inside Ukraine and along the Ukrainian border. This violation of Ukraine's sovereignty and territorial integrity is [...] a major challenge to Euro-Atlantic security. We do not and will not recognise Russia's illegal and illegitimate 'annexation' of Crimea. [...] We are deeply concerned that the violence and insecurity in the region caused by Russia and the Russian-backed separatists are resulting in a deteriorating humanitarian situation and material destruction in eastern Ukraine. [...] We see a concerted campaign of violence by Russia and Russian-backed separatists aimed at destabilising Ukraine as a sovereign state” (NATO, 2014, tradução nossa).

<sup>86</sup> Do original em inglês: “Our Alliance remains an essential source of stability in this unpredictable world. In order to ensure that our Alliance is ready to respond swiftly and firmly to the new security challenges, today we have approved the NATO Readiness Action Plan (RAP), package of necessary measures to respond to the

Este conjunto de medidas de recrudescimento da presença militar da OTAN na Europa Oriental para responder às instabilidades emanadas da Rússia são, sobretudo, articuladas a partir de um senso ético da identidade da OTAN cuja representação do quadro de “agressão russa” invoca um chamado à ação, uma responsabilidade moral em agir para garantir sua segurança coletiva. Tais representações igualmente constituem hierarquias espaço-temporais entre os envolvidos, diferenciando, dialeticamente, os que estão situados para “assegurar” a segurança da Europa (OTAN) *versus* os que causam a insegurança ou a “agressão” (Rússia). Nesta perspectiva, o flanco leste, por sua proximidade com a Rússia, recebe destaque especial como destino principal das forças militares e estratégicas da aliança, conforme explicitado no trecho: “As medidas de garantia incluem presença contínua aérea, terrestre e marítima e atividade militar significativa na parte leste da Aliança”<sup>87</sup> (NATO, 2014a).

À luz deste cenário, a aliança assume a responsabilidade de proteger os “aliados mais vulneráveis,” supostamente em “perigo”, diante da “ameaça russa” no Leste, o que, por sua vez, molda as prioridades de segurança das periferias em torno das prioridades do centro Euro-Atlântico. Estes fenômenos de moldagem de percepções recriam e entretêm o foco na ameaça à fronteira oriental e fornecem um papel fundamental aos “novos” membros da aliança que passam a ser os principais receptores dos gastos em defesa da OTAN. De acordo com Sakwa (2015), ao deslocar o maior conjunto de forças militares para a parte oriental, nas fronteiras russas, eleva-se as tensões entre a Rússia e o Ocidente, de modo a mimetizar uma competição semelhante àquela ilustrada durante a Guerra Fria.

Em face deste novo ambiente securitário a aliança se utiliza da narrativa sobre as ações ilegais de Moscou para intensificar sua parceria e apoio à Ucrânia, colocando-se como um parceiro indispensável para a reestruturação do setor de defesa e segurança daquele país. Tal construção ratifica a posição de Kiev como um “igual” e adensa a oposição identitária espaço-moral entre a “OTAN que protege” e a “Rússia que ataca.”

Elogiamos o povo da Ucrânia pelo seu compromisso com a liberdade e a democracia e a sua determinação em decidir o seu próprio futuro e o seu curso de política externa [...] Encorajamos a Ucrânia a continuar a promover um processo político inclusivo, baseado em valores democráticos e no respeito pelos direitos humanos, minorias e estado de direito. Congratulamo-nos também com a decisão da UE de lançar uma missão da Política Comum de Segurança e Defesa para apoiar a Ucrânia

---

changes in the security environment on NATO's borders [...] It responds to the challenges posed by Russia and their strategic implications” (NATO, 2014, tradução nossa).

<sup>87</sup> Do original em inglês: “The assurance measures include continuous air, land, and maritime presence and meaningful military activity in the eastern part of the Alliance, both on a rotational basis” (NATO, 2014, tradução nossa).

no domínio da reforma do setor da segurança civil, incluindo a polícia e o Estado de direito. [...] Esses esforços são projetados para melhorar a capacidade da Ucrânia de fornecer sua própria segurança (NATO, 2014a).<sup>88</sup>

Imperioso salientar que a caracterização da Ucrânia como uma vítima inocente da “agressão russa” cujo futuro foi repentinamente subtraído por uma potência externa, anula a participação ocidental no conflito. Embora a busca por “culpados” pela crise ucraniana não seja o foco desta análise, o trecho acima explicita o conteúdo ético da identidade ocidental que mesmo não sendo a fonte “causadora” do conflito se torna duplamente responsável pela Ucrânia, conferindo-lhe um senso de missão. A aliança se coloca como fonte de ajuda humanitária ao “povo ucraniano” reprimido pela Rússia e se utiliza desta crise como plataforma para a difusão de seus valores no sentido de expor que somente uma Ucrânia “firmemente empenhada na democracia irá garantir a segurança euro-atlântica” (NATO, 2014b). Desse modo, a partir da projeção de sua identidade a organização entrelaça a sua segurança enquanto intimamente ligada à segurança ucraniana.

Nessa lógica, a autoria do conflito e as instabilidades derivadas deste processo são, portanto, imputadas à Moscou, conforme o trecho: “a atividade militar unilateral da Rússia na Ucrânia e em seus arredores minou a paz, a segurança e a estabilidade em toda a região” (NATO, 2014a). Assim, a construção da narrativa sobre a instabilidade na Europa a partir da crise na Ucrânia é formatada como um produto da “agressão russa,” um efeito sintomático do “imperialismo russo” na região euro-atlântica cujas origens não encontram respaldo discursivo sobre o papel da OTAN na desestabilização da Ucrânia e na deposição do Presidente Yanukovich. Destarte, não se admite uma falha inerente à identidade ocidental derivada da imposição de seus valores, mas estende-se a culpa à uma força exógena que agiu “unilateralmente” e, portanto, oposta ao ocidente, neste caso, russa. Nas palavras de Rasmussen:

Lamentavelmente, a Rússia rejeitou nossos esforços para se engajar (com a OTAN). Em vez disso, a Rússia considera a OTAN e o Ocidente mais amplamente como um adversário. A Rússia pisoteou em todas as regras e compromissos que mantiveram a paz na Europa desde o fim da Guerra Fria. O padrão é claro. Da Moldávia a

---

<sup>88</sup> Do original em inglês: “We commend the people of Ukraine for their commitment to freedom and democracy and their determination to decide their own future and foreign policy course free from outside interference. We encourage Ukraine to further promote an inclusive political process, based on democratic values and respect for human rights, minorities, and the rule of law. We also welcome the decision by the EU to launch a Common Security and Defence Policy mission to assist Ukraine in the field of civilian security sector reform, including police and the rule of law. [...] These efforts are designed to enhance Ukraine's ability to provide for its own security” (NATO, 2014, tradução nossa).

Geórgia, e agora na Ucrânia, a Rússia usou pressão econômica e ações militares para produzir instabilidade. Para fabricar conflitos (RASMUSSEN, 2014c).<sup>89</sup>

As narrativas acima estão situadas dentro de uma construção da ontologia da identidade russa derivada da evolução de um processo de diferenciação da temporalidade de Moscou ao longo das cúpulas. Inicialmente, nos anos 1990, atribuía-se à Rússia um discurso que a colocava “progredindo em direção ao “eu”, portanto, com capacidade de mudança. Ao longo dos anos 2000, a OTAN inicia um processo discursivo de separação e diferenciação mais agudo da temporalidade russa como um país cujas ações a afastam do ocidente. A partir da situação ilustrada na Ucrânia, a OTAN expõe por meio de exemplos históricos as falhas em “civilizar” a Rússia e se utiliza do grau evolutivo da distinção espaço-temporal entre o ocidente e a Rússia para classificá-la como incapaz de transformação. Esta aparente incapacidade é crucial para impor a diferença entre a OTAN e Moscou, colocando-as em campos opostos, em particular quando o discurso procura explicar a continuidade dos conflitos na Europa Oriental (Moldávia, Geórgia e Ucrânia) como fruto de um descolamento progressivo da identidade russa em relação a da OTAN. Tal discurso acaba (re)produzindo a lógica espaço-temporal da OTAN enquanto o lado racional, benevolente e moderado e a Rússia como a oposição irracional, violenta e imprudente.

Esta construção é igualmente transposta na declaração final da cúpula de Newport, de modo a expor o “esforço” da OTAN em “construir uma parceria” com Moscou que, por sua vez, por sua incapacidade de mudança, segue o caminho de violação as regras vigentes:

Durante mais de duas décadas, a OTAN esforçou-se por construir uma parceria com a Rússia, inclusive através do mecanismo do Conselho OTAN-Rússia, baseado no Ato Fundador OTAN-Rússia [...]. A Rússia violou os seus compromissos, bem como violou o direito internacional, quebrando assim a confiança no centro da nossa cooperação. As decisões que tomamos na Cúpula demonstram nosso respeito pela arquitetura de segurança europeia baseada em regras (NATO, 2014a).<sup>90</sup>

Diante deste quadro que fixa a temporalidade russa a partir do esgotamento da capacidade de mudança da Rússia, e da exaustão dos mecanismos institucionais da aliança,

<sup>89</sup> Do original em inglês: “Regrettably, Russia has rejected our efforts to engage. Instead, Russia considers NATO, and the West more broadly, as an adversary. Russia has trampled all the rules and commitments that have kept peace in Europe and beyond since the end of the Cold War. The pattern is clear. From Moldavia to Georgia, and now in Ukraine, Russia has used economic pressure and military actions to produce instability. To manufacture conflicts” (Rasmussen, 2014c, tradução nossa).

<sup>90</sup> Do original em inglês: “For more than two decades, NATO has strived to build a partnership with Russia, including through the mechanism of the NATO-Russia Council, based upon the NATO-Russia Founding Act [...]. Russia has breached its commitments, as well as violated international law, thus breaking the trust at the core of our cooperation. The decisions we have taken at the Summit demonstrate our respect for the rules-based European security architecture” (NATO, 2014, tradução nossa).

além da imposição militar, ratifica-se uma série de sanções ao Kremlin e a suspensão “de toda a cooperação civil e militar entre a OTAN e a Rússia,” relegando, assim, Moscou ao isolamento (NATO, 2014a). Conforme o trecho abaixo:

[...] apoiamos as sanções impostas pela União Europeia (UE), o G7 e outros, que são uma parte essencial do esforço internacional geral para abordar o comportamento desestabilizador da Rússia [...] Entre elas estão medidas tomadas pelos Aliados, incluindo Canadá, Noruega e Estados Unidos, bem como as decisões da UE de limitar o acesso a mercados de capitais para instituições financeiras estatais russas, restringir o comércio de armas, estabelecer restrições à exportação de bens de dupla utilização para fins militares, restringir o acesso russo a tecnologias sensíveis do setor de defesa e energia, e outras medidas (NATO, 2014a).<sup>91</sup>

Conforme exposto, a adoção do discurso de “agressão russa” configura a Rússia como radicalmente diferente e ameaçadora à OTAN e incapaz da mudança. Com efeito, fundados na presunção de Moscou como uma fonte desestabilizadora que traz o caos e o conflito para o Ocidente, os países “civilizados” aliados tem a responsabilidade de isolar e dissuadir a Rússia, ao invés de apoiá-la. As construções destes significados atuam, portanto, como um princípio moral do discurso que legitima e convoca a “comunidade internacional” a punir a Rússia por meio de sanções econômicas e militares.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo se inicia apresentando o dilema de Gogol em suas cartas à Alexandra Smirnova. O autor de origem ucraniana, mas conhecido mundialmente e na Rússia como um grande escritor russo (*velikiy russkiy pisatel*), não sabia dizer exatamente se sua alma era russa ou ucraniana. Segundo ele, os dois povos são complementares e se unem entre si, e o autor parece aceitar a supranacionalidade de sua identidade sem se importar.

Embora Gogol tenha vivenciado essa ambiguidade no século XIX, a mesma dúvida ainda é recorrente em milhões de ucranianos, ainda que por razões distintas. O processo de construção nacional impôs à Ucrânia dois modelos de matizes identitárias distintas, uma voltada para o Ocidente e outra voltada para a Rússia. A Ucrânia, ao fito de superar o seu passado comum com a Rússia e equalizar a grande minoria russa em seu território, passou por

<sup>91</sup> Do original em inglês: [...] we support the sanctions imposed by the European Union (EU), the G7, and others, which are an essential part of the overall international effort to address the destabilizing behaviour of Russia [...] Amongst these are measures taken by Allies including Canada, Norway and the United States, as well as the EU decisions to limit access to capital markets for Russian state-owned financial institutions, restrict trade in arms, establish restrictions for export of dual use goods for military end uses, curtail Russian access to sensitive defence and energy sector technologies, and other measures” (NATO, 2014, tradução nossa).

um processo de negação do que os valores russos representavam, a fim de forjar sua questão nacional a partir de uma identidade ocidental. Tal curso se torna explícito no decorrer da crise ucraniana, o que evidencia ainda mais as clivagens internas de seu território.

Os russos, por não aceitarem esta projeção de valores para seus nacionais e territórios históricos, incorporam oficialmente a Crimeia em seu território a partir de março de 2014. Estas ações são apropriadas discursivamente pela OTAN para materializar uma política de construção do “outro” russo que estava em curso desde o final da Guerra Fria. Com a espacialização da ameaça circunscrita na fronteira leste, a OTAN pôde reforçar as linhas espaço-morais entre os países democráticos da aliança e a Rússia autoritária e assim revigorar a sua defesa e segurança coletiva.

## 6 À GUIZA DE CONCLUSÃO: AS FACES DA DIFERENÇA - O “OUTRO” RUSSO NA OTAN

Esta dissertação teve como objetivo principal analisar o processo de transformação da identidade russa nos discursos da OTAN no pós-Guerra Fria. Nesta conjuntura se observou a progressiva exclusão da Rússia dos mecanismos securitários euro-atlânticos, ao passo que a OTAN e seus valores foram se expandindo e sendo impostos para a Europa. Como argumento central, trabalhou-se com a hipótese de que este processo só fora possível a partir de uma articulação discursiva que colocava os valores e ideias da OTAN em uma categoria identitária superior aos da Rússia, de modo a constituir e reificar a diferenças entre os dois atores. Tal curso forjou uma linha divisória no continente europeu cuja espacialização delimitava o “interior” da aliança enquanto seguro, democrático e defensivo e “exterior” instável, desafiador e hostil. Nesse contexto, à medida que a expansão da aliança se aprimorava, as diferenças temporais, espaciais e morais entre os valores atribuídos à identidade ocidental e os valores que a Rússia representara iam evoluindo e se graduando a novos patamares.

Este processo constitutivo do “outro” russo não pode ser entendido a partir da utilização de uma ontologia racional-materialista no âmbito das teorias das relações internacionais. Isto por quê estas perspectivas tendem a universalizar padrões na dinâmica internacional a partir de um nexos causal baseado na relação custo-benefício imbuído na expansão de uma aliança militar como a OTAN. Por estas razões grande parte das teorias *mainstream* no campo de RI previram o desaparecimento da OTAN no pós-Guerra Fria, caso o contrário ocorresse, prognosticava-se a aceleração do resgate das políticas de contrabalanceamento frente a unipolaridade norte-americana. Com base neste raciocínio, os neorrealistas apontavam que haveria limitados benefícios e incentivos estruturais para persistir com o avanço da OTAN, logo, tal política estaria fadada ao fracasso (WALTZ, 1994; 2000; LAYNE, 1993).

Conforme exposto, encontra-se poucas evidências empíricas destas avaliações no período aqui analisado, principalmente durante os anos em que ocorreu o avanço mais proeminente da OTAN. Neste caso, tal processo se sucedeu a partir da simultânea e sucessiva desmilitarização da Rússia e *a posteriori* não se verificou um reagrupamento externo ou a formalização de uma aliança militar oposta à OTAN, no intuito de contrabalançar militarmente a presença norte-americana na Europa. Além disso, não se observou qualquer lampejo de enfraquecimento da aliança ocidental e tampouco a retração do expansionismo da OTAN no período analisado. Os argumentos da teoria neorrealista são insuficientes para

explicar a realidade e a coesão interna da aliança aqui explicitada, em virtude de sua limitação ontológica que restringe a concepção da política internacional à existência de uma dialética securitária cujos alicerces não podem ser comportados ou realocados para um mundo sem ameaças militares correspondentes.

Desse modo, procurou-se encontrar alternativas teóricas que não orbitem dentro das lógicas racionalistas para responder à pergunta central deste trabalho. Assim, o escopo desta pesquisa entende a manutenção da OTAN enquanto um processo performático amparado por critérios ideacionais e discursivos que articulam a natureza das identidades e os interesses dos atores envolvidos e sustentam a sua expansão. Para tanto, este trabalho adotou uma ontologia teórica pós-estruturalista que procurou questionar e expor o caráter excludente intrinsecamente conectado com a reprodução das diferenças entre uma determinada identidade e a outra.

A partir dessa lógica, Walker (1993) argumenta que o “nacional” é regido por uma dialética de oposição ao “internacional” estabelecendo uma relação de codependência entre as duas dimensões. Neste caso, o ambiente interno se constitui como uma esfera que se habita valores universalizantes de progresso, democracia e estabilidade, em contraste ao exterior regido pelo dissenso, confronto e o perigo. Nesse sentido, tal construção é imbuída de conteúdo político, que formula e orienta a identidade nacional do interior enquanto antagonista ao exterior. De modo similar, Campbell (1992) sustenta que a existência de perigos externos é fundamental para a constituição e a performance política do “eu” nacional e a própria existência do Estado enquanto agente político que detém o monopólio do discurso de “segurança nacional.” Tal papel tributa aos Estados o domínio na construção de uma determinada identidade nacional que se constitui a partir da articulação de um “outro” diferente e ameaçador. Esta condição é requisito para a preservação do status ontológico do Estado enquanto entidade disciplinadora e responsável por contingenciar as ambiguidades internas que, por sua vez, impedem a sua fragmentação.

Nesta linha, Hansen (2006) procurou questionar como se desenvolve a constituição da diferença do “outro” enquanto ameaçador ao “eu.” Segundo a autora este é um processo regido pela mobilização de elementos de vinculação e diferenciação que se constituem simultaneamente a partir de categorias identitárias “superiores” que evocam dimensões espaciais, temporais e éticas nos discursos de política externa. As narrativas baseadas nestas categorias permitem o acesso ao substrato político presentes na formulação de determinadas identidades e viabilizam a observação do modo em que o processo de construção da diferença é constituído.

Assim, por querer reavaliar a posição russa na OTAN e evidenciar como a política e as identidades são mutuamente constitutivas, este trabalho se utilizou de uma análise dos discursos expostos nas principais cúpulas da organização no pós-Guerra Fria tendo como principal fonte de observação a estreita relação entre os elementos espaciais, temporais e éticos com a formulação da alteridade. Neste caso, demonstrou-se como a adoção do discurso do expansionismo da OTAN baseado na promoção da paz, da democracia e dos “valores ocidentais” acabou por produzir duas categorias identitárias hierárquicas distintas: a identidade interna enquanto superior e aceita, cujo pilar se baseia na “democracia” e na “estabilidade” juxtaposta à uma identidade externa enquanto inferior “não democrática” e “instável.” Um breve resumo do processo de construção da diferença entre a OTAN e a Rússia pode ser expresso pelo quadro abaixo:

Quadro 1 – A evolução da identidade do “outro” russo na OTAN

<b>Período</b>	<b>Discurso Oficial</b>	<b>Níveis da construção do “outro” russo</b>	<b>Posição da Rússia na OTAN</b>	<b>Responsabilidade Ocidental</b>
Anos 1990 à 2004	Expansão da OTAN natural e benevolente. Acomodação russa	Baixo – Rússia “em desenvolvimento”, em “aprendizado”, passível de transformação	Parceira/Limbo institucional - Identidade positiva	Missão civilizacional
De 2004 à 2012	Preservação dos valores ocidentais para a Europa	Médio – Ações russas incompatíveis com a visão ocidental - passível de transformação	Limbo institucional/ Transição Identidade positiva e negativa	Missão civilizacional
2012 -2014 – Crise da Ucrânia	Proteção contra a agressão russa	Alto – Rússia radicalmente ameaçadora. Incapaz de mudança	Exclusão e Ameaça - Identidade Negativa	Isolamento da Rússia

Fonte: elaboração própria com base em Hansen (2006)

Os três recortes temporais acima refletem, em síntese, a estruturação dos capítulos empíricos percorridos nesta dissertação. Percebe-se nessa análise que as narrativas da OTAN nesses períodos se estruturaram em torno de diversos temas e discursos atrelados entre si, a partir de dimensões temporais, espaciais e éticas, cujo interlace é fundamental para (re)construção da identidade OTAN. Conforme explicitado, o primeiro período se baseou na constituição de um discurso civilizacional em torno da expansão da aliança militar, que posicionava o ocidente em uma categoria superior de moralidade, espacialidade e temporalidade cujo objetivo buscava incorporar nesta civilização seus antigos “rivais” do Pacto de Varsóvia e “ocidentalizá-los.”

Neste período, a OTAN se apropria de seus valores por meio de um discurso que posicionava o seu espaço geográfico interno enquanto um lugar interligado com uma ideia temporal de progresso econômico e desenvolvimento político. Tal construção espaço-temporal conferia simultaneamente um senso de responsabilidade em agir, no intuito de espalhar este projeto civilizatório para criar uma “Europa inteira, livre e em paz.” Desse modo, o discurso do “alargamento” da OTAN para o leste se torna sinônimo de algo muito maior do que a apenas ampliação de uma aliança militar, este se refere à expansão de um ideal moral baseado na “democracia” e na “paz” que levará segurança e prosperidade para o continente europeu. Esta construção traz consigo um conjunto de significados e categorias hierárquicas entre aqueles “aptos” a fazer parte desta “civilização” e aqueles que não atingiram tal desenvolvimento.

Neste contexto, a construção da diferença russa era baixa, pois neste período não se contemplava o posicionamento de Moscou enquanto oposta ao “eu,” visto que Guerra-Fria havia acabado e a Rússia buscava sua integração na comunidade política ocidental empreendendo reformas econômicas e políticas “ocidentalizantes.” Apesar disso, a relativa redução da diferença entre o ocidente e a Rússia neste período não significou a sua integração na OTAN, pelo contrário, as diferenças temporais entre os dois atores foram resgatadas pela aliança como forma de separar as duas identidades. Paradoxalmente, os demais países da Europa Oriental foram respaldados pelo constante reconhecimento de seus progressos “civilizacionais” por meio de um discurso que equalizava as suas identidades com a da OTAN. Tal prática revela um padrão duplo de identificação seletiva e excludente que apenas reconhecia os avanços temporais e a homogeneização de valores em alguns países em detrimento de outros.

Neste caso, o caráter contraditório concedido pela aliança à identidade russa em particular, por um lado lhe conferia um “tratamento especial” na OTAN com um discurso que a colocava em uma lógica temporal de evolução em direção ao “eu” e por outro a posicionava em um limbo institucional na organização enquanto um agente externo dentro de um interior. Por ser exógena à comunidade de valores ocidentais e, principalmente pela ideia em torno da OTAN estar ligada a um discurso universalizante de moralidade, não cabia à Rússia contestar o processo de expansão da OTAN, tampouco o veto a qualquer decisão política da organização. Neste caso, tal posição descolava ontologicamente Moscou da comunidade política atrelada à identidade da organização que, por sua vez, segmentava a segurança europeia em duas categorias dessemelhantes e hierárquicas.

A lógica de aproximação com a Rússia apaziguava uma possível reação de Moscou frente ao expansionismo da OTAN e ao mesmo tempo conferia à aliança um modelo ideacional a ser perseguido pelo Kremlin, em busca de pertencimento. Entretanto, este processo de interação positiva entre os dois atores foi sendo diluído pelo caráter unilateral das decisões da OTAN quanto ao seu expansionismo e aos conflitos na antiga Iugoslávia, não levando em consideração a oposição russa. O discurso em torno da responsabilidade ocidental de levar a paz e evitar que a instabilidade se espalhe para a Europa, conferia um senso de missão à OTAN e era utilizado pela organização como fonte legitimadora para sua expansão e suas ações em conflitos regionais. Com efeito, aos olhos dos russos, a OTAN passa a ser interpretada como uma aliança que impõe pela força os seus valores, enfraquecendo a lógica de acomodação russa na aliança.

Com advento do terrorismo global, em 2001, o Conselho OTAN-Rússia é reelaborado a partir de uma concepção discursiva da ameaça terrorista enquanto comum aos dois atores. Contudo, este novo clima de colaboração entre Moscou e o ocidente, não reverbera em um formato mais inclusivo e aberto nas relações bilaterais, ao contrário, percebe-se a estagnação temporal da identidade russa na OTAN pela preservação do caráter exógeno e inferior de Moscou na aliança com seu *status* de limbo, sem poder de decisão. Nesta lógica, as preposições russas e o seu esforço em cooperar com a aliança foram aos poucos sendo frustradas pelo tratamento desigual e injusto recebido pelo ocidente.

A articulação discursiva precedente de superioridade ética, espacial e temporal da identidade ocidental não só possibilitou a expansão da organização até as fronteiras russas como também permitiu, com êxito, reinventar e reimaginar o papel político da OTAN enquanto um ator global. Neste contexto, a atuação política da aliança e o combate as ameaças a esta identidade se torna mundial, tal construção demarcou ainda mais a sua construção espacial interna baseada na democracia e no progresso contra supostas ameaças externas que deturpem a ordem deste espaço. Esta constituição espaço-moral igualmente projetou a OTAN e o seu expansionismo como o provedor da estabilidade mundial, de modo a inferir que ir contra suas políticas de “alargamento” é ir contra a promoção da paz e da prosperidade na Europa.

Dessarte, no período posterior a incorporação de dez países do Leste Europeu, a aliança manteve seu movimento unilateral de expansão, principalmente para a Ucrânia e Geórgia. Os russos, por perceberem a posição subalterna e inferior que fora imposta a eles dentro da organização passam cada vez mais, a contestar e obstruir o expansionismo destes valores para países cujos os vínculos com Moscou são históricos. Com efeito, a OTAN

articula de modo mais perceptível a identidade espaço-temporal da Rússia enquanto progressivamente afastada do ocidente, posicionando-a nas zonas limítrofes entre o interno e o externo. Esta fase, aqui caracterizada como um período de transição situava a Rússia a partir de uma identidade híbrida e ambígua, nas fronteiras entre a diferença e a semelhança, que ora a colocavam como uma parceira condicional e ora como um país que viola as regras internacionais.

Neste contexto, percebe-se duas caracterizações distintas da Rússia. A primeira é elucidada a partir do cenário da Crise do Gás em 2006 e da Guerra na Geórgia em 2008 momento em que a Rússia é retratada negativamente como um país que descumpra seus compromissos internacionais, desrespeita a integridade territorial e a soberania de seus vizinhos. Desta forma, a participação russa na Ucrânia em 2006 e na Geórgia em 2008 é mobilizada pela OTAN como forma de respaldar sua autoconstituição como um espaço moral que habita a benevolência e a paz, utilizando-se como anteparo as instabilidades geradas na Europa pelas ações russas. Nestes episódios, a constituição do “outro” russo se desenvolve a partir de um discurso de superioridade espaço-temporal que resgatava na ideia da expansão da aliança euro-atlântica uma forma de garantir a segurança e a estabilidade na Europa, de modo a inferir que as intervenções do Kremlin para obstar este processo são, em verdade, contrárias a paz e o progresso. Esta concepção igualmente apoia e legitima a ideia ética sobre a responsabilidade da OTAN de proteger sua comunidade política face às intempéries e provocações externas.

A segunda percepção da OTAN em relação à Rússia lhe conferia uma identidade parcialmente positiva, como uma parceira condicional no que tange a instalação de uma infraestrutura militar antimísseis na Europa Oriental. Apesar da retórica otimista, a relação estabelecida neste processo de colaboração hierarquizava a identidade ocidental a partir da concepção de seu projeto enquanto unicamente válido para a segurança europeia. Neste caso, os elementos de superioridade moral, espacial e temporal da OTAN previamente construídos são resgatados para impor à Moscou a visão ocidental no trato de questões securitárias na Europa. Este é um reflexo da contínua construção discursiva da diferença e desconfiança da OTAN quanto à Moscou, cuja percepção temporal da aliança identificava na política securitária da Rússia um modelo de comportamento arcaico, passional e incapaz de garantir a própria segurança de seus nacionais.

Embora neste período não se perceba a radicalização do “outro” russo, torna-se claro um distanciamento temporal, espacial e moral da Rússia em relação aos valores constituintes do “eu” ocidental. Com efeito, nesse estágio se verifica a repetição do discurso ocidental de

incompatibilidade entre os valores da OTAN, opondo-se à representação da identidade russa, tal dinâmica reverbera na ausência de êxito na cooperação antimísseis.

Neste caso, quando a proposta de colaboração no tema é rejeitada pelos russos, a OTAN busca retratar a Rússia enquanto um país que está aumentando seus gastos em defesa com vistas a desafiar a influência ocidental nos países europeus. À vista disso, a aliança sinaliza o caráter potencialmente ameaçador de Moscou para incentivar o incremento dos gastos militares da organização com o intuito de futuramente lidar com uma Rússia mais forte e hostil.

A percepção da alteridade neste aspecto se desenvolve a partir de uma construção contraditória que envolve conteúdos éticos presentes no discurso da OTAN. Ao longo das cúpulas anteriores a aliança se utilizou de um discurso moral de responsabilidade em fornecer “segurança as suas populações e seu território,” para legitimar o incremento de suas capacidades militares e justificar seu expansionismo e atuação global. Por outro lado, quando a Rússia eleva seus gastos em defesa, sua expressão é representada em termos negativos de modo a sinalizá-la como potência revisionista.

Desse modo, a natureza das construções discursivas nas cúpulas da OTAN, cujo pilar se concentrava na superioridade ética, temporal e espacial dos valores aliança, acabam por formatar enquanto inferiores aqueles que não eram contemplados neste projeto. Neste caso, observa-se que a posição ambígua da Rússia sem poder de decisão e às margens da OTAN como um *outsider* em um *inside*, descolava Moscou da identidade ocidental e ao mesmo tempo fixava a temporalidade russa por uma dinâmica paradoxal que ora a aproximava do “eu” e ora a afastava, em uma busca constante de “algo a ser,” mas jamais finalizada.

Neste contexto de tensões que posicionavam a Rússia nas linhas limítrofes entre a inclusão e a exclusão, os desdobramentos da Crise na Ucrânia surgem de modo a concretizar esta política pré-existente de elaboração da alteridade entre Moscou e o ocidente. A eclosão deste conflito é apropriada discursivamente pela OTAN no sentido de construir a Rússia enquanto um ator radicalmente diferente e ameaçador à identidade do “eu.” A narrativa de “agressão russa” promoveu a espacialização da ameaça circunscrita na fronteira leste da organização como meio para articular e justificar um conjunto de medidas de incremento militar, com vistas a reforçar o papel primário de segurança coletiva da aliança. Ao fazê-lo, a OTAN fortalece a sua superioridade temporal e ética em relação aos contrastes antagônicos e inferiores do “outro” russo, possibilitando assim a elaboração mais densa da constituição de sua identidade em oposição à diferença russa. Esta construção revigora as linhas divisórias

entre os partícipes da aliança enquanto pacíficos, benevolentes e democráticas e a Rússia como violenta, ofensiva e autoritária.

A narrativa espaço-temporal da OTAN de expansão dos valores da organização para Ucrânia se torna objeto de profunda contestação russa, justamente pelo fato da Rússia ter se constituído para o ocidente enquanto um ente lateral e subalterno, não digno de vinculação com o ideário democrático da aliança. Neste quadro, os russos por considerar a Ucrânia um país intrinsecamente vinculado à Rússia por uma herança histórica e cultural comum concebem grande parte dos ucranianos como seus nacionais. Assim, Moscou se impõe na Ucrânia no intuito de obstruir que a projeção de uma aliança construída a partir de valores exógenos e em oposição à identidade russa atinja seus “compatriotas no exterior.” A questão ucraniana revela uma clara disputa de identidades opostas entre si, cujos reflexos políticos reverberam como fonte de aperfeiçoamento da separação ontológica entre o ocidente e a Rússia.

Assim, verifica-se que a dimensão temporal é aplicada pela aliança ao fito de construir a Rússia como inferior e incapaz da mudança, portanto culpada pela instabilidade na Europa. A OTAN, neste caso, resgata as tentativas de cooperação com Moscou no âmbito do PJC e do NRC, com o intuito de ilustrar os esforços ocidentais em atrair a Rússia à esfera ocidental, imputando à Rússia exclusividade na ausência de êxito nestes mecanismos institucionais. Ademais, a OTAN revisita um conjunto de conflitos no passado para denunciar a responsabilidade russa enquanto fonte desestabilizadora no continente europeu de modo a inferir a imutabilidade de sua natureza agressiva e beligerante. Desse modo, autoriza-se um conjunto de sanções econômicas e políticas à Moscou, a fim de enfatizar que o “avanço russo” na Europa não deve permitido, mas sim refreado.

É visível a partir dos períodos ilustrados acima que os elementos do discurso carregam consigo componentes éticos, temporais e espaciais que se complementam entre si e revelam a profundidade de sua complexa inter-relação. Pode-se dizer, como exemplo, que o discurso que sustentou o processo de expansão da OTAN para a Europa Oriental estabelecia a coexistência destes três elementos de modo complementar e codependente. Tendo como exemplo o discurso da expansão aliança como parte de um projeto que traria “democracia e estabilidade para Europa,” percebe-se neste caso a ideia da democracia enquanto um senso de progresso e desenvolvimento, portanto atrelada à questão temporal. Por outro lado, observa-se a estabilidade enquanto derivada ou conexas à democracia, neste caso se articula uma construção ética, baseada na força moral de valor universal como a paz, imputa-se então responsabilidade em difundi-la. Por fim, é necessário expor o lugar onde se habita estes

valores e para aonde estes serão expandidos, incute-se assim a noção espacial de construção e controle de um espaço geográfico cujos valores políticos são universais e aceitos.

No entanto, a projeção destes valores não se torna possível sem a identificação de quais valores ou identidades são distintos ou ameaçam este ideário político. Assim, se torna necessário a constante repetição de que este projeto é “melhor” em oposição a outro “pior.” No caso em tela, analisou-se este processo na OTAN enquanto um espaço político imbuído de superioridade moral e evolução temporal em oposição a uma construção inferior (des)caracterizada pela Rússia.

Neste caso, a construção do “outro” desempenha um papel ativo na elaboração da identidade do sujeito OTAN. Conforme explicitado, a formulação do “outro” russo atendeu à aliança no propósito de estabelecer uma série de oposições e diferenciações do modo em que o ocidente circunscreveu os limites e as fronteiras discursivas de seu espaço e projetou sua definição identitária enquanto unicamente aceita na Europa.

Ao remate, aponta-se que os conflitos gerados na Europa Oriental no pós-Guerra Fria são derivados da política de expansão da OTAN e de seus valores para todo continente. É, em verdade, inerente que tal política produza tais efeitos, pois esta se retroalimenta das exclusões e linhas divisórias que causa. Portanto, a própria exclusão russa deste processo, e, por conseguinte a utilização de Moscou enquanto ameaça ao “eu” foi um requisito essencial para a obtenção do vigor e desempenho político da organização.

## 6.1 COMENTÁRIOS FINAIS E ESTUDOS FUTUROS

O processo de análise, aqui apresentado, ilustrou o progressivo distanciamento na interação entre as identidades do “eu” e do “outro,” de modo que na crise da Ucrânia se revela um cenário dialético de impossibilidade conciliatória entre eles. Portanto, percebe-se de forma mais explícita a Rússia enquanto o lado oposto do espectro identitário da OTAN, cristalizado por sua incapacidade de mudança.

Dessa forma, este estudo corrobora com a lógica teórica apresentada por Lene Hansen (2006) no sentido de que este “outro” não necessita impreterivelmente ser radicalmente ameaçador ao “eu”, mas sim baseado num conjunto de alteridades e diferenças que formulam e elevam as oposições e identidades dos sujeitos analisados em seu processo de interação. As mudanças no discurso da OTAN em relação à Rússia no pós-Guerra Fria, testemunham a fluidez das identidades em questão, bem como os recuos e avanços na sua jornada em busca de (re)definição da sua identidade.

É imperioso destacar que dada a concepção pós-estruturalista sobre a instabilidades das identidades e a impossibilidade de fixá-las, infere-se que o processo de construção da identidade do “eu” OTAN em oposição ao “outro” russo não é um objeto finalizado em si. A análise apresentada nesta dissertação permite deduzir que a atual política de expansão da OTAN tende a continuar e, conseqüentemente, provocar reações hostis de Moscou, reproduzindo os padrões antagônicos entre a aliança e a Rússia, pois esta é a condição *sine qua non* que retroalimente a manutenção da aliança enquanto um espaço político ocidental.

Neste caso, a situação atual no contexto das relações entre Rússia e OTAN indica a aparente sedimentação do discurso de oposição à Moscou. Observa-se uma linha condutora de transbordamento à repetição destes termos na esfera doméstica dos países membros da aliança ocidental. Neste aspecto, como estudos prospectivos, infere-se a análise deste processo de “ressurgimento” da importância da Rússia como o “outro” na constituição da política externa da OTAN e dos países ocidentais.

O contexto emergido pós crise da Ucrânia permite expor a reedificação de um sentimento ocidental negativo frente à Moscou. A centralidade das narrativas envolvendo a interferência russa nas eleições presidenciais norte-americanas em 2016, a participação russa no BREXIT e nas eleições europeias, representam o peso político que a oposição à Rússia detém no ocidente. A construção de uma narrativa progressiva, cujo pilar se baseia na atuação russa de “destruição da democracia e dos valores ocidentais” por meio de uma invasão híbrida à zona euro-atlântica, é capaz de marcar a atuação e projeção da OTAN para o mundo. Este fenômeno tende a fortalecer e reformatar o espaço político ocidental solidificando uma série de medidas contra a Rússia no futuro.

Outro fator importante a ser analisado, refere-se à associação destes elementos com uma narrativa de “nova Guerra Fria,” que se baseia nesta aparente interferência russa nas democracias ocidentais como um resultado do perigoso aumento das capacidades militares da Rússia e de sua influência no mundo. De modo a emular uma construção semelhante à da URSS enquanto um sistema político e social oposto e ameaçador ao ocidente.

Desde a queda do muro de Berlim 30 anos atrás, se percebe novamente a recapitulação de produções cinematográficas com temáticas relacionadas à Guerra Fria, a expor que a (des)construção dos russos enquanto inimigos jamais fora totalmente concluída ou superada. A datar dos eventos na Ucrânia, uma ampla gama de filmes e seriados foram produzidos no ocidente rememorando o confronto russos *versus* norte-americanos. Como exemplo é possível citar as produções: *The Americans* (2013-2018), *Ponte de Espiões* (2015), *Winter on Fire: Ukraine's Fight for Freedom* (2015), *Atômica* (2017), *Icarus* (2017) *Operação Red Sparrow*

(2018), *Fúria em Alto Mar* (2018) e *Cold War* (2018) entre outros. Todas as produções acima possuem em seus enredos a luta do bem contra o mal, onde a fonte deste mal é em todos os casos, a Rússia. O resgate de construções de personagens semelhantes àqueles dos tempos da Guerra Fria é bastante aparente nos filmes e séries acima ilustrados, de tal sorte a (des)caracterizar os russos pela frieza, pelo distanciamento, pelo desprezo e por uma suposta beligerância inata a este povo.

Estas construções e imagens repercutem sistematicamente na constituição de sujeitos e, por consequência, na maneira em que as populações ocidentais percebem e entendem a Rússia. A constituição do entendimento no imagético coletivo sobre os russos se torna assim desumanizada e irracional, de modo que além de incutir medo nas populações ocidentais sobre a “ameaça russa,” permitem a estreita aceitação e adesão na opinião pública de uma série de medidas políticas e militares para se contrapor e conter à Rússia.

## REFERÊNCIAS

- ABDELAL, Rawi *et al.* Identity as a variable. **Perspectives on Politics**, New York, v. 4, n. 04, p.695-711, 2006. Disponível em: <http://www.people.hbs.edu/rabelal/identity%20as%20a%20variable.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- ADAM, Gabriel P. A Rússia e os países da Comunidade de Estados Independentes no início do século XXI. *In*: ALVES, A.G.P. (org.). **Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia**. Brasília: IPEA, 2011. p. 39-81
- ALGOSAIBI, Ghazi. The Theory of International Relations: Hans J. Morgenthau and his critics. **Background**, New York: v. 8, n. 4, p.221-256, Feb. 1965.
- ARBATOV, Alexey G. Russia's foreign policy alternatives. **International Security**, Cambridge, v.18, n. 2, p.5-43, 1993.
- ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. **International Organization**, Cambridge, v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984. Disponível em: [http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183\(198421\)38:22.0.CO;2-Q](http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183(198421)38:22.0.CO;2-Q). Acesso em: 11 set. 2018.
- ASHLEY, Richard K. Living on border lines: man, poststructuralism, and war. *In*: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. (org.). **International/ intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Toronto: Lexington Books, 1989. p. 259-322
- BAKER, Peter. **Russia in NATO?: for now, just talk**. Washington, 2001. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2001/08/12/russia-in-nato-for-now-just-talk/7ea8da94-e642-4db1-9033-fae20af99389/?utm\\_term=.f922407a9b91](https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2001/08/12/russia-in-nato-for-now-just-talk/7ea8da94-e642-4db1-9033-fae20af99389/?utm_term=.f922407a9b91). Acesso em: 05 nov. 2018.
- BEHNKE, Andreas. **NATO's Security Discourse after the Cold War: Representing the West**. London: Routledge. 2013.
- BETTS, Richard, K. The three faces of NATO. **The National Interest**, Washington, v. 100, p. 31-38. 2009.
- BRAUN, Daniel. **NATO enlargement and the politics of identity**. Ontario: Queen's University Press, 2007.
- BURCHILL, Scott *et al.* **Theories of international relations**. 3. ed. London: Palgrave Macmillan, 2005. Disponível em: [http://lib.jnu.ac.in/sites/default/files/RefrenceFile/Theories-of-IR\\_0.pdf](http://lib.jnu.ac.in/sites/default/files/RefrenceFile/Theories-of-IR_0.pdf). Acesso em: 05 out. 2018.
- BURKE, Edmund. Identity/difference. *In*: GRIFFITHS Martin (org.) **Encyclopedia of international relations and global politics**. London: Routledge, 2006. p. 394-396.
- BUSH, George W. **President Bush welcomes seven nations to the NATO alliance**. Washington, 2004. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/p/eur/rls/rm/30917.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

CAMERON, David. **David Cameron's Europe speech in full**. Newport, 2013. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/newsvideo/uk-politics-video/9820375/David-Camerons-Europe-speech-in-full.html>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CAMERON, David. **NATO Summit 2014**: PM summit press conference. Newport, 2014. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/nato-summit-2014-pm-end-of-summit-press-conference>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CAMPBELL, David. **Writing security**: US foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CAMPBELL, David. Poststructuralism. *In*: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International relations theory**: discipline and diversity. Oxford: Oxford University Press, 2013. Cap. 12, p. 223 – 246.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise**: 1919 – 1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte\\_Anos\\_de\\_Crise\\_-\\_1919-1939.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte_Anos_de_Crise_-_1919-1939.pdf). Acesso em 15 maio 2018.

CASCONE, Gabriele. NATO enlargement and the western Balkans. *In*: AYBET Gülnur; MOORE, Rebecca. (org.). **NATO in search of a vision**. Washington: Georgetown University Press, 2010. p. 99-129.

CHEPURIN, Aleksandr. Oriyentir: kongress sootchestvennikov. Itogi i perspektivy rossiyskoy politiki [Marco histórico: Congresso de compatriotas. Resultados e perspectivas das políticas da Rússia]. **Mezhdunarodnaya Zhizn** [Vida Internacional], Moskva, n. 6, 2009. Disponível em: <http://russkie.org/articles/orientir-kongress-sootchestvennikov/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CHOMSKY, Noam. **Noam Chomsky on US expansion of Afghan occupation, the uses of NATO, and what Obama should do in Israel-Palestine**: Noam Chomsky interviewed by Amy Goodman. [S.l.] 2009. Disponível em: <https://chomsky.info/20090403/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CLEARY, Connor. **Idealism or betrayal?**: what Clinton-Yeltsin rhetoric about NATO expansion tells us about today's U.S.-Russia crisis. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://globalinterests.org/2017/05/25/idealism-or-betrayal-what-clinton-yeltsin-rhetoric-about-nato-expansion-tells-us-about-todays-u-s-russia-crisis/>. Acesso em: 29 out. 2018.

DALBY, Simon. Geopolitical discourse: the Soviet Union as other. **Alternatives**: Global, local, political, New York, v. 13, n. 4, p.415-442, Oct. 1988.

DALBY, Simon. Imperialism, domination, culture: the continued relevance of critical geopolitics. **Geopolitics**, London, v. 13, n. 3, p.413-436, 18 Aug. 2008.

DANNREUTHER, R.. Escaping the enlargement trap in NATO-Russian relations. **Survival**, London, v. 41, n. 4, p.145-164, Jan. 1999.

DER DERIAN, James. Spy versus spy: the intertextual power of international intrigue. *In*:

DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael J. (org). **International/ intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Toronto: Lexington Books, 1989. p. 163-188.

DERRIDA, Jacques. **Of grammatology**. New York: The Johns Hopkins University Press, 1998. Disponível em: [https://monoskop.org/images/8/8e/Derrida\\_Jacques\\_Of\\_Grammatology\\_1998.pdf](https://monoskop.org/images/8/8e/Derrida_Jacques_Of_Grammatology_1998.pdf). Acesso em: 30 jun. 2018.

DONNELLY, Jack. **Realism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DONNELLY, Jack. Realism. In: BURCHILL, Scott *et al.* **Theories of international relations**. 3. ed. London: Palgrave Macmillan, 2005. Cap. 2. p. 29-54.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. counterinsurgency policy in the Philippines. **International Studies Quarterly**, Beverly Hills, v. 37, n. 3, p.297-320, 1993.

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial encounters: the politics of representation in North-South relations**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1996.

EURONEWS. **Putin's words over Crimea 'terribly reminiscent of Hitler'**. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://www.euronews.com/2014/03/20/putin-s-words-over-crimea-terribly-reminiscent-of-hitler>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FEARON, James D. Rationalist explanations for war. **International Organization**, Cambridge, n. 49 v. 3, p. 379-414. 1995.

FOUCAULT, Michael. **The archaeology of knowledge**. London: Routledge, 1972.

FOUCAULT, Michael. **Power/knowledge: selected interviews and other writings 1972-1977**. New York: Pantheon Books, 1980. Disponível em: [https://monoskop.org/images/5/5d/Foucault\\_Michel\\_Power\\_Knowledge\\_Selected\\_Interviews\\_and\\_Other\\_Writings\\_1972-1977.pdf](https://monoskop.org/images/5/5d/Foucault_Michel_Power_Knowledge_Selected_Interviews_and_Other_Writings_1972-1977.pdf). Acesso em: 15 jun. 2018.

FOUCAULT, Michael. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomveyne/arquivos/FOUCAULT.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

FRIEDMAN, Thomas L. **Soviet disarray: Yeltsin says Russia seeks to join NATO**. New York, 1991. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/12/21/world/soviet-disarray-yeltsin-says-russia-seeks-to-join-nato.html>. Acesso em: 04 jan. 2019.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: The Free Press, 1992. Disponível em: <https://www.democraziapura.altervista.org/wp-content/uploads/2015/01/1992-Fukuyama.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

GADDIS, John Lewis. History, grand strategy and NATO enlargement. **Survival**, London, v. 40, n. 1, p.145-151, Jan. 1998.

GEORGE, Justin; SANDLER, Todd. Demand for military spending in NATO, 1968–2015: a spatial panel approach. **European Journal Of Political Economy**, Amsterdam, v. 53, p.222-236, July 2018.

GHAI, U. R; GHAI K. K. **International politics: theory and practice**. Jalandhar: New Academic Publishing, 2003.

GOGOL Nikolai V. Carta para A. O. Smirnova [Pismo Smirnovoy A. O.]. **Gogol N. V. obras completas** [Gogol N. V. Polnoye sobraniye sochineniy]. v. 14. Frankfurt: Instituto Pushkin de Literatura Russa; Editora da Academia de Ciências da URSS, 1844. Disponível em: <http://feb-web.ru/feb/gogol/texts/ps0/psc/psc-4112.htm?cmd=p>. Acesso em: 18 fev. 2019.

GRIECO, Joseph. Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the newest liberal institutionalism. **International Organization**, Cambridge, n. 42, p. 485-507, 1988.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. London: Routledge, 2006.

HELENIAK, Timothy. Migration of the Russian diaspora after the breakup of the Soviet Union. **Journal of International Affairs**, London, v. 57, n. 2, p. 99-117, 2004.

HELLMANN, Günther; WOLF, Reinhart. Neorealism, neoliberal institutionalism, and the future of NATO. **Security Studies**, London, v. 3, n. 1, p. 3-43. 1993. Disponível em [http://www.fb03.uni-frankfurt.de/48138963/secst\\_1993\\_final\\_published.pdf](http://www.fb03.uni-frankfurt.de/48138963/secst_1993_final_published.pdf). Acesso em: 10 maio 2018.

HITCHENS, Peter. We're being dragged into a new Cold War by a puffed-up bullfrog (and I don't mean President Putin). **Daily Maily**, London, 2014. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/debate/article-2587118/PETER-HITCHENS-Were-dragged-new-Cold-War-puffed-bullfrog-I-don-t-mean-President-Putin.html>. Acesso em: 22 fev. 2019.

HJELMGAARD, Kim. NATO summit 'most important' since fall of Berlin Wall. **US TODAY**, [s.l.], 2014. Disponível em: <https://www.usatoday.com/story/news/world/2014/08/31/nato-summit-heads-of-state-newport-wales/14524803/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C. Unipolarity, state behavior, and systemic consequences. **World Politics**, Cambridge, v. 61, n. 01, p.1-27, 18 Dec. 2008.

IKENBERRY, John G. Institutions, strategic restraint, and the persistence of postwar order. **International Security**, Cambridge, v. 23, n. 3, p. 43–78, 1998/99.

IVANOV, Igor. **Gosudarstvennaya Duma**, Zasedaniye № 248 [Reunião № 248]. Moskva, 27 mar. 1999. Disponível em: <http://api.duma.gov.ru/api/transcriptFull/1999-03-27>. Acesso em: 29 out. 2018

JAROFF, Evan. NATO expansion during the cold war and after. **Claremont-UE Undergraduate Research Conference On The European Union**, Claremont, v. 1 n. 1, p.55-70, 2009.

JOHNSON, Barbara. Translator's introduction. *In*: DERRIDA, Jacques. **Dissemination**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1981. Cap. 1. p. 7-33.

KALLAS, Kristina. Claiming the diaspora: Russia's compatriot policy and its reception by Estonian-Russian population. **Journal on Ethnopolitics and Minority Issues in Europe (JEMIE)**, Flensburg, v.15 n.3 p.1-25, 2016.

KAMP, Karl-Heinz. The folly of rapid NATO expansion. **Foreign Policy**, Washington, n. 98, p.116-129, 1995.

KANET, Roger. The "new" members and future enlargement. *In*: AYBET G.; MOORE R. R. (org.). **NATO in search of a vision**. Washington: Georgetown University Press, 2010. p. 99-129.

KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O.; KRASNER, Stephen D. International organization and the study of world politics. **International Organization**, Cambridge, v. 52, n. 4, p.645-685, 1998.

KEGLEY, Charles W.; WITTKOPF, Eugene R. **World politics: trends and transformation**. 10. ed. Belmont: Wadsworth, 2005.

KLINOVA, Olga. "Yesli vmesto golovy snaryad...". Kak formuvalas' ídentichníst' Donbasu [Se ao invés de uma cabeça, tivéssemos um escudo... Como Donbass formou sua identidade]. **Ukrainsakaya Pravda**, Kiev, 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20141222162031/http://www.istpravda.com.ua/articles/2014/12/11/146063/>. Acesso em: 22 set. 2017.

KOLSTØ, Pål. The new Russian diaspora - an identity of its own? Possible identity trajectories for Russians in the former Soviet republic. **Ethnic And Racial Studies**, London, v. 19, n. 3, p.609-639, July 1996.

KOMMERSANT, **Teleobrashcheniye prezidenta Rossii Borisa Yeltsina 24 marta 1999 goda v svyazi s ugrozoy NATO nanesti udar po Yugoslavii** [Discurso do Presidente russo Boris Yeltsin na TV, em 24 de março de 1999, em resposta a ameaça da OTAN de atacar a Iugoslávia]. Moskva, 25. abr. 1999. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/215535>. Acesso em: 29 out. 2018

KRAMER, Mark. NATO, the Baltic states and Russia: a framework for sustainable enlargement. **International Affairs**, London, v. 78, n. 4, p.731-756, Oct.. 2002.

KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. **Foreign Affairs**, New York: v. 70, n. 1, p. 23-33, 1990/1991. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/1991-02-01/unipolar-moment>. Acesso em: 06 jun. 2018.

KRISTEVA, Julia. **Desire in language: a semiotic approach to literature and art**. New York: Columbia University Press, 1980.

KUBICEK, Paul. Russian foreign policy and the West. **Political Science Quarterly**, New York, v. 114, n. 4, p. 547-568, 1999.

KUCHINS, Andrew C. (ed.). **Russia after the fall**. Washington: The Brookings Institution Press, 2002.

KUMAR, Mahendra. **Theoretical aspects of international politics**. Agra: Shiva Lal, 1962.

KUPCHAN, Charles A.. The origins and future of NATO enlargement. **Contemporary Security Policy**, Maastricht, v. 21, n. 2, p.127-148, Aug. 2000.

KUPCHAN, Charles. **No one's world: the West, the rising rest, and the coming global turn**. New York: Oxford University Press, 2013.

KUZIO, Taras. Identity and nation-building in Ukraine. **Ethnicities**, London, v. 1, n. 3, p.343-365, Sept. 2001. Disponível em: <https://ri.fgv.br/sites/default/files/eventos/arquivos-relacionados/Kuzio,%20T.%20Identity%20and%20nation-building%20in%20Ukraine%20-%20defining%20the%20'other'.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

KWAŁNIEWSKI, Aleksander. **Speech by Aleksander Kwaśniewski: President of the Republic of Poland at the commemorative ceremony of the 50th anniversary of NATO**. Washington, 1999. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions\\_27584.htm?selectedLocale=en](https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_27584.htm?selectedLocale=en). Acesso em: 20 out. 2018.

LAFHEY, Mark; WELDES, Jutta. Beyond belief. **European Journal Of International Relations**, London, v. 3, n. 2, p.193-237, June 1997.

LAYNE, Christopher. The unipolar illusion revisited: the coming end of the United States' unipolar moment. **International Security**, Cambridge, v. 31. n. 2, p. 7-41, 2006.

LAYNE, Christopher. The unipolar illusion: why new great powers will rise. **International Security**, Cambridge, v. 17, n. 4, p. 5-51, 1993. Disponível em: <http://users.metu.edu.tr/utuba/Layne.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

LIEVEN, Anatol. Restraining NATO: Ukraine, Russia, and the West. **The Washington Quarterly**, Washington, v. 20, n. 4, p.55-77, Dec. 1997.

LUKYANOV, Fyodor. Putin's foreign policy. **Foreign Affairs**, New York: v. 95, n. 03, p. 30-37, 2016

MACHADO, Lauren. **Europa “não-cidadã”?** o lugar dos russos na construção estatal letã e estoniana no pós guerra fria. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168609>. Acesso em: 20 out. 2018.

MASTANDUNO, Michael. Preserving the unipolar moment: realist theories and U.S. Grand strategy after the cold war. **International Security**, Cambridge, v. 21, n. 4, p.49-88, Apr. 1997.

MAYER, Sebastian. The EU and NATO in Georgia: complementary and overlapping security strategies in a precarious environment. **European Security**, Prague, v. 26, n. 3, p. 435-453, 2017.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: Norton, 2001.

MICHTA, Andrew A. NATO enlargement post-1989: successful adaptation or decline?. **Contemporary European History**, Cambridge, v. 18, n. 03, p.363-376, 6 July 2009.

MIELNICZUK, Fabiano. A crise da Ucrânia e suas implicações para as relações internacionais. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 23, p. 4-19, abr./maio 2014.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós URSS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 223-258, jun. 2006.

MIELNICZUK, Fabiano. **Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós URSS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4983@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4983@1). Acesso em: 12 dez. 2018.

MILLIKEN, Jennifer. The study of discourse in international relations. **European Journal of International Relations**, London, v. 5, n. 2, p. 225-254, June 1999.

MONAGHAN, Andrew. **From Lisbon to Munich: Russian views of NATO-Russia Relations**. Rome: NDC Research Report, 2011.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: McGraw Hill, 1948.

MOROZOV, Viatcheslav; RUMELILI, Bahar. The external constitution of European identity: Russia and Turkey as Europe-makers. **Cooperation and Conflict**, London, v. 47, n. 1, p. 28-48, Mar. 2012.

MOWLE, Thomas S., SACKO David H. **The unipolar world: an unbalanced future**. London: Palgrave Macmillan, 2007.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Press briefing by the NATO Spokesman, James Appathurai**. Lisbon, 2010c. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions\\_68627.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_68627.htm). Acesso em: 15 fev. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Bucharest summit declaration**. Bucharest, 03 Apr. 2008. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_8443.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Chicago summit declaration.** Chicago, 20 May 2012. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_87593.htm?selectedLocale=em](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_87593.htm?selectedLocale=em). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Founding act on mutual relations, cooperation and security between NATO and the Russian Federation.** Paris, 1997. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_25468.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25468.htm). Acesso em: 28 dez. 2018.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Istanbul summit communique.** Istanbul, 28 June 2004. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/pr/2004/p04-096e.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Keynote speech by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at the NATO Parliamentary Assembly in Prague.** Prague, 2012a. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions\\_91210.htm?selectedLocale=em](https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_91210.htm?selectedLocale=em). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Keynote speech by NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at the NATO Parliamentary Assembly in Prague.** Prague, 2012b. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_8443.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Lisbon summit declaration.** Lisbon, 20 Nov. 2010b. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/em/natohq/official\\_texts\\_68828.htm](https://www.nato.int/cps/em/natohq/official_texts_68828.htm). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Looking ahead to NATO's Bucharest summit.** Bucharest, 2008b. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions\\_1298.htm?selectedLocale=em](https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_1298.htm?selectedLocale=em). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **NATO: defending against ballistic missile attack.** London, 2010d. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions\\_7547.htm?selectedLocale=em](https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_7547.htm?selectedLocale=em). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Prague summit declaration.** Prague, 21 Nov. 2002. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_19552.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_19552.htm). Acesso em: 28 out. 2018.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Riga summit declaration.** Riga, 29 Nov. 2006. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/pr/2006/p06-150e.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Strasbourg/Kehl summit declaration.** Strasbourg/Kehl, 04 Apr. 2009. Disponível em:

[https://www.nato.int/cps/en/natohq/news\\_52837.htm?mode=pressrelease](https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_52837.htm?mode=pressrelease). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Strategic concept 2010**. Washington, 2010a. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_82705.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_82705.htm). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Strategic concept for the defence and security of the members of the North Atlantic Treaty Organization**. Lisbon, 2010. Disponível em: [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/pdf\\_publications/20120214\\_strategic-concept-2010-eng.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_publications/20120214_strategic-concept-2010-eng.pdf). Acesso em: 12 jan. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Study on NATO enlargement**. Washington, 1995. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_24733.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_24733.htm). Acesso em: 28 out. 2018.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **The Brussels summit declaration**. Brussels, 1994. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_24470.htm?mode=pressrelease](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_24470.htm?mode=pressrelease). Acesso em: 28 out. 2018.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **The Madrid declaration**. Madrid, 08 July 1997. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/pr/1997/p97-081e.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Wales summit declaration**, Newport, 05 Sept. 2014a. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/ic/natohq/official\\_texts\\_112964.htm](https://www.nato.int/cps/ic/natohq/official_texts_112964.htm). Acesso em: 22 fev. 2019.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **Washington summit communique: an alliance for the 21st century**. Washington, 14 Apr. 1999. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-064e.htm>. Acesso em: 28 out. 2018.

THE NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. **NATO leaders pledge support to Ukraine at Wales summit**. [S.l.], 2014b. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/news\\_112459.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_112459.htm). Acesso em: 22 fev. 2019.

NEUFELD, M. A. **The restructuring of international relations theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NEUMANN, Iver B. Russia as Europe's other. **Journal of Area Studies**, London, v. 6, n. 12, p. 26-73, Mar. 1998.

NEUMANN, Iver. **Uses of the other: the East in European identity formation**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1998.

PICCOLLI, Larleianne. **Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia: o papel da defesa antimíssil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos

Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70019>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PLOKHY, Serhii. The city of glory: Sevastopol in Russian historical mythology. **Journal of Contemporary History**, Cambridge, v. 35, n. 3, p.369-383, 2000.

POSEN, Barry R. Command of the commons: the military foundation of U.S. hegemony. **International Security**, Cambridge, v. 28, n. 1, p.5-46, July 2003.

POULIOT, Vincent. **International security in practice: the politics of NATO-Russia diplomacy**. London: Cambridge University Press, 2010.

PUTIN, Vladimir. **Obrashcheniye Prezidenta Rossiyskoy Federatsii** [Discurso do Presidente da Federação Russa]. Moskva, 2014. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/20603>. Acesso em: 19 fev. 2019.

RASMUSSEN, Anders Fogh. **A force for freedom**. London, 2014c. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions\\_113063.htm?selectedLocale=enA](https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_113063.htm?selectedLocale=enA). Acesso em: 22 fev. 2018.

RASMUSSEN, Anders Fogh. **A strong NATO in a changed world**. Newport, 2014b. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions\\_108215.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_108215.htm). Acesso em: 22 fev. 2019.

RASMUSSEN, Anders Fogh. **De-escalation starts on the ground**. Newport, 2014a. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions\\_109102.htm?selectedLocale=en](https://www.nato.int/cps/en/natohq/opinions_109102.htm?selectedLocale=en). Acesso em: 22 fev. 2019.

RAUCHHAUS, Robert W. Explaining NATO enlargement. **Contemporary Security Policy**, London, v. 21, n. 2, p.173-194, Aug. 2000.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **A crítica pós-moderna / pós-estruturalista nas relações internacionais**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2011.

RISSE-KAPPEN, Thomas. **Cooperation among democracies: the European influence on US foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ROGOZIN, Dimitri. **NATO fears resurgent Germany, Russia**. [S.l.], 2011. Disponível em: <https://www.rt.com/russia/nato-germany-russia-rogozin-693/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ROSSIYSKAYA FEDERATSIYA. **Lei Federal sobre a política de Estado da Federação da Rússia em relação aos compatriotas no exterior** [Federalnyy Zakon o Gosudarstvennoy Politike Rossiyskoy Federatsii v otnoshenii sootchestvennikov za rubezhom] Duma Estatal [Gosudarstvennaya Duma] n. 99. Moskva, 24 maio 1999. Disponível em: [http://www.mid.ru/pereselenie/-/asset\\_publisher/evI8J0czYac3/content/id/283970](http://www.mid.ru/pereselenie/-/asset_publisher/evI8J0czYac3/content/id/283970). Acesso em: 22 fev. 2019.

RÜHLE, Michael. NATO enlargement and Russia: discerning fact from fiction. **American Foreign Policy Interests**, Washington, v. 36, n. 4, p.234-239, July 2014.

RUMELILI, Bahar. Constructing identity and relating to difference: understanding the EU's mode of differentiation. **Review Of International Studies**, Cambridge, v. 30, n. 01, p.27-47, 2 Dec. 2003.

SAFIRE, William. **Essay; strategic dilemma**. New York, 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/12/01/opinion/essay-strategic-dilemma.html>. Acesso em: 22 fev. 2018

SAKWA, Richard. **Frontline Ukraine: crisis in the borderlands**. London: I.B Tauris, 2015.

SAMOKHVALOV, Vsevolod. Ukraine between Russia and the European Union: triangle revisited. **Europe-Asia Studies**, London, v. 67, n. 9, p.1371-1393, 21 Oct. 2015.

SHAPIRO, Michael. Textualizing global politics. *In*: DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael. J. (org). **International/ intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Toronto: Lexington Books, 1989. p. 11-22.

SHERR, James. Russia-Ukraine rapprochement? The black sea fleet accords. **Survival**, London, v. 38, n. 3, p. 33-50, 1997.

SJURSEN, Helene. On the identity of NATO. **International Affairs**, London, v. 80, n. 4, p. 687-703, 2004.

SMITH, A. M. NATO-Russia relations: will the future resemble the past? *In*: AYBET, Gülnur; MOORE, R. Rebecca (org.). **NATO in search of a vision**. Washington: Georgetown University Press, 2010. p. 99-129.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. *In*: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 11-44.

SPERLING, James; WEBBER, Mark. NATO and the Ukraine crisis: collective securitisation. **European Journal of International Security**, Cambridge, v. 2, n. 01, p. 19-46, 5 Dec. 2016.

STEFF, Reuben; KHOO, Nicholas. Hard balancing in the age of American unipolarity: the Russian response to US ballistic missile defense during the Bush administration (2001–2008). **Journal of Strategic Studies**, Cambridge, v. 37, n. 2, p.222-258, 23 Feb. 2014. Disponível em: <https://www.otago.ac.nz/politics/otago077522.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI, **Military expenditure by country**, in constant (2016) US\$ m., (1988-2017). Stockholm, 2018.

Disponível em:

[https://www.sipri.org/sites/default/files/1\\_Data%20for%20all%20countries%20from%201988%20to%202017%20in%20constant%202016%20USD.pdf](https://www.sipri.org/sites/default/files/1_Data%20for%20all%20countries%20from%201988%20to%202017%20in%20constant%202016%20USD.pdf). Acesso em: 24 nov. 2018.

THE BALTIC TIMES. **NATO: one for all, all for one**. Vilnius, 2004. Disponível em: <https://www.baltictimes.com/news/articles/9734/>. Acesso em: 20 out. 2018.

TSYGANKOV, Andrei P. The Russia-NATO mistrust: ethnophobia and the double expansion to contain “the Russian Bear”. **Communist and Post-communist Studies**, London, v. 46, n. 1, p.179-188, Mar. 2013.

TSYGANKOV, Andrei P. Vladimir Putin's vision of Russia as a normal great power. **Post-soviet Affairs**, London, v. 21, n. 2, p.132-158, Jan. 2005.

TYUTCHEV, Fyodor I. **Slavyanam** «Privet vam zadushevnyy, bratya...» [Eslavos "Olá a vocês sinceros irmãos..."]. [S.l.], 1867. Disponível em: <http://www.ruthenia.ru/tiutcheviana/stihi/bp/289.html>. Acesso em: 22 fev. 2019.

WALKER, Rob B. J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALT, Stephen M. Alliance formation and the balance of world power. **International Security**, Cambridge, v. 9, n. 4, p.3-43, 1985. Disponível em: [http://web.waseda.jp/gsaps/eaui/educational\\_program/PDF%20SS2015/Reading/Lecture2\\_Reading1.pdf](http://web.waseda.jp/gsaps/eaui/educational_program/PDF%20SS2015/Reading/Lecture2_Reading1.pdf). Acesso em: 20 maio 2018.

WALT, Stephen M. **The origins of alliance**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth N. Reflections on theory of international politics: a response to my critics, *In: KEOHANE, Robert (ed.). Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986. Cap. 11, p. 322-345.

WALTZ, Kenneth N. Structural realism after the cold war. **International Security**, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 5-41, July 2000.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth. **Man, the state and war: a theoretical analysis**, 263. New York: Columbia University Press, 1959.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WIGHT, Colin. **Agents, structures and international relations politics as ontology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WILLIAMS, Michael C. Why ideas matter in international relations: Hans Morgenthau, classical realism, and the moral construction of power politics. **International Organization**, Cambridge, v. 58, n. 04, p.633-655, Oct. 2004.

WILLIAMS, Michael C.; NEUMANN, Iver B. From alliance to security community: NATO, Russia, and the power of identity. **Millennium: journal of international studies**, London, v. 29, n. 2, p.357-387, June 2000.

WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International Security**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 5-41, July 1999.

WOLCZUK, Kataryna. History, Europe and the “national idea”: the “official” narrative of national identity in Ukraine. **Nationalities Papers**, Cambridge, v. 28, n. 4, p.671-694, 2000.

WOLFF, L. **Inventing Eastern Europe**: The map of civilization on the mind of the enlightenment. Stanford: Stanford University Press, 1994.

ZADRA, Roberto. NATO, Russia and missile defence. **Survival**, London, v. 56, n. 4, p.51-61, 2014.

ZAKARIA, Fareed. **The post-American world**. New York: W. W. Norton & Company, 2008.